

Recursos do
Presidente do
Estado de Virginia
promulgados em 1844
e
1895

DECRETOS

DO

PRESIDENTE

DO

ESTADO DO ESPIRITO-SANTO

PROMULGADOS EM 1894



VICTORIA

TYP. DO « ESTADO » — RUA MONIZ FREIRE

1896



DECRETOS

DO

PRESIDENTE

DO

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

PROMULGADOS EM 1894



VICTORIA

TYP. DO « ESTADO » — RUA MONIZ FREIRE

1896



ARQUIVO PUBLICO DO ESP. SANTO BIBLIOTECA	
N.º	DATA
1356	22-9-78

DECRETO N. 36 DE 24 DE ABRIL DE 1894

Considera de utilidade publica a desapropriação dos predios e terrenos situados á rua 2 de Dezembro desta cidade, e os predios entre essa rua e a de Domingos Martins para edificação dos edificios destinados ao Theatro Melpomene e Paço municipal

O Presidente do Estado, usando das attribuições constitucionaes,

DECRETA :

Art. 1.º.—E' considerada de utilidade publica a desapropriação dos predios e terrenos situados á rua Dous de Dezembro d'esta cidade, e os predios situados entre essa rua e a de Domingos Martins na parte que faz frente para o edificio do Congresso, afim de se preparar a area onde deve sêr collocado o Theatro da Victoria, sob a denominação de Theatro Meipomene, bem como o edificio destinado ao Paço Municipal.

Art. 2.º.—A directoria de obras e empreendimentos geraes, de accordo com a planta que apresentou, fará o levantamento da area designada para o theatro com os detalhes necessarios para se effectuar a encomenda do projecto do respectivo edificio, cuja construção deverá começar logo que se possa realizar a demolição dos predios desapropriados.

Art. 3.º.—O procurador fiscal da Fazenda do Estado, nos termos do art. 5.º da lei n. 46 de 3 de dezembro de 1892, promoverá em juizo o processo de indemnisação dos proprietarios que não chegarem a accordo com o governo sobre o valor dos predios ou terrenos desapropriados.

Art. 4.º.—Revogam-se as disposições em contrario.

O secretario geral do Estado faça publical-o, imprimir e correr.

Palacio do governo do Estado do Espirito-Santo, em 24 de abril de 1894.

JOSÉ DE MELLO CARVALHO MONIZ FREIRE

Sellado e publicado n'esta secretaria geral do Estado do Espirito-Santo, em 24 de abril de 1894.

O secretario geral—*Manoel de Camos Cartier*.

DECRETO N. 37 DE 5 DE MAIO DE 1894

Revoga o decreto n. 25 de 19 de abril de 1893

O Presidente do Estado, attendendo a que cessaram quasi todos os motivos de ordem publica em virtude dos quaes foi baixado o decreto n. 25 de 19 de abril do anno passado

DECRETA :

Art. 1.º.—Fica revogado o decreto n. 25 de 19 de abril do anno passado, que autorizou o pagamento pelos cofres do Estado da policia creada pelos governos municipaes.

Art. 2.º.—Só serão attendidas as contas das despesas que forem effectuadas até o dia 31 d'este mez.

Art. 3.º.—Revogam-se as disposições em contrario.

O secretario geral do Estado, faça publical-o, imprimir e correr.

Palacio do governo do Estado do Espirito-Santo, em 5 de maio de 1894.

JOSÉ DE MELLO CARVALHO MONIZ FREIRE.

Sellado e publicado n'esta secretaria geral do Estado do Espirito-Santo, em 5 de maio de 1894.

O secretario geral—*Manoel de Campos Cartier*.

DECRETO N. 38 DE 7 DE MAIO DE 1894

**Reconhece o direito da municipalidade da Conceição da Barra
ao seu patrimonio, discriminado em sessão da sua
camara a 21 de abril de 1834**

O Presidente do Estado, tomando conhecimento da representação do governo municipal da cidade da Conceição da Barra, de 27 de novembro findo, em a qual pede o mesmo governo que se faça reconhecer como seu patrimonio o territorio como tal descripto na acta da sessão da camara da villa da Barra de 21 de abril de 1834, cuja cópia foi junta á representação com as de outras que fazem referencias á correspondencia official trocada com a presidencia da antiga Província sobre o mesmo assumpto ou sobre outro que a esse ligava-se directamente;

depois de haver mandado informar pela secretaria geral do Estado, e não se encontrando no respectivo archivo nem os originaes d'essa correspondencia, nem os autos de medição a que alludem as mencionadas actas;

ponderando que não deve redundar em prejuizo do municipio a culpa dos seus representantes que desacautellaram largos annos a conservação d'esses direitos, cuja existencia parece ter estado fôra de questão pelo que se deprehende dos termos de redacção da acta acima nomeada;

considerando mais que embora não se possa defender juridicamente a pretensão do governo da Barra ao patrimonio reclamado, por terem desaparecido todos os meios de prova, é inquestionavel que a existencia d'esse patrimonio foi tratada como um facto consummado ha sessenta annos atraz, e não seria justo apural-o hoje no ceadinho dos principios rigorosos de direito quando é da essencia do regimen politico vigente fortificar a authoridade municipal armando-a dos elementos materiaes indispensaveis ao exercicio efficaz do seu poder;

mas considerando finalmente que essa razão de ordem politica está submettida á razão mais elevada de não coactar a acção do Estado, cujos recursos são muitos mais amplos para promover o desenvolvimento material do nosso territorio ;

DECRETA :

Art. 1º.—E' reconhecido o direito da municipalidade da Conceição da Barra ao seu patrimonio, qual foi discriminado em sessão de sua Camara a 21 de abril de 1834.

Art. 2º.—O governo municipal da Conceição da Barra promoverá perante o commissariado a medição do referido patrimonio, servindo para esta de base as indicações constantes da acta da mesma sessão, e correndo por conta do municipio todas as despesas até a expedição do titulo.

Art. 3º. Fica salvo ao Estado o direito de mandar a todo o tempo medir lotes para estabelecimento de familias agricultoras no territorio do patrimonio onde existirem terras devolutas, pertecendo porém á municipalidade a cobrança do preço dos lotes, que será fixado segundo as tabellas do Estado, e pago nos prazos estipulados pelas leis d'este.

Art. 4º. O governo municipal da Conceição da Barra dirigir-se-á nas concessões que fizer dos terrenos de seu patrimonio pelas disposições dos decretos n. 4 de 4 de junho de 1892 e n. 20 de 31 de janeiro de 1893, não podendo conceder áreas maiores de duzentas hecctares a cada cultivador, salva a excepção do art. 9º do dec. n. 20, e devendo sujeitar todas as concessões á obrigação de cultura em prazos curtos, sob pena de não ser reconhecido pelo Estado o direito dos concessionarios por occasião de effectuar as medições de que trata o artigo anterior.

Art. 5º.—O reconhecimento do direito patrimonial do municipio da Conceição da Barra fica sujeito ás condições especificadas nos arts. 3º e 4º d'este decreto.

Art. 6º.—Revogam-se as disposições em contrario.

O secretario geral do Estado, faça publical-o, imprimir e correr. Palacio do governo do Estado do Espirito-Santo, em 7 de maio de 1894.

JOSÉ DE MELLO CARVALHO MONIZ FREIRE

Sellado e publicado n'esta secretaria geral do Estado do Espirito-Santo, em 7 de maio de 1894.

O secretario geral—*Manoel de Campos Cartier.*

DECRETO N. 39 DE 2 DE JULHO DE 1894

Proroga até 4 de junho de 1895 os prazos concedidos pelos arts. 39 e 46 do dec. n. 4 de 4 de junho de 1892 e art. 4 do decreto n. 20 de 30 de janeiro de 1893

O Presidente do Estado, reconhecendo que apesar da solicitude empregada pelos particulares e pelo poder publico, não tem sido possível dar expediente completo a todo o serviço da medição, discriminação e legitimação das posses garantidas pela antiga e nova legislação,

DECRETA :

Artigo unico.—São prorogados até 4 de junho de 1895 os prazos concedidos pelos arts. 39 e 46 do dec. n. 4 de 4 de Junho de 1892 e art. 4 do decreto n. 20 de 30 de janeiro de 1893, revogadas as disposições em contrario.

O secretario geral do Estado, faça publical-o, imprimir e correr.

Palacio do governo do Estado do Espirito-Santo, em 2 de julho de 1894.

JOSÉ DE MELLO CARVALHO MONIZ FREIRE

Sellado e publicado n'esta secretaria geral do Estado do Espirito Santo, em 2 de julho de 1894.

O secretario geral—*Manoel de Campos Cartier*

— 41-28-82-53-234 —

DECRETO N. 40 DE 7 DE JULHO DE 1894

Crea dous postos medicos para o tratamento do pessoal technico e administrativo da E. de Ferro Sul do Espirito-Santo e o lugar do pagador da mesma estrada

O Presidente do Estado, tomando em consideração a representação do engenheiro chefe da Estrada de Ferro Sul do Espirito-Santo,

DECRETA :

Art. 1º.—Ficam creados dous postos medicos para o tratamento do pessoal technico e administrativo da Estrada de Ferro Sul do Espirito-Santo, o primeiro com séde na Capital para tratamento do pessoal director e de todo o pessoal administrativo da linha no trecho da Victoria a Vianna, o segundo com séde em Iritimirim ou Santa Izabel encarregado do tratamento do pessoal technico das outras secções.

Art. 2º.—Os vencimentos dos dous medicos, serão de doze contos de réis (12:000\$000) para cada um.

Art. 3º.—Fica igualmente creado o logar de pagador da estrada com o vencimento de quatro contos de réis annuaes (4:000\$000).

Art. 4º.—O thesouro do Estado arbitrará a fiança do pagador ao qual incumbirá receber e pagar a importancia das folhas mensaes de todo o pessoal technico e administrativo da linha, de accordo com as instrucções que receber do engenheiro chefe e do director do thesouro obedecendo em tudo á legislação fiscal do Estado.

Art. 5º.—Ficam sujeitos á approvação do Congresso os vencimentos fixados n'este decreto.

O secretario geral do Estado faça publical-o, imprimir e correr.

Palacio do governo do Estado do Espirito-Santo, em 7 de julho de 1894.

JOSÉ DE MELLO CARVALHO MONIZ FREIRE

Sellado e publicado n'esta secretaria geral do Estado do Espirito-Santo, em 7 de julho de 1894.

O secretario geral—*Manoel de Campos Cartier*.

DECRETO N. 41 DE 7 DE JULHO DE 1894

Dá nova organização ao thesouro do Estado

O Presidente do Estado, usando de attribuição constitucional, e tendo em vista regulamentar a materia dos artigos 22 à 25 da lei n. 1 de 4 de julho de 1892, decreta :

PARTE PRIMEIRA

Do Thesouro

TITULO I

Objecto do serviço, pessoal e sua distribuição

CAPITULO I

OBJECTO DO SERVIÇO E SEU PESSOAL

Art. 1º.—O thesouro do Estado é a repartição chefe do ramo administrativo encarregado de arrecadar e despendar os dinheiros publicos, de superintender a sua applicação e emprego em todas as outras secções de administração, e de gerir sob as ordens do Presidente do Estado toda a economia financeira estadual, velando não só pela administração das rendas publicas e pelas dos proprios do Estado, como pelo modo de execução dos contractos em que se estipular em obrigações pecuniarias directas ou indirectas, activas ou passivas do Estado.

Art. 2º.—Todo esse serviço será dirigido por um director, com o auxilio do seguinte pessoal :

- 1 Contador ;
- 2 Chefes de secção ;
- 5 1º Escripturarios ;
- 5 2º ditos
- 6 Praticantes ;
- 1 Thesoureiro ;
- 1 Porteiro archivista ;
- 1 Ajudante do porteiro ;
- 2 Continuos, além do procurador da fazenda ;

CAPITULO II

DISTRIBUIÇÃO INTERNA DO SERVIÇO

Art. 3º.—O serviço interno da repartição fica distribuido pelos seguintes departamentos :

§ 2º A' 2ª secção incumbe :

1º Processar todos os pagamentos, classificar as despesas, escripturar os livros de creditos e representar sobre a insufficiencia d'estes, tudo de conformidade com o titulo II capitulo 1º.

2º Abrir assentamento a todos os serventuarios pagos pelos cofres do Estado, e preparar as folhas mensaes de pagamento ;

3º Organisar os dados para o balanço mensal e annual da despesa ;

4º Liquidar, a requerimento dos interessados, as dividas dos exercicios findos e fazer a demonstração dos restos a pagar do ultimo exercicio ;

Finalmente, processar, informar e dar expediente a todos os papeis attinentes á despesa.

Art. 11.—As contas das estações fiscaes, das repartições publicas e de quaesquer responsaveis, bem assim, todos os papois que interessarem igualmente á receita e á despesa, serão examinados alternativamente por ambas as secções, sendo o trajecto de uma para outra determinado pelo contador.

Art. 12.—Nas faltas ou impedimentos do contador substitui-o-á o chefe de secção mais antigo.

Art. 13.—Os chefes de secção são os responsaveis pela exactidão dos trabalhos commettidos aos empregados seus subordinados ; cumpre-lhes por isso se encarregar pessoalmente do exame dos negocios de maior importancia, e fiscalisar assiduamente todos os outros trabalhos, velando pela sua perfeição. Nos seus impedimentos o chefe será substituido pelo primeiro escriptuario mais antigo de sua secção.

Art. 14.—O contador tomará a seu cargo registrar ou ter um memorial de todas as resoluções presidenciaes sobre negocios em andamento, ou outras que possam apresentar interesse geral sobre assumptos da competencia do thesouro.

Art. 15.—O processo das informações comprehenderá regularmente a reunião dos dados pelo empregado da secção, a exposição clara e completa do assumpto pelo chefe, e a opinião do contador.

Nos requerimentos de partes, cumpre ao chefe de secção fazer re-

sumo cabal da pretenção do requerente e do que houver se apurado em relação a ella.

SECÇÃO III

THESOURARIA

Art. 16.—N'este departamento será feito todo o movimento de entrada e sahida de dinheiros e valores, pelos diversos caixas. Ao thesoureiro, como respectivo chefe, incumbe ter sob sua guarda todas as sommas e valores recolhidos, cumprindo-lhe, sob sua responsabilidade, verificar a identidade de pessoa, a legitimidade dos procuradores e extensão dos poderes, conferir a exactidão das sommas e o curso da moeda que se lhe dêr em pagamento, cotejar as partidas dos caixas com os cheques de pagamento e assignal-os, passar quitação ás partes, acceitar e saccar as letras ou outros titulos equivalentes de obrigação, apontando as que no praso não forem pagas, e dando previo aviso das que se houverem de vencer contra o Estado, exigir annualmente refórma ou ratificação das proçurações que tiver em seu poder para quaesquer recebimentos, e semestralmente certidão de vida dos funcionarios inactivos que não receberem pessoalmente seu subsidio.

Art. 17.—E' absolutamente vedada a entrada de quem quer que seja na thesouraria, excepto os funcionarios da repartição a objecto de serviço, ou representantes da justiça em diligencia deprecada ao director e permittida por elle.

Art. 18.—O thesoureiro não poderá entrar em exercicio sem prestar fiança idonea e será obrigado a reforçal-a quando isso fôr-lhe exigido pela junta de fazenda, ou porque a renda tenha crescido muito após o calculo para a fiança prestada, ou porque os bens que a constituem hajam por qualquer causa se desvalorizado.

Art. 19.—E' facultado ao thesoureiro ter um fiel sob sua responsabilidade e com a mesma fiança para substituil-o nos seus impediment-s; depende porém de approvação do director a pessoa indicada por elle para essa função.

Paragrapho unico. Nos impedimentos do thesoureiro que não ti-

ver fiel, substitui-o-á o empregado que o director designar, balanceando-se os caixas antes do seu exercício e uma vez por semana depois.

Art. 20.—Corre dever ao thesoureiro de impugnar por meio de representação verbal ou escripta ao director, os pagamentos em que encontrar engano de conferencia, ou que lhe pareçam indevidos por motivos que possam ter escapado á contadoria ; cumpre-lhe igualmente chamar a attenção da mesma autoridade sobre qualquer determinação que se lhe afigure equívoca quanto á escripturação dos caixas.

SECÇÃO IV

DO CONTENCIOSO

Art. 21.—O contencioso é o departamnto do thesouro por onde correrão :

1º A escripturação annual da divida activa do exercício anterior, á vista dos dados fornecidos pela contadoria, lançando os nomes dos devedores, a importancia do debito, o municipio de sua residencia e origem da divida ;

2º As guias para serem recolhidas no thesouro as quantias ou valores destinados a servirem de caução a contractos ou fiança a recebedores de dinheiros publicos ;

3º Os termos de fiança e os de contractos especificados no titulo II capitulo 3º.

4º Guias aos devedores da fazenda para remirem seus debitos, e dár baixa n'estes, logo que receba as guias devolvidas com a nota de pagamento ;

5º A escripturação da divida proveniente do titulo IV da lei n. 89 de 30 de dezembro de 1893 e do art. 153 da mesma lei, para o fim de ser promovida a sua cobrança judicial quando os infractores não satisfizerem as importancias, inscrevendo os respectivos debitos na divida activa, si no exercício não forem pagos ;

6º A escripturação da divida passiva do Estado, os termos de transferencias de apolices, as guias para pagamento dos respectivos juros fóra do Estado, e o fornecimento de tocos es dados á contad

ria para a organização da folha semestral das que estiverem inscriptas no thesouro ;

7º O tombo dos proprios do Estado, a promoção de todas as providencias necessarias para a manutenção dos direitos do Estado a elle relativos, guarda e conservação.

8º A inscripção legal das sentenças proferidas nos processos de especialisação de hypotheca dos responsaveis ;

9º Em geral, as attribuições e faculdades correlatas a todas as funções acima especificadas.

Art. 22.—O procurador da fazenda será o director immediato de todo esse serviço, cumprindo-lhe ainda falar nos papeis da repartição que entenderem com assumpto de direito e legislação, representar a fazenda em suas relações externas, promovendo em juizo a cobrança da divida activa ou outra qualquer de que a fazenda se reputa credora, tal como a especificada no n. 5 do artigo antecedente requerendo em todas as causas que envolverem interesses fiscaes o andamento d'estas ou o que fôr a bem do fisco, defendendo os interesses d'este perante quaesquer auctoridades ou repartições, e representando contra os que de qualquer forma prejudicarem-n'o.

Art. 23.—Na competencia definida no artigo antecedente não se incluem as causas ou assumptos em que o interesse fiscal não fôr o objecto principal, e cuja defesa foi confiada ao ministerio publico pela lei n. 7 de 28 de junho de 1892.

SECÇÃO V

JUNTA DE FAZENDA

Art. 24.—São attribuições privativas da junta de fazenda :

1º Resolver as duvidas sussitadas na execução d'este decreto, na lei do processo fiscal e em qualquer outra reguladora de assumptos da fazenda, com recurso necessario para o presidente do Estado ;

2º Julgar definitivamente as contas das estações fiscaes e dos demais recebedores de dinheiros publicos fixando no caso de alcance o debito a solver, ou mandando passar-lhe quitação, no caso contrario ;

3º arbitrar e julgar as fianças offerecidas pelo thesoureiro, pelos exactores e partes contractantes a ella sujeitas ;

4.º decidir os recursos que por lei competir-lhe conhecer;
5.º resolver sobre a criação, remoção de sede ou supressão de estações fiscaes ;

6.º balancear mensalmente, e todas as vezes que julgar necessario, os cofres da thesouraria, encerrando no fim do anno o caixa de depositos, bem como o de orphãos, e, no fim do exercicio, os demais ;

7.º suspender os exactores ou outros responsaveis que não prestarem contas no devido tempo, e optar pela sua prisão administrativa quando nos prazos assignados para prestal-as, ou para entrar com os alcances, não o fizerem ;

8.º promover a responsabilidade dos empregados de fazenda responsaveis de dinheiros publicos, ou partes que commetterem crime contra a fazenda, enviando á auctoridade competente todas as peças justificativas de sua culpa, ou indicando as diligencias que a bem da justiça deverão ser effectuadas.

Art. 25.—A competencia da junta não exclue a do director para tomar e ordenar por si, nos casos urgentes, as diligencias que forem exigidas pelo interesse da fazenda.

Art. 26.—Das decisões da junta haverá recurso voluntario para o Presidente do Estado dentro de dez dias contados da intimação.

Art. 27.—A junta celebrará sessão uma vez por semana, e extraordinariamente quando o director convocar-a para assumpto urgente, lavrando acta minuciosa em livro especial do que occorrer, lançando o contador os despachos que irão por todos assignados ; é indispensavel o comparecimento de todos os seus membros, decidindo-se as questões por maioria de votos. E' facultado a qualquer dos membros pedir adiamento da questão proposta para estudal-a até a sessão seguinte, assignar-se vencido com ou sem justificação de voto e interpor recurso da decisão.

Art. 28.—O director do thesouro é o presidente da junta. A elle incumbe submeter á esta todos os papeis e assumptos que estiverem comprehendidos na jurisdicção traçada pelo artigo 24.

SECÇÃO VI

DO ARCHIVO

Art. 29.—N'este departamento serão inventariados e guardados com a precisa ordem todos os papeis, livros, talões e documentos que

tiverem completado seu tracto ou perderem o interesse da oportunidade, e forem para este fim remettidos ao porteiro pelos diversos outros departamentos. O inventario far-se-á de modo a facilitar o exame prestado de qualquer assumpto e o fornecimento de certidões ou informações requeridas.

A forma pratica já suggerida pela experiencia será melhorada seguindo as determinações do director ou contador.

Art. 30.—Haverá no archivo um livro para protocollar os livros e papeis recolhidos durante o exercicio, com a declaração de sua procedencia, e logar do archivo que occupam; outro para as entradas e sahidas com especificação da data da entrada e sahida, da requisição havida para esta, e da data em que se der a devolução.

SECÇÃO VII

DETALHE DO SERVIÇO

Art. 31.—O thesouro funcionará diariamente das dez horas da manhã, ás 4 da tarde, podendo o director prorogar o expediente quando houver affluencia ou urgencia de serviço.

Art. 32.—Com excepção do director e procurador da fazenda, todos os empregados estão sujeitos ao ponto para o qual haverá livro especial por onde será organizada a folha mensal de pagamento.

Ao contador compete fechar diariamente o ponto meia hora depois da designada para o começo dos trabalhos.

Art. 33.—Todos os empregados são obrigados a desempenhar as funções que pessoal ou collectivamente esta lei commette-lhes, e as que foram corollario, deducção ou complemento d'estas, conforme a hierarchia que tiverem e a natureza do assumpto.

Art. 34.—Toda a materia da economia interna do serviço será regulada pelo director, verbalmente, por ordem escripta ou por meio do regimento interno.

Art. 35.—Para regular a boa marcha do serviço incumbido á repartição o director poderá crear outros livros além dos que vão especificados n'este decreto ou forem determinados em outras leis.

Art. 36.—O director poderá commissionar empregados da repar-

tição para examinar ou dirigir provisoriamente as estações fiscaes, ou para executar qualquer outro serviço publico externo incumbido ao thesouro.

Paragrapho unico. O empregado em comissão terá direito a uma ajuda de custo de cinco mil réis por legoa, e, além dos seus vencimentos integraes, perceberá uma gratificação que deve ser arbitrada no acto da designação. Essa gratificação póde consistir em porcentagens quando o empregado tiver de substituir exactor, ou em accrescimo de vencimentos até o duplo d'estes.

TITULO II

Organisação technica

CAPITULO I

DO ORÇAMENTO

Art. 37.—Todos os serviços a cargo do thesouro terão por base principal a lei do orçamento do Estado, e as leis complementares d'esta, relativas à arrecadação dos impostos e á distribuição da despesa.

Art. 38.—Trez mezes antes do dia fixado para a reunião do Congresso, o director do thesouro deverá dirigir-se a todos os chefes de serviço, pedindo-lhes o calculo provavel das despesas a fazer no futuro exercicio pelo departamento da administração publica a seu cargo, quer com o pessoal, quer com a execução de leis e contracto em andamentos; deprecará ao proccrador da fazenda que examine igualmente todos os contractos em vigor, e fixe as responsabilidades pagaveis no anno seguinte, solicitando, quando fôr preciso, ás repartições competentes esclarecimentos sobre a execução d'elles, assim como das leis que estabelecem *onus* e obrigações pecuniarias; examinará o estado da divida publica; calculará a despesa do serviço a cargo do thesouro; e, depois de reunidos todos esses dados, fará organizar sob suas vistas e responsabilidades o projecto de orçamento geral da despesa, seguindo a ordem determinada na lei n. 1 e a sua adaptação ao orçamento em vigor.

Parapho unico. Em columna especial dará o director a razão de suppressão, do augmento ou diminuição da verba anterior, segundo os dados que houver colhido, devendo em todo caso referir-se as leis, actos e contractos em que se fundam as diversas despesas orçadas.

Art. 39.—O orçamento geral da receita será organizado, tomando por base a arrecadação média de cada uma das fontes permanentes de renda, calculada sobre a arrecadação dos tres exercicios anteriores, cumprindo ao director declarar summariamente os seus motivos sempre que julgar mais acertado abandonar esse criterio para orçar a receita em somma superior ou inferior.

Parapho unico. No relatorio annual da repartição o director exporá detalhadamente as suas opiniões, historiando o desenvolvimento ou a escassez de cada verba que demandar essa informação, e proporá as medidas que lhe parecerem convenientes.

Art. 40.—Organizados assim os projectos orçamentarios, serão submettidos ao Presidente do Estado que envial-os-á opportunamente ao Congresso, podendo devovel-os ao thesoiro, indicando quaesquer alterações a fazer, antes de terem aquelle destino.

Art. 41.—Publicada afinal a lei de orçamento, o director pedirá ás repartições novos esclarecimentos para fazer a distribuição dos creditos destinados na lei a cada serviço: essa distribuição tem por fim decompôr em seus factores simples as verbas complexas do orçamento, e evitar que algum dos elementos geradores de cada verba consuma quôta maior da que lhe fôr destinada. Não estão sujeitas á decomposição as verbas de sua natureza simples.

Art. 42.—Feita a distribuição e approvada pelo Presidente do Estado, o thesoiro mandará publical-a em folhetos e envial-a-á ás repartições, organisando um livro especial para o lançamento das despesas realizadas segundo a mesma distribuição.

Art. 43.—Só ao Presidente do Estado compete mandar applicar as sóbras existentes de um parapho a outros do mesmo credito, cumprindo aos chefes dos diversos ramos de serviço velar para que as despesas se mantenham dentro das forças da distribuição, e ao thesoiro avisal-os opportunamente quando as quôtas estiverem a esgotar-se.

Art. 44.—Quando todo o credito orçamentario estiver esgotado e ainda houverem despesas a pagar, o thesouro fará a demonstração da somma despendida e da despesa ainda provavel, e submettel-a-á ao Presidente do Estado solicitando a abertura do credito supplementar.

Igualmente assim procederá quando pelo exame de contas das estações fiscaes ou de outros quaesquer encarregados de dinheiros publicos, verificar o excesso de despesa feita por alguma das verbas, contanto que esse excesso não haja contravindo autorisação legal.

Art. 45.—Para fiel execução do artigo antecedente, o thesouro deverá ter um livro especial para lançamento dos creditos votados no orçamento, onde serão escripturadas em dia as sommas despendidas.

Cada paragrapho orçamentario terá um titulo no livro de creditos.

Paragrapho unico. Esse livro será distincto do da distribuição, devendo entretanto o lançamento ser feito ao mesmo tempo em um e outro.

Art. 46.—As operações de cada orçamento terminarão com o exercicio financeiro, havendo porém trimestre adicional para a liquidação das ultimas responsabilidades.

Art. 47.—Essa liquidação consistirá em apurar e se receber os saldos da arrecadação feita pelas estações fiscaes ou por quaesquer outros encarregados, até o mez de dezembro, e em pagar as despesas effectuadas até aquelle tempo, ou relativas ao periodo financeiro do exercicio.

§ 1º. Todas as importancias devidas mas que não forem pagas n'esse periodo, quer provenham de impostos annuos ou de qualquer outro titulo de renda, quer de arrecadação effectuada pelos exactores, mas não recolhida, e em geral aquellas cuja liquidação fôr feita no exercicio de modo a poder ser logo exigida, serão escripturadas pela contadoria que opportunamente fornecerá ao contencioso as praticas netas para sua inscripção no livro da divida activa.

§ 2º. As responsabilidades do exercicio que não forem pagas até o fim do trimestre adicional serão escripturadas como divida de exercicios findos, devendo o thesouro arrolal-as no mez do agosto de cada anno, precedendo requerimento do interessado, e enviar a relação ao Presidente do Estado para que este solicite do Congresso verba para seu pagamento no orçamento do futuro exercicio ou em caso urgente

credito especial e extraordinario ás operações do exercicio então correspondente.

CAPITULO II

DA ESCRIPTURAÇÃO

SECÇÃO I

RECEITA

Art. 48.—A receita ordinaria do Estado será classificada segundo a lei n. 89 de 30 de dezembro de 1893, lei n. 1 de 4 de junho de 1892 (artigo 14) e Constituição (artigo 98); si o Congresso crêar novas fontes de receita, a classificação far-se-á de accordo com as leis que instruirem o respectivo processo fiscal.

Art. 49.—Será submettida á classificação toda a renda que entrar na repartição, em vista dos documentos de receita, cumprindo á contadaria determinar o caixa onde devam ter entrada as quantias, e ordenar o traspasse de um para outro caixa das quantias indevidamente escripturadas.

Art. 50.—Haverá um livro de classificação da receita, subordinado aos titulos e paragraphos do orçamento, onde serão lançadas as sommas arrecadadas de cada um dos paragraphos. Proceder-se-á a esse lançamento até o dia vinte e cinco do mez que se seguir ao da apuração, e se tomar-o-á por base para a confecção dos balanços.

Art. 51.—O thesouro terá a seu cargo a arrecadação directa da seguinte renda, além de qualquer outra que por lei fôr auctorizada :

1º a de sello de verba dos ns. 15 a 18 da tabella 3—A de accordo com os arts. 74 a 73 da lei n. 89 de 30 de dezembro de 1893 ;

2º a do titulo 1º, capitulo 4º da mesma lei ;

3º a do titulo 2º, idem ;

4º a do artigo 147 ns. 1 e 3, idem ;

5º a do artigo 151 ns. 1, 2 e 3.

§ 1º A renda dos ns. 1 e 2 poderá ser tambem arrecadada nas estações fiscaes por onde se pagarem os vencimentos ; a do art. 147 n. 1, o será igualmente quanto ás multas impostas a funcionarios pagos por ellas ; a do art. 151 tambem terá entrada nas referidas es-

tações, quanto ás quantias pertencentes a essas verbas que o thesouro mandar por ellas receber, ou que ellas apurárem. A arrecadação das verbas comprehendidas no titulo 2º, porém, é attribuição privativa do thesouro.

§ 2º Haverá n'essa repartição livro especial para a escripturação d'essa receita, no qual se lançará, sob os seus respectivos titulos;

a) a importancia do sello a que montar mensalmente o desconto dos vencimentos sujeitos a elle para ser addicionada á renda geral do imposto do sello;

b) a totalidade do imposto de vencimento no mesmo prazo;

c) a somma diaria das multas comprehendidas em cada um dos ns. 1 e 3 do art. 147;

d) a receita arrecadada do tit. 2º, classificada segundo os paragraphos do orçamento;

e) a dos ns. 1 a 3 do art. 151 pela sua ordem.

§ 3º A renda escripturada n'esse livro especial, sommada a que tiverem produzido as mesmas verbas nas estações, será transportada para o livro da receita a que se refere o artigo antecedente, no praso ali fixado.

SECÇÃO II

DESPESA

Art. 52.—Com excepção dos serviços permanentes para cujo custeio haja verba no orçamento, nenhuma despesa será paga pelo thesouro sem authorisação expressa do Presidente do Estado, embora exista para o pagamento credito votado, cumprindo entretanto ao thesouro, n'esses casos, processar as contas, e apreciar a idoneidade dos que se apresentarem reclamando seu pagamento.

Feito esse processo e julgadas boas as contas, o thesouro submeter-as-á ao Presidente do Estado requisitando permissão para pagalas (art. 24 da lei n. 1).

Art. 53.—Os pagamentos para os quaes o thesouro independe de authorisação são:

1º o subsidio e ajuda de custo dos deputados;

2º o pessoal da secretaria do Congresso, do governo e administração do Estado, da magistratura e da policia, cujos vencimentos estiverem fixados em tabellas, desde que o nome do serventuario conste da folha de pagamento no thesouro;

3º a força policial de Estado segundo os mappas apresentados mensalmente pelo fiscal do corpo com o visto do commandante;

4º o expediente das diversas repartições mediante requisição dos chefes;

5º as obrigações originadas de contractos desde que sejam de quantias certas;

6º as subvenções consignadas em lei, ainda que não estejam consagradas em contractos, comtanto que d'estes não dependa a sua effectividade;

7º os juros da divida fundada, da fluctuante de qualquer outra que os vencer;

8º os juros dos dinheiros de orphãos e a restituição d'estes, na conformidade das leis em vigor.

9º o subsidio do pessoal inactivo e as pensões;

10 a restituição dos depositos voluntarios e das cauções que estiverem completamente desembaraçadas;

11 as gratificações e vencimentos de funcionarios ou commissões temporarias, desde que hajam sido arbitradas no acto da nomeação pela autoridade competente;

12 as dividas de exercicios findos devidamente liquidadas e contempladas no pedido e autorisação de credito, bem como as letras ou saques vencidos.

Art. 54.—O processo das contas no thesouro comprehende:

a) a conferencia das sommas;

b) o exame da authenticidade dos documentos;

c) a apreciação da idoneidade do reclamante;

d) cotejo da auctorisação legal em virtude da qual foi feita a despesa;

e) a lei, acto, ou contracto em que se funda o pedido;

f) o exame moral da conta.

Art. 55.—O director do thesouro devera dirigir por officio ao chefe de qualquer repartição, pedindo-lhe os necessarios esclarecimentos

sobre as contas que não forem apresentadas em termos, ou a cujo respeito a contadoria suscitar duvida, devolvendo as que carecerem de preencher formalidades ou satisfazer exigencia justa, assim como deverá impugnar as que tiverem sido feitas sem auctorisação legal ou contra disposição de lei, contiverem preços exageradamente superiores ao do mercado, ou não se justificarem pelo emprego feito quer em razão de sua quantidade, quer em razão da natureza do serviço, podendo n'esse sentido ordenar as diligencias que parecerem necessarias, cumprindo-lhe, porém, exercer essa attribuição com a maior discreção possível.

Art. 56.—Os chefes de repartições deverão excuzar-se de englobar na requisição de pagamento contas que lhe parecerem exageradas, mandando os interessados que promovam directamente seu pagamento; mas em regra, todas as despesas effectuadas em cada ramo da administração ou serviço publico deverão ser documentadas e previamente processadas na repartição respectiva para que o chefe requisiite seu pagamento.

Paragrapho unico. Sempre que ao thesouro fôr presente reclamação promovida por parte, para pagamento de despesa occorrida por qualquer das repartições, o director remettel-a-á immediatamente ao chefe d'essa pedindo para que informe-a, dando as razões por que não processou-a, e depois da informação decidirá como na hypothese couber.

Art. 57.—Na averiguação determinada pelo art. 55, o director do thesouro usará da maxima cordialidade com os demais chefes, mantendo reserva na sua correspondencia até deliberação final; e sempre que algum d'ellos declarar que assume a inteira responsabilidade de sua requisição, o director deve considerar suspensa a sua jurisdição e submeter reservadamente o processo, no ponto em que se achar, ao Presidente do Estado, acompanhando-o da correspondencia trocada e de todas as outras peças explicativas. O Presidente decidirá sobre o caso.

Ar. 58.—Terminado o processo preliminar das contas cumpre á contadoria classificar discriminadamente as diversas despesas pelas suas verbas orçamentarias, tendo em vista as leis e actos que forem

attinentes, e examinar o estado dos respectivos creditos para informar sobre a possibilidade do pagamento.

Paragrapho unico. Esse exame será renovado definitivamente depois que as contas voltarem da Presidencia com a authorisação de pagamento, sempre que algum dos creditos estiver a esgotar-se e haja receio de que elle possa ter sido ultrapassado ao tempo do trajecto do processo.

Art. 59.—A ordem interna para o pagamento será lançada pelo director em vista da authorisação presidencial, e sem essa formalidade as contas não poderão ser remettidas á thesouraria.

Independente de ordem do director, só serão pagos os vencimentos dos empregados, e os juros de apolices pelas folhas organizadas.

Art. 60.—De qualquer pagamento as partes passarão quitação ao thesouro por meio de recibos nos livros de folha, assignando para isso a partida com o escriptuario que a escrever; o que feito, será entregue um cheque pelo mesmo escriptuario rubricado e com as necessarias declarações, afim de ser apresentado pela parte ao thesoureiro.

Art. 61.—Todos os documentos de despeza, devidamente numerados pelo thezoureiro com referencia á partida na caixa geral, voltarão semanalmente á contadoria para a organização das demonstrações e para instruirem a escripturação dos livros de credito.

Paragrapho unico. N'esse mesmo periodo fará o thezoureiro a demonstração dos pagamentos effectuados pelos livros de folhas, e remettel-a-á á contadoria para depois de conferida creditar-lhe as respectivas importancias.

SECCÃO III

DOS BALANÇOS DOS CAIXAS

Art. 62.—Até o dia 30 de cada mez deverá o contador, ajudado pelos chefes de secção, organizar o balanço das operações do mez anterior, e enviel-o ao Presidente do Estado, ficando copia no thesouro. Além d'isso, em cada segunda-feira, far-se-á remessa á Presidencia do balancete resumido da receita de despeza da semana finda para ser applicado quando interessar.

Art. 63.—O balanço definitivo annual será pelos mesmos funcionarios organizado sobre os mensaes, no trimestre que se seguir ao praso adicional.

Ar. 64.—A organização d'esse balanço será feita exactamente pelo molde do orçamento e de accôrdo com as leis reguladoras d'este. As cifras deverão ser apresentadas de modo a pôr em evidencia a renda e despesa proprias do exercicio, o saldo ou *deficit* que houver resultado de suas operações.

§ 1º Para esse fim serão eliminadas do balanço as operações subsidiarias que para a conveniencia interna do serviço houverem sido effectuadas, taes como os adiantamentos provisorios que um caixa fizer a outro, as desclassificações de partidas mal lançadas, as annullações de receita ou despesa, contanto que todas ellas hajam sido convenientemente liquidadas e constem da escripturação.

§ 2º A receita deve ser nomenclaturada pela ordem do orçamento, devendo a renda ordinaria ficar perfeitamente discriminada da especial; outro tanto se fará com a despesa geral e aquella que se effectuar por conta de creditos especiaes, de forma que os saldos do orçamento ordinario fiquem distinctos do extraordinario.

§ 3º Para regularisar e tornar expedita a escripturação sob o ponto de vista da confecção dos balanços serão adoptados um *caixa* para o movimento da receita e despesa, um outro *caixa* para a receita oriunda de contas especiaes e a despesa que se effectuar com esses recursos.

I Quando houverem muitos serviços organizados com sua renda especial, de modo que a escripturação se complique, será introduzido mais de uma caixa para as respectivas operações.

II A escripturação será conduzida com a precisa habilidade, afim de poder-se conhecer a qualquer momento as forças de cada caixa, isto é, o saldo de sua receita sobre a despesa já effectuada; para isso, quando no mesmo caixa especial se accumularem serviços distinctos, cada um d'elles terá sua columna na receita e na despesa para o lançamento das cifras arrecadadas ou despendidas.

Art. 65.—O balanço definitivo do exercicio deve ser acompanhado de um outro balanço do caixa de depositos do thesouro, e um ter-

ceiro do caixa geral dos orphãos, contendo o resumo das operações effectuadas n'esses caixas durante o anno anterior.

Art. 66.—No caixa de depositos darão entrada e serão lançados seguidamente, mas tendo columnas distinctas para a apresentação das cifras na receita e na despeza sob ostres títulos geraes,—em dinheiro, em títulos, em especie :

1º Os valores em dinheiro destinados a qualquer fim extraordinario recommendado em lei, segundo a denominação determinada pela sua applicação ;

2º os depositos voluntarios ;

3º os valores em títulos da divida publica, acções de companhias ou balanços, em letras dadas em cauções ou fianças de contractos, de agentes fiscaes, ou outros quaesquer responsaveis ;

4º as gratificações a que forem obrigadas as empresas para pagamento de sua fiscalisação ;

5º os juros da divida publica do Estado de cada semestre vencido, os quaes serão pagos mediante folha especial, abonando-se ao thesoureiro o que pagar em cada mez ;

6º em geral, as quantias que o governo do Estado, por motivos de conveniencia publica, mandar recolher a esse caixa, para o fim de poderem ser a todo tempo reclamadas pelos interessados, evitando que caiam em exercicio findo.

Art. 67.—O caixa geral dos dinheiros de orphãos será escripturado de conformidade com o decreto n. 34 de 30 de dezembro de 1893.

Art. 68.—Todos esses caixas, com excepção do ultimo que ficará a cargo de um dos escripturarios especialmente designado, serão escripturados pela thesouraria, tendo como orgão consultivo o contador do thesouro, que a seu turno ouvirá o director quando tiver escrupulo em resolver por si qualquer duvida.

Art. 69.—O director do thesouro deverá remetter ao Presidente do Estado, até o dia 10 de cada mez, uma demonstração mensal dos caixas especiaes, do de depositos e do de orphãos, dando o saldo do mez anterior ao demonstrado, as quantias recolhidas e sahidas n'este, suas proveniencias, razão de sahida ou applicação.

CAPITULO III

TOMADA DE CONTAS

Art. 70.—São obrigados a prestação de contas todos os encarregados de arrecadar e despende dinheiros publicos, qualquer que haja sido o fim para que tenham recebido esses dinheiros, de cuja responsabilidade só ficarão isentos depois de obterem sua quitação.

Art. 71.—Nos prazos estipulados nas leis e contractos, ou em qualquer época quando não houver prazo estipulado, o thesouro chamará a contas os responsaveis, marcando-lhes tempo para se apresentarem devidamente documentados.

Art. 72.—Para o cumprimento d'esse dever, o thesouro terá livro especial onde fará o assentamento de todos os que receberem quantias adeantadas para qualquer fim, devendo constar d'elle a importância do adeantamento e a auctorisação legal que determinou-a.

Art. 73.—Quando a tomada de contas do responsavel não poder se praticar no thesouro, por depender de escripturação, documentos ou informações de outra repartição, o director deprecará ao chefe respectivo que mande effectual-a com assistencia do empregado do thesouro que fôr para isso commissionado.

Art. 74.—A tomada de contas dos exactores da fazenda far-se-á em vista de todos os livros, cadernos e talões que houverem sido ministrados ao exactor, e deverão constar das respectivas cargas.

Art. 75.—O processo comprehendirá :

1º a apuração de todas as sommas arrecadadas pelo exactor durante o periodo financeiro ;

2º a das sommas por elle recolhidas n'esse mesmo tempo ;

3º o exame de toda a escripturação para verificar ;

a) si as rendas foram arrecadadas pela forma estabelecida nas leis, quer quanto ao modo e tempo, quer quanto á respectiva somma ;

b) si as remessas dos saldos correspondem aos prazos em que se effectuou a cobrança ;

c) si a escripturação foi feita em ordem segundo os princípios reguladores ;

d) si os livros, cadernos e talões estão devidamente assignados pelos empregados competentes ;

e) si as despesas foram effectuadas de accôrdo com as tabellas relativas e as ordens ou auctorisações expedidas ;

f) si todos os resultados numericos estão exactos.

Art. 76.—Como preliminar do processo verificar-se-á tambem si
● exactor apresentou as suas contas no devido tempo, e, no caso contrario, si ha rasões que o justifiquem.

Art. 77.—Organisado assim o processo, o contador submettel-o-á com seu parecer ao director para ser presente á junta de fazenda depois de ouvido o procurador.

Art. 78.—Estando as contas em ordem, de modo que a fazenda nada haja a reclamar, serão ellas julgadas boas, e expedir-se-á quitação ao exactor dando-se-lhe baixa á fiança si estiver terminada sua gestão ; quando porém não estiverem regulares, a junta determinará a citação do responsavel, sua viuva, herdeiros, tutores ou curadores d'estes, para allegarem o que fôr de direito, dentro do praso de 30 dias.

§ 1º A citação far-se-á por officio, dirigido pelo correio, sendo junto ao processo o talão de entrega do registrado.

§ 2º O prazo para reclamação dos interessados poderá ser es-
paçado por mais 30 dias quando esses se acharem em pontos re-
motos do Estado ou fóra d'este.

Art. 79.—Terminado o prazo concedido e mais o da prorrogação, quando tiver havido, si os interessados se apresentarem e produzirem defeza attendivel, documentada ou não, que dirima a responsabilidade, a junta fará voltar o progresso á contadoria para ser revisto, e sub-
mettel-o-á depois a novo julgamento ; si porém, não se apresenta-
rem, ou si a defeza produzida fôr improcedente, terá lugar immedi-
atamente o julgamento, fixando o alcance, a natureza d'este, o tempo
a que é relativo e as demais circumstancias que o revestirem.

Paragrapho unico. Das decisões da junta, n'este ultim● caso ha-
verá recurso voluntario para o Presidente do Estado no prazo de 10
dias, podendo interpol-o o responsavel, o fiador, herdeiros, viuva e
credores d'este, ou quaesquer outros interessadoa, seus procuradores
ou representantes legaes.

O Presidente julgará dentro de 60 dias contados d'aquelle em
que o processo subir á sua conclusão.

Art. 80.—Decidido afinal o recurso ou esgotado o tempo para a sua interposição, o director do thesouro marcará praso para o recolhimento da importancia do alcance, findo o qual remetterá o processo ao contencioso para fazer a inscripção da divida e promover a sua execução.

Art. 81.—O director requisitará em acto successivo, si antes já não o tiver feito, a prisão do responsavel alcançado, ao juiz criminal da comarca onde elle residir.

Paragrapho unico. Igual providencia tomará contra aquelles que nos prazos devidos não recolherem os saldos em seu poder ou não apresentarem os livros e documentos indispensaveis á tomada de suas contas, devendo em tal caso mandar recolher todos os elementos para proceder a essa tomada que seguirá depois os tramites ordinarios estabelecidos n'este capitulo.

Art. 82.—A prisão n'esses casos é meramente administrativa e tem por fim compellir os responsaveis ao recolhimento dos saldos e alcanços, ou á prestação de contas.

Verificada porém a prisão, marcará o thesouro novo praso para que elles se quitem, e não o fazendo presume-se que extraviaram, consumiram ou apropriaram-se dos dinheiros do Estado, competindo ao director do thesouro enviar ao ministerio publico representação instruida para promoção de sua responsabilidade criminal.

§ 1º Essa providencia não comprehende os alcances provindos de glósa juro de móra, pagamentos illegaes feitos em boa fé, erros de officio na arrecadação, ou causas semelhantes, de onde não se póssa induzir suspeita contra a honestidade do responsavel.

§ 2º Effectuado o recolhimento não terá logar nenhum procedimento ulterior.

Art. 83.—A todo o tempo, mesmo depois de expedida a quitação, poder-se-á em face de novos documentos renovar o exame e revisão de contas.

Art. 84.—Todos os responsaveis da fazenda ficam sujeitos aos juros de 12 0/0 ao anno pela móra em que incorrerem depois da intimação para o recolhimento do alcance ou para prestação de contas.

Art. 85.—As disposições relativas ao processo da tomada de contas dos exactores, e as diligencias que se lhe seguem, inclusive a

prisão administrativa, são extensivas a quaesquer responsaveis pela retenção de dinheiros do Estado.

Nos casos omissos d'este capitulo, observar-se-á as disposições do decreto n. 2548 de 10 de março de 1860 no que lhe forem applicaveis.

CAPITULO IV

MATERIA CONTENCIOSA

SECÇÃO I

DOS CONTRACTOS

Art. 86.—Devem ser, em regra, lavrados no contencioso do thesouro, todos os contractos que estipularem *onus* pecuniarios para o Estado; e quando por motivos especiaes forem lavrados fóra, a autoridade que celebral-os deverá enviar ao procurador da fazenda cópia authentica para ser registrada no livro dos contractos.

Art. 87.—As bases de contracto serão organisadas pelo chefe do serviço a quem immediatamente competir a sua fiscalisação, e submettidas á approvação do Presidente do Estado. que remettel-as-á afinal ao thesouro para lavrar o termo.

Art. 88.—Exceptuam-se da regra do art. 86 aquelles contractos cujos *onus* poderem ser satisfeitos pela verba de expediente da repartição que os celebrar; os que tiverem por objecto a execução de serviços previstos no orçamento com verba singularisada, uma vez que se restrinjam ás forças da verba; e os relativos a serviços pessoais, ou a pequenas obras publicas, inclusive o fornecimento de materiaes; os quaes serão lavrados na repartição a que forem attinentes, no primeiro e segundo caso, e no ultimo na directoria de obras.

Art. 89.—Quando ao thesouro pertencer a fiscalisação immediata do contracto, ou pela natureza d'este, ou por se tratar de seu serviço peculiar, as bases serão confeccionadas pelo proprio procurador da fazenda, sendo dispensavel, tanto n'este caso, como nos do artigo antecedente, a approvação do Presidente do Estado, salvo por motivos extraordinarios, ou tratando-se de fornecimento avultado.

Art. 90.—O principio da concurrencia deve servir de nórma geral para os contractos de quaesquer serviços, e n'aquelles cujas despesas provaveis excederem de cinco contos de réis, esse principio só poderá ser elidido por auctorisação expressa do Prsidente do Estado, a quem compete tambem julgar afinal das propostas apresentadas para qualquer trabalho, e auctorisar o contracto.

Art. 91.—Todas as repartições publicas deverão ter livro especial para os seus contractos, não só aquelles que forem com elles directamente celebrados, como os celebrados no thesouro cuja fiscalisação incumbir-lhe; estes ultimos serão transcriptos da cópia que o procurador da fazenda enviará ao chefe da repartição competente depois de lavrado e concluido o termo.

Paragrapho unico. Esta disposição é extensiva a todos os contractos anteriores a este decreto que ainda estiverem em vigôr, devendo o procurador enviar á Presidencia dentro de 90 dias a relação dos que tiverem incorrido em caducidade mas si esta ainda não houver sido declarada.

Art. 92.—Todos os pagamentos derivados de obrigações estipuladas em contracto serão primeiramente processados no contencioso, devendo o procurador dizer sobre a legitimidade da parte, sobre a oportunidade, justiça, fórma e quantidade devida de pagamento em vista do contracto.

Art. 93.—O julgamento da concurrencia no thesouro será attribuição da junta de fazenda.

SECÇÃO II

DÍVIDA PUBLICA

Art. 94.—A escripturação relativa á divida passiva do Estado terá por base o decreto n. 33 de 30 de dezembro do anno passado, bem como as leis, actos e contractos que de futuro crearem novos encargos.

Art. 95.—Os livros destinados a esse fim deverão ser modelados segundo a natureza da divida e as ordens do governo, de modo a offerecerem prompta informação sobre a sua importancia total primitiva, origem da divida, auctorisação em virtude da qual foi contrahida, nomes dos credores, quando possivel, amortisação effectuada e prazos de amortisação.

Art. 96.—Para escripturação da divida activa haverá tambem livro especial em que serão discriminadas pelas suas origens :

1º a divida proveniente de alcances de exactores;

2º a proveniente das quantias retidas em mão de outros responsáveis que nos prazos marcados não prestaram contas ou foram encontrados em alcance;

3º a proveniente de obrigações estipuladas em contractos;

4º a proveniente de impostos ou quaesquer rendas por cobrar, depois de findo o exercicio relativo.

Art. 97.—Essa escripturação será feita no contencioso segundo as notas fornecidas pela contadoria no caso dos ns. 1, 2 e 4, e segundo as diligencias do proprio contencioso no caso do n. 3.

Art. 98.—Ao procurador da fazenda compete promover em juizo a arrecadação de toda essa divida, não podendo ser recebida no thesouro quantia alguma d'essa origem sem que soffra processo preliminar no contencioso, a quem compete dar guia para o recebimento.

Art. 99.—O procurador da fazenda mandará creditar a todos os devedores as quantias com que entrarem depois que a thesouraria devolver-lhe as guias com as devidas notas de pagamento.

Art. 100.—Os chefes das estações fiscaes serão os delegados do procurador da fazenda na cobrança da divida activa proveniente de rendas, cujos devedores residam fóra da capital.

A cobrança será effectuada em virtude de guias expedidas pelo procurador aos mesmos chefes, aos quaes será carregada pela contadoria a importancia relativa. No contencioso deve haver egualmente assentamento de todas as guias passadas, sua importancia, e estação para onde seguíram.

Art. 101.—Todos os devedores, que não se quitarem no prazo que lhes fôr concedido por edital, ficam sujeitos á multa de 6 % no 1º anno, — de 9 % no 2º — e de 12 % do 3º em diante, além da obrigação de satisfazer todas as despesas occasionadas pela cobrança. Os que acudirem sollicitos ao edital, pagarão apenas a sua quota na despesa effectuada com este.

Paragrapho unico. Esta disposição não comprehende os responsáveis alcançados.

Art. 102.—Ao procurador da fazenda bem como ás estações fiscaes serão marcadas em tabella porcentagens pela arrecadação da divida activa que promoverem.

TITULO III

CAPITULO UNICO

VANTAGENS, OBRIGAÇÕES E PENAS

Art. 103.—Todo o pessoal do thesouro gosará das vantagens concedidas por lei aos demais funcionarios do Estado.

Art. 104.—O director é da confiança immediata do Presidente, que o nomeará ou demittirá livremente.

No caso da demissão recahir sobre funcionario que tenha, por lei garantida sua vitaliciedade, continuará elle a perceber o ordenado do cargo que occupava antes do de director segundo a tabella que vigorar, até ser aproveitado em outro cargo de cathegoria e vencimentos correspondentes.

Art. 105.—Todo o pessoal do thesouro com excepção do contador, dos chefes de secção, do thesoureiro e do procurador da fazenda, será nomeado ou demittido pelo director.

Esses outros funcionarios são de nomeação e demissão do Presidente do Estado.

Art. 106.—E' garantido o accesso, dadas as condições e requisitos legais, do logar de continuo ao de porteiro, e deste e do de praticante ao de 2º escriptuario, de 2º a 1º escriptuario, deste a chefe de secção e finalmente a contador.

Art. 107.—Exige-se para o cargo de continuo e de porteiro as mesmas habilitações requeridas para iguaes cargos na secretaria geral, para o de praticante as mesmas que para porteiro d'aquella secretaria; para 2º escriptuario as mesmas que para 2º official e mais o exame pratico feito na repartição que versará sobre toda a materia contida no titulo 2º deste decreto;— para 1º escriptuario as mesmas que para 1º official; d'ahi em diante o accesso será por antiguidade.

Art. 108.—São applicaveis ao thesouro as disposições dos arts. 13, 14 e 15 do decreto n. 1 de 4 de junho de 1892, competindo ao director a imposição das penas, por iniciativa propria ou sob representação do chefe de cada departamento e secção de departamento.

PARTE II

Estações Fiscaes

TITULO I

Função, classificação, pessoal das estações e suas attribuições

CAPITULO I

FUNÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

Art. 109.—As estações fiscaes são as repartições especialmente encarregadas da arrecadação e fiscalisação das rendas do Estado, não comprehendidas entre as que excepcionalmente compete ao proprio thesouro arrecadar.

Art. 110.—As estações serão nomenclaturadas em 1ª, 2ª e 3ª classe, sendo da 1ª a recebedoria da capital; da 2ª as que, além d'essa, arrecadam imposto de exportação; da 3ª as demais.

Art. 111.—A recebedoria da capital compõe-se de:—administrador, ajudante d'este, tres 1ºs escripturarios e 4 segundos ditos, thesoureiro, porteiro e de um commandante e seis guardas fiscaes; as de 2ª classe terão a denominação de mezas de renda, e se comporão do administrador, escrivão e do numero de guardas que fôr restrictamente preciso; as de 3ª se denominarão agencias de renda e terão apenas administrador e escrivão.

Art. 112.—Nas estações de 2ª e 3ª classe o administrador desempenhará cumulativamente funções de thesoureiro.

Art. 113.—Além da função arrecadadora, as estações exercerão accidentalmente a de repartição pagadora, quando para isso receberem ordem expressa do thesouro.

Paragrapho unico. Poderão ser pagos nas estações os vencimentos dos serventuários estadoaes que estiverem dentro da sua zona fiscal, e requererem-n'o ao director do thesouro; sel-o-ão igualmente as despesas que o Presidente do Estado assim o determinar por intermedio do alludido funcionario, bem como os vencimentos do proprio pessoal da estação.

Art. 114.—Haverá uma estação fiscal em cada municipio, podendo serem creadas outras nos lugares onde exigil-o a facil arrecadação das rendas ou o receio de sua defraudação.

CAPITULO II

ATTRIBUIÇÃO DO PESSOAL

Art. 115.—Além das funcções que implicita ou explicitamente forem-lhe commettidas no processo fiscal das rendas creadas ou outras que de futuro o forem, e das especificadas em outras leis, o pessoal das estações exercerá as attribuições expostas e enumeradas n'este capitulo, considerando-se subentendidas todas aquellas que destas se deduzirem em rasão da natureza do serviço.

Art. 116.—Aos chefes das estações incumbe:

1º representar integralmente a fazenda do Estado no termo de sua jurisdição, quer perante os contribuintes, quer perante as auctoridades administrativas, judiciaes ou policiaes que serão obrigadas a ouvir-os, excepto na capital, em tudo quanto interessar ao fisco;

2º inspecionar pessoalmente todo o serviço externo da repartição sempre que entenderem conveniente, ou quando solicitarem-n'o os interesses fiscaes, tendo o mais escriptuloso cuidado de informar-se sobre a conducta dos seus empregados, e syndicando de tudo quanto possa interessar á arrecadação das rendas;

3º fiscalizar na sua zona fiscal o modo por que são executadas pelas auctoridades as disposições da lei fiscal relativas aos impostos de transmissão de propriedade, de sello e de litígios forenses, aos emolumentos e ás multas, tomando logo as providencias que estiverem na sua competencia, e representando ao thesouro sobre as que não estiverem.

Art. 117.—Ao ajudante do administrador e escripturarios na recebedoria da capital, aos escrivães nas demais estações incumbe fazer : toda a escripturação das repartições, competindo particularmente ao ajudante examinar as guias recebidas para pagamento dos impostos de sello e transmissão, de emolumentos ou multas, e conferil-as com as tabellas e a parte explanativa da lei n. 89, mandando reformar as que encontrar em falta sob pena de responsabilidade sua. Essa função é exclusivamente dos chefes nas estações de 2ª e 3ª classe.

Art. 118.—Aos guardas, além das funções internas que forem-lhes commettidas, cumpre executar todo o serviço externo relativo á fiscalização das rendas que por lei estiver determinado, quer nas horas de expediente na repartição, quer em todas as outras do dia ou da noite, recebendo ordens dos chefes para o seu revesamento.

Art. 119.—Ao thesoureiro da recebedoria incumbe o recebimento e guarda de todos os dinheiros ou valores, assignando com o escriptuario todas as cargas, e conferindo-as diariamente uma hora antes de findar o expediente.

Art. 120.—O thesoureiro poderá ter fiel seu, servindo sob a sua responsabilidade e com a mesma fiança.

Art. 121.—Ao porteiro competem as attribuições peculiares a esse cargo em todas as demais repartições.

Nas estações onde não houver esse serventuario, exercerá as attribuições competentes o guarda designado pelo chefe.

TITULO II

Organisação e detalhe do serviço

CAPITULO I

ORGANISAÇÃO DO SERVIÇO

Art. 122.—A arrecadação das rendas far-se-á de accôrdo com a lei do processo fiscal n. 89 de 30 de debembro de 1893, e com outras que de futuro venham a crear novas fontes de renda.

Tudo quanto n'ellas estiver deteiminado será complemento das disposições deste decreto.

Art. 123.—A escripturação das estações deve obedecer como a do thesouro ao molde orçamentario, e constará de um caixa geral, caixa de depositos, caixa de classificação da receita e caixa da receita especial, preparados em condições identicas aos congeneres do thesouro.

Fica entendido que este ultimo será dispensavel desde que não haja receita especial a cobrar pelas estações.

§ 1º Além d'esses livros haverá um para as quantias que devem ser recolhidas ao thesouro em conta de orphãos; outro para a conta corrente do sello de estampilha entre a estação e o thesouro; outro para registro da correspondencia official; e mais os de ponto, dos termos de multa, da porta, de lançamentos (quando houver renda lançada) e cadernos de talões e guias para a cobrança dos impostos.

§ 2º Os caixas serão escripturados segundo os modelos do thesouro por este fornecidos; o de dinheiros de orphãos deverá conter as declarações exigidas no artigo 2º do decreto n. 34 de 30 de dezembro do anno passado, os demais seguirão os estylos ordinarios.

CAPITULO II

DETALHES DO SERVIÇO

Art. 124.—Todas as estações fiscaes trabalharão diariamente das 9 horas da manhã até as 3 horas da tarde, excepto nos domingos e dias feriados, podendo o expediente ser prorogado pelos chefes quando o serviço publico exigil-o.

Paragrapho unico. Para os empregados em conferencia fóra da repartição e para os guardas em geral, o serviço começará das 6 ás 7 horas da manhã e terminará das 5 ás 6 da tarde, cumprindo ainda aos guardas as vigillias nocturnas á bordo dos navios em carga, á margem das barreiras ou em quaesquer outros pontos determinados pelos chefes no intuito de evitar contrabandos.

Art. 125.—A policia é obrigada a dar *in-continenti* aos chefes e empregados fiscaes os auxilios de que elles carecerem para acautelar os interesses da fazenda; esse auxilio poderá ser requisitado ás auctoridades policiaes, ou directamenre aos commandantes de força.

Art. 126.—Haverá em cada estação um livro de ponto para os empregados pelo qual se organizarão as folhas de pagamento mensal dos vencimentos. O ponto será encerrado diariamente pelo chefe, ou pelo ajudante na recebedoria da capital.

Art. 127.—E' vedado aos empregados fiscaes, sob pena de demissão:

- a) extraviar quaesquer papeis ou documentos justificativos do pagamento de imposto;
- b) ser procurador das partes, directa ou indirectamente;
- c) acceitar dadia ou offerta, receber ou pedir empréstimos de pessoas que tenham negócios na repartição e do commercio em geral;
- d) ser interessado em qualquer ramo de commercio ou industria;
- e) averbar-se de suspeito em negócios da repartição, excepto nos de seus ascendentes ou descendentes e consanguíneos até o 2º grão.

Art. 128.—Os chefes de estação de 2ª e 3ª classe, agirão de conformidade com as instrucções do procurador da fazenda e com o que em lei estiver determinado para este, quando tiverem de exercer suas funcções.

Art. 129.—As despesas de expediente das estações de 2ª e 3ª classe, inclusive o aluguel de casa, si não for proprio estadual, correrão por conta do pessoal da estação.

Art. 130.—A recebedoria da capital terá sob as suas ordens o numero de escaleres necessarios para o serviço da vigilancia do porto, com o pessoal indispensavel, a juizo do administrador com approvação do director do thesouro.

Art. 131.—Todos os guardas fiscaes usarão de um uniforme approved pelo director.

Art. 132.—Na recebedoria, como nas estações de 2ª classe, poderão ser creados logares de despachantes, quando o augmento de expediente assim o exigir.

Sob proposta dos chefes das estações, a quem competirá a sua livre nomeação e demissão, o director do thesouro creará o numero de despachantes preciso.

§ 1º São requisitos indispensaveis para esse logar: ser cidadão brasileiro, maior de 21 annos, ter fiador idoneo e não exercer cargo publico.

§ 2º A fiança será tomada por termo em livro especial perante os chefes das repartições, obrigando-se o fiador a responder pelos actos dos seus afiançados e qualquer damno ou prejuizo que elles causarem.

§ 3º Nas estações que tiverem despachantes, só elles ou os proprios donos da mercadoria poderão processar despachos perante a repartição.

Art. 133.—Quando forem creados esses logares, o Presidente do Estado expedirá instrucções regulamentares da escripturação e mais deveres dos despachantes.

Art. 134.—Sempre que houver accumulo de trabalho no thesouro e o expediente da recebedoria permittir, os escripturarios d'esta repartição poderão ser chamados á trabalhar n'aquella pelo director do thesouro.

TITULO III

Vantagens, penas e onus

CAPITULO I

VANTAGENS E PENAS

Art. 135.—O pessoal das estações fiscaes gosará das mesmas vantagens que por lei são concedidas aos demais funcionarios do Estado.

Art. 136.—Os chefes das estações de 2ª e 3ª classe serão de livre nomeação e demissão do director do thesouro, que deverá escolher para esses cargos pessoas de reconhecida probidade, exonerando logo os que por seus actos fizerem induzir suspeitas sobre a sua honestidade.

Os escriptães das agencias serão da confiança dos chefes e por elles propostos á nomeação do director do thesouro. Compete aos chefes a nomeação dos guardas. Não haverá accessos nessas diversas hierarchias, o que não impede, entretanto, a livre nomeação do funcionario de uma cathegoria para outra superior.

Paragrapho unico. A condição exigida para a investidura d'esses cargos, além da aptidão indispensavel, é a moralidade e energia necessaria para o desempenho das suas funcções.

Art. 137.—O administrador e todo o pessoal da recebedoria são de nomeação do director do thesouro, que tambem nomeará e demetterá livremente o thesoureiro.

Art. 138.—Os accessos se darão entre os empregados da recebedoria e os do thesoiro dos lugares de porteiro e guardas aos de praticante do thesoiro; d'este aos de 2^{as} escripturarios de ambas as repartições; dos de 2^{as} aos de 1^{as}; d'estes aos chefes de secção e de administrador, e d'ahí para o de contador.

Art. 139.—As habilitações serão as mesmas para as mesmas categorias de uma e outra repartição.

Art. 140.—Todo o pessoal da recebedoria está immediatamente subordinado ao administrador respectivo.

Art. 141. Os funcionarios das estações fiscaes estão sujeito ás mesmas penas administrativas requeridas no art. 108.

Art. 142.—As percentagens fixadas nas tabellas de vencimentos das estações não serão contadas sobre as seguintes verbas, além de outras em lei indicadas, por cuja arrecadação nada perceberão ellas:

1^a imposto de vencimentos e o sello das nomeações;

2^a a renda dos bens estadoaes que, por delegação do thesoiro em casos imprevistos fôr-lhe ordenado arrecadar;

3^a as multas comprehendidas no titulo 4^o da lei n. 89;

4^a as indemnisações, restituções e alcances;

5^a os depositos, inclusive dinheiros de orphãos;

6^a qualquer receita especial;

7^a divida activa (salvo as percentagens marcadas em tabella).

Art. 143.—Os empregados das estações fiscaes serão substituidos pela seguinte fórma:

a) o administrador pelo ajudante, este pelo escriptuario mais antigo;

b) os chefes das estações de 2^a e 3^a classe pelos escriptvães; estes pelos guardas na 2^a classe e pelos proprios chefes na 3^a, percebendo elles as respectivas vantagens;

c) estando impedidos o chefe da estação e o escriptvão, o director do thesoiro providenciará immediatamente sobre a substituição, enviando um empregado do thesoiro, ou de outra estação.

Art. 144.—Será demittido *in-continenti* o empregado de estação que fôr cúmplice em qualquer defraudação da fazenda, quer por auxiliar-a, quer por consentil-a, quer por não obstar a sabendo-a ou devendo sabel-a.

Art. 145.—Os empregados fiscaes poderão ser removidos de umas para outras estações quando convier ao serviço publico.

CAPITULO II

ONUS ESPECIAES

SECÇÃO I

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 146.—Os chefes das estações fiscaes são obrigados a recolher ao thesouro o saldo de cada mez, dentro dos dez primeiros dias para as estações que distarem até 15 leguas da capital e vinte para as demais.

D'esta regra exceptua-se a recobedoria da capital que prestará contas até o dia 5 do mez e recolherá no primeiro dia de cada semana o saldo da anterior.

Art. 147.—Com os saldos serão remittidos os balancetes da renda arrecadada e da despesa effectuada durante o mez.

A receita deve vir classificada de accôrdo com o respectivo caixa; quanto á despesa será bastante designar os funcionarios pagos. Os dinheiros de orphãos e os depositos deverão vir igualmente acompanhados de suas demonstrações separadas e dos documentos relativos.

Art. 148.—As estações auctorizadas a recolher saldos ao Banco da Republica do Brazil, ou qualquer outro estabelecimento bancario do Rio de Janeiro, não ficam dispensadas de remetter para o thesouro, no prazo do artigo anterior, os balancetes mencionados.

Fica, porém, estabelecido que deverão limitar-se a recolher ao Banco os saldos da receita geral, cumprindo-lhes remetter directamente ao thesouro, em cada trimestre, os da especial, si houver, os depositos e os dinheiros de orphãos, com as respectivas demonstrações.

Art. 149.—Até o dia 20 de fevereiro de cada anno devem os chefes das estações apresentar ao thesouro, para sua prestação de contas, os caixas que serviram no exercicio anterior, todos os documentos que possam interessar a escripturação d'elles, a conta corrente do sello encerrada a 31 de dezembro, os mappas estatísticos da exportação, os cadernos de talões, os quadros da divida activa cobrada e por cobrar,

a relação da nova divida do exercicio com os nomes dos devedores, origem da divida, documentos que a instruem, alem de um relatorio circumstanciado sobre o desenvolvimento provavel de cada fonte de receita ou das causas de sua diminuição.

Art. 150.—A inobservancia das disposições dos artigos antecedentes sujeita os responsaveis á multa de 100\$000 a 500\$000, dobrada na reincidencia, alem das penas criminaes, da de suspensão ou demissão. A multa imposta só será relevada por motivo muito attendivel.

Art. 151.— Quando a falta de entrega nos prazos devidos fôr dos saldos, os chefes das estações pagarão pela móra 1 % ao mez sobre a quantia indevidamente retida, além da multa.

§ 1º A remessa dos saldos, sem os documentos que devem acompanhar-os, induz apenas á multa; mas os saldos irão para o caixa de depositos em conta do exactor, até que cheguem os documentos e possa dar-se a conferencia do thesouro.

§ 2º Quando a demora attingir ao duplo do tempo determinado no decreto, o levantamento do deposito dos saldos fica sujeito ao emolumento do n. II da tabella 6ª annexa á lei n. 89 citada.

Art. 152.—E' vedada aos exactores a remessa dos saldos pelo correio. Correrão por sua conta todos os riscos e despesas com a remessa.

Art. 153.—O director do thesouro póde exigir a entrega do saldo existente na estação sob as mesmas penas estatuidas, fôra dos prazos fixados.

Art. 154.—Das multas impostas pelo director haverá recurso para a junta de fazenda.

Art. 155.—O exactor demittido é obrigado em trinta dias, sob as penas do decreto, a entrega de todos os saldos em seu poder a pres-tação de contas, não podendo cobrar-se das percentagens que estiver a haver.

Parapho unico. Essa disposição é extensiva a todos os seus substitutos e os responsaveis em geral.

Art. 156.—O exactor encontrado em qualquer alcance não poderá perceber vencimentos enquanto não indemnizar o alcance.

SECÇÃO II

DAS FINANÇAS

Art. 157.—Nenhum preposto da fazenda, chefes e escrivães das estações fiscaes, thesoureiro da recebedoria poderá entrar em exercicio do cargo sem prestar fiança idonea.

Art. 158.—A fiança poderá ser provisoria ou definitiva, mas a segunda deve ser prestada dentro de noventa dias, no maximo, após a primeira.

Art. 159.—A fiança provisoria consiste na declaração, por termo no thesouro, de pessoa ou pessoas reconhecidamente abonadas, protestando responsabilizarem-se pela gestão do afiançado até a sua fiança definitiva, ou pela declaração deste quando fôr notoriamente abastado, mas não possuir titulos de que compromette os seus bens immoveis, declarando quaes sejam e provando acharem-se desembaraçados.

Art. 160.—A fiança definitiva será prestada em apolices estadoaes, salvo auctorisação especial em contrario do Presidente do Estado, requerida e obtida pelo exactor; n'este caso conceder-se-á mais um praso de sessenta dias para a especialisação da fiança, si esta consistir em immoveis, findo o qual o exactor será suspenso até ultimar o processo, ou dimittido caso seja protellado por culpa sua.

Art. 161.—A fiança dos chefes das estações será calculada na razão de 12 % sobre a receita do anno financeiro anterior arrecadada na repartição respectiva, e a dos escrivães na razão de 6 %.

A fiança do thesoureiro da recebedoria será de 25 % da maior renda de um mez havida n'essa repartição, no anno findo.

Art. 162.—As apolices do Estado, e as federaes serão acceitas para fianças pelo seu valor nominal.

Art. 163.—As fianças serão revistas annualmente pela contadoria do thesouro, que deverá representar ao director sobre a necessidade do seu reforço, sempre que a renda da estação apresentar consideravelmente augmento.

Art. 164.—A fiança subsistirá até liquidação final de contas com o afiançado.

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 165.—A fazenda do Estado é parte em todos os feitos onde houverem interesses fiscaes a zelar; e por isso deverá ser ouvida na capital pelo seu procurador, nas outras comarcas pelos chefes das estações, em todos os processos judiciarios do juizo divisorio desde que estejam sujeitos ao imposto de transmissão.

Art. 166.— O representante fiscal deverá impugnar os valores e protestar por nova avaliação sempre que reconhecer lesão da fazenda pelos valores dados.

Corre-lhe igualmente dever de exigir a apresentação de bens sonegados e protestar contra qualquer outros actos lesivos que occorrerem.

Art. 167.—Nenhum processo divisorio comprehendido no art. 165 será julgado sem que o representante fiscal haja dado sua promoção.

Paragrapho unico. Haverá appellação *ex-officio* no effeito devolutivo sómente, da sentença que julgar afinal o processo, desde que haja sido indeferida qualquer reclamação do representante fiscal no curso do mesmo processo.

Art. 168.—São revogadas todas as disposições em contrario.

O secretario geral do Estado, faça publical-o, imprimir e correr.

Palacio do governo do Estado do Espirito-Santo, em 7 de julho de 1894.

JOSE DE NELLO CARVALHO MONIZ FREIRE.

Sellado e publicado n'esta secretaria geral do Estado do Espirito Santo, em 7 de julho de 1894.

O secretario geral—*Manoel de Campos Cartier*.

DECRETO N. 42

Regula as vantagens e deveres do functionalismo do Estado

O Presidente do Estado, tendo em vista completar a organização administrativa do Estado, consolidando as disposições das antigas leis que provêm ás vantagens e deveres do functionalismo em geral, e modificando aquellas que foram alteradas pela lei n. 1 de 4 de junho de 1892 ou são incompatíveis com o actual regimen, decreta:

CAPITULO I

NOMEAÇÃO, ACESSOS, DEMISSÃO E PENAS EM GERAL

Art. 1º—O exercicio das funções publicas poderá ser effectivo, interino ou em commissão. As disposições d'este capitulo só abrangem os funcionarios effectivos, salvas as suas excepções expressas.

Art. 2º—Ninguém poderá ser nomeado ou admittido a concurso para cargo publico sem exhibir antes de se lhe passar o titulo, prova de ter a idade de 21 annos e a sua folha corrida.

Estes documentos ficarão archivados na repartição que expedir o titulo, ou perante á qual se fizer o concurso.

Art. 3º—E' necessario mais para ser admittido a emprego publico que o candidato seja cidadão brasileiro nato ou naturalizado, e reuna as habilitações requeridas para o cargo.

Art. 4º—Essas habilitações são as que forem exigidas pela lei especial de cada serviço.

Art. 5º—Todos os actuaes serventuarios e os que adiante forem nomeados sem que tenham obtido seus empregos por via de concurso ou de provas determinadas em leis anteriores a 2 de maio de 1892, são obrigados, no praso de 2 annos a mostrarem-se habilitados nas materias por lei exigidas para o emprego que exercerem.

§ 1º—Aos que se habilitarem, na forma do artigo antecedente, ou estiverem comprehendidos na isenção referida, passar-se-á titulo de vitaliciedade para que gozem dos privilegios e garantias ligados aos mesmos titulos.

§ 2º Os outros ficarão sujeitos, além das penas regulamentares, á livre demissão, excepto os que já tinham completado 20 annos de serviço publico estadual, a 2 de maio, aos quaes alcançará o favor da vitaliciedade.

Art. 6º—Os cidadãos diplomados pela escola normal, apenas completarem 18 annos de idade, serão admittidos a qualquer cargo publico, para o qual não se requieram outras provas, que entretanto ser-lhes-á facultado completar, ou que não sejam de confiança pessoal.

Art. 7º—As habilitações a que se refere o art. 4º deverão ser provadas, requerendo os interessados ao Presidente do Estado para serem admittidos a exame na directoria da instrucção publica perante as bancas de examinadores nomeados pela mesma directoria e com assistencia d'esta.

Para as bancas serão preferidos professores das escolas normaes.

Art. 8º.—Os exames serão feitos em dia previamente annuciado pelo director, sujeitando-se o candidato a indemnisar todas as despesas, que serão previamente calculadas e recolhidas ao cofre, para levantal-as quem tiver direito.

Art. 9º—Para cada materia haverá uma banca de exame, podendo, entretanto, perante á mesma banca comparecer todos os candidatos que na mesma época houverem requerido exame.

Art. 10.—Feitos os exames das materias exigidas para o logar que occupa, o funcionario, munido dos certificados passados pela directoria, requererá o seu titulo com o qual estará habilitado para exercer todos os cargos que não exijam outras materias, inclusive os de accesso.

Paragraphe unico. Quando o emprego estiver comprehendido na excepção final d'este artigo, a vitaliciedade n'elle só resultará da habilitação provada nas materias que a completarem.

Art. 11.—O titulo de vitaliciedade garante :

1º a indemissibilidade e a impossibilidade de soffrer pena de suspensão por mais de tres mezes;

2º a inamobibilidade do emprego para outro de inferior cathegoria, servindo de criterio para a classificação d'estas a igualdade de vencimentos e a das habilitações requeridas ;

3º o direito de ser aproveitado em emprego da sua cathegoria, ou de perceber os vencimentos correspondentes embora fóra do exercicio, quando o funcionario for dispensado de emprego de cathegoria superior áquella para que se acha habilitado, dos de confiança pessoal ou outros de livre nomeação e demissão.

Art. 12.—As penas de demissão, de suspensão por mais de tres mezes ou de remoção para cathegoria inferior, só poderão ser impostas pela magistratura e nos seguintes casos:

1º Quando o funcionario incidir em culpa para a qual estejam na lei penal estabelecidas estas penas;

2º Quando elle se tornar habitualmente desidioso a ponto de comprometter o serviço publico, devendo a auctoridade que promover a sua responsabilidade enviar ao juiz criminal as provas em que se fundar;

3º Quando for condemnado perante a justiça commum por crime de morte, ou por qualquer dos outros previstos pelo codigo penal no liv. 2º, tit. 1º, cap. 1º, 2º e 3º; tit. 2º, cap. 1º; tit. 6º, cap. 1º e 2º secções 1ª, 2ª e 3ª; tit. 7º, cap. unico; tit. 8º, cap. 1º, 2º e 3º; tit. 9º, cap. 1º; tit. 10º, cap. 3º; tit. 12º, cap. 2º e 4º; tit. 13, cap. 1º e 2º;

4º Quando commetter facto escandaloso contra a moral social ou domestica.

Art. 13.—A pena será graduada pela gravidade da culpa, só se impondo a de demissão em caso extremo.

Art. 14.—Officiará nos processos o ministerio publico pelo seu orgão, a quem a auctoridade competente enviará todas as peças justificativas da culpa.

Art. 15.—Ouido o querellado em 10 dias, o juiz inquirirá summariamente dentro de outros 15 as testemunhas arroladas na denuncia, procederá as diligencias requeridas pelas partes e as que julgar necessarias, ouvirá as testemunhas do querellado si as der, e julgará afinal com recurso *ex-officio* para a Côrte de Justiça.

Art. 16.—O processo perante esta seguirá a marcha geral que ella determinar, garantindo em toda a amplitude o direito de defeza.

Art. 17.—Cumprir-se-á o que for afinal decidido n'essa instancia.

Art. 18.—O titulo de vitaliciedade não isenta das outras penas administrativas instituidas na lei de cada serviço.

Art. 19.—Logo que o quadro dos empregados publicos esteja preenchido por funcionarios a titulo vitalicio, todas as nomeações serão feitas por concurso entre os candidatos igualmente habilitados.

§ 1º Considerar-se-ão habilitados para concurso;

a) em qualquer cathegoria, os diplomados pela escola normal;

b) os empregados de cathegoria inferior que apresentarem prova de habilitação para aquella em que se houver dado a vaga.

§ 2º O concurso versará sobre assumpto de organização technica da repartição respectiva.

Art. 20.—A apresentação de normalistas diplomados exclue a concorrência de outros que não tenham titulo identico, quer para os accessos de uma cathegoria a outra, quer para o provimento de qualquer vaga.

§ 1º Esse principio, porem, será professado discretamente de modo que não offenda direitos de antiguidade garantidos em leis e adquiridos por mais de 10 annos de serviço na mesma repartição, maximé n'aquellas em que a pratica de seu mechanismo administrativo fôr indispensavel para a boa exacção de deveres.

Será necessario, porém, para poder allegar esta circumstancia que o candidato reuna as habilitações exigidas para o cargo superior que pretende.

§ 2º Quando o normalista fôr tambem empregado da repartição ha mais de dous annos, a sua preferencia é garantida em toda a extensão.

Art. 21.—Para as nomeações, como para os accessos, em quanto não houver pessoal habilitado segundo este decreto, serão preferidos: quanto ás nomeações —os que no Estado houverem nascido ou vivido sempre, desde que tenham boa conducta, honestidade publica e privada e a aptidão indispensavel para o cargo; os que houverem frequentado estabelecimentos de ensino superior ou secundario, no Estado ou fóra delle, e, em geral, os que, alem da capacidade moral requerida, forem reconhecidamente aptos; para os accessos—a par d'esses titulos, o exercicio de emprego de cathegoria inferior, principalmente na repartição onde houver a vaga.

Art. 22. —São motivos para demissão immediata:

1º a deshonestidade publica ou privada;

2º a pratica de actos que escandalisem a sociedade;

3º a tenacidade em vícios despresíveis;

4º a desidia habitual, a assiduidade no desrespeito ao superior, e a comissão de falta grave que prejudique o serviço publico ou o mechanismo da repartição;

5º a immiscuidade do funcionario em actos, reuniões ou conluios contra o governo do Estado e da União, ou contra instituições es-taduais, ou nacionaes.

Art. 23.—Os titulos de nomeação serão passados pelo funcionario que houvel-a feito; sem a apresentação d'elles nenhum empregado poderá começar a receber vencimentos, embora seja admissivel entrar em exercicio do cargo pela publicação official do acto, ou pela commu-nicação d'este.

CAPITULO II

VENCIMENTOS

Art. 24.—Os vencimentos dos funcionarios publicos serão fixados em tabellas sujeitas á approvação do Congresso, as quaes só poderão ser alteradas por outras.

Art. 25.—Os vencimentos em regra devem ser proporcionaes ás cathegorias.

Art. 26.—Dous terços dos vencimentos serão computados como ordenado e um terço como gratificação *pro-labore*.

Art. 27.—Além da gratificação *pro-labore* dar-se-á a gratificação *pro-tempore* nos seguintes casos:

§ 1º Os empregados com direito á aposentadoria, na fôrma d'este decreto, fazem jus, após 25 annos de serviço publico si quizerem | permanecer n'este, a uma gratificação correspondente á quinta parte do do ordenado que perceberem. A contagem dos 26 annos n'este caso deve ser feita como se tratasse de um caso de aposentadoria.

§ 2º Os empregados que não têm direito á aposentadoria, perceberão, em cada novo decennio de serviço effectivo uma gratificação sobre os seus vencimentos fixados na respectiva tabella, assim computada:

- a) no fim do primeiro decennio de 5 %.
- b) no fim do segundo decennio 10 %.
- c) no fim do terceiro decennio 15 %.

I Considera-se exercício effectivo o de quaesquer empregos esta-
doaes, ou municipaes, descontadas as licenças e interrupções por motivo
de pena, salvo as licenças para tratamento de saude, contanto que não
excedam a um semestre no d'cennio.

II No caso de accesso ou melhora de emprego, a gratificação será
calculada sobre os vencimentos anteriores, até que se passem dez annos
do accesso.

III Para os empregados que obtiverem accesso após o terceiro de-
cennio, a gratificação correspondente será adicionada aos venci-
mentos.

Art. 28.—O empregado que julgar-se com direito a gratificação
pro-labore deverá requerel-a ao Presidente do Estado, instruindo sua
petição com documentos que provem a nomeação effectiva para o cargo
que exerce.

Paragrapho unico. Recebida a petição, o Presidente mandal-a-á ao
thesouro para fazer a liquidação e informar sobre o direito do reque-
rente, de accôrdo com o artigo antecedente; á vista da informação
ordenará ou não, por despacho, que se inclua no pagamento do reque-
rente a gratificação pretendida, a qual começará a ser contada d'essa
data precisamente.

Art. 29.—Não se considera melhora de emprego o augmento pro-
gressivo da tabella.

Art. 30.—A gratificação *pro-labore* de que trata o paragrapho 2º do
art. 27 será considerada como ordenado para todos os effeitos; a do
paragrapho 1º será considerada como tal somente para os casos de
licença com ordenado.

Art. 31.—Aos empregados cujos vencimentos consistirem sómente
em porcentagens, dous terços do que essas produzirem serão compu-
tados como ordenado, e o outro como gratificação. Aos que tiverem
vencimentos fixos, além das porcentagens, estas serão consideradas
gratificação *pro-labore*, sem embargo de que adicionadas á gratifica-
ção fixa dos vencimentos possam igualar ou exceder o ordenado.

CAPITULO III

DAS LICENÇAS, IMPEDIMENTOS E SUBSTITUIÇÕES

Art. 32.—As licenças serão concedidas aos empregados publicos effectivos, de qualquer ordem e cathegoria que seja, nos seguintes casos:

§ 1º No caso de molestia provada que inhiba o empregado de continuar no exercício do cargo.

§ 2º No caso de molestia provada de pessoa da familia do empregado, que o force a interromper o exercício.

Considera-se pessoa de familia, aquella que estiver a cargo do empregado, ou que não tiver economia independente da sua.

§ 3º No caso de interesse particular, sendo o motivo justo e attendivel.

Art. 33.—Compete conceder a licença a quem compete nomear o funcionario.

Art. 34.—A licença por motivo de molestia do empregado ou pessoa de sua familia será concedida com ordenado por inteiro até 3 mezes, e com metade do ordenado até 6; excedendo de 6 mezes o impedimento, a licença só poderá ser sem vencimento algum, e considerar-se-á o emprego renunciado quando o impedimento for exclusivamente devido a interesse particular do funcionario.

Art. 35.—Só o Congresso em caso de molestia pode conceder licença com vencimento por mais de 6 mezes.

Art. 36.—Para obter a licença com vencimentos, na forma do art. 34, deve o empregado requerel-a apresentando attestado medico nos logares onde houverem facultativos, e na falta destes, attestado firmado pelo juiz de direito da comarca ou presidente do governo municipal.

Art. 37.—Serão relevadas, pela auctoridade competente para fazer a folha de pagamento ou attestar o exercício, as faltas até 15 dias por motivo de molestia provada na forma d'esta lei, perdendo o empregado apenas a gratificação *pro-labore*: todo o impedimento, superior a esse tempo, qualquer que seja a causa, só será justificado com a concessão de licença.

As faltas até uma semana poderão ser abonadas pelo chefe da repartição independente de attestado, ficando a juízo do mesmo chefe avaliar da justiça do motivo conforme o merito do empregado.

Art. 38.—Os prazos para o computo da licença serão contados do dia em que o funcionario começar a gosar-a, não se podendo dentro de um anno dessa data conceder maior licença nem com melhores vantagens, do que este decreto permite, embora em datas diversas, devendo ser contados os prazos da licença que o funcionario já tiver gosado dentro do anno para se calcular as vantagens com que se lhe poderá conceder nova, ou para negal-a.

Art. 39.—Toda a licença entende-se concedida para o funcionario gosar-a onde lhe approuver.

Art. 40.—Não se concederá licença ao empregado que não tiver pelo menos um *mez* do exercicio do emprego, salvo em caso muito urgente, e isso mesmo depois de haver elle entrado em exercicio.

Art. 41.—Considera-se renunciada a licença si o funcionario não entrar no goso della, dentro de um *mez* da data da concessão para a capital, e de 60 dias para o resto do Estado, ou si voltar ao exercicio antes della terminar.

§ 1º Para os funcionarios que gozam de ferias, só se considerará a renúncia feita si o fôr antes de começarem as ferias.

§ 2º Não se reputarão renunciadas, salvo o arbitrio do proprio interessado, as licenças cuja interrupção provier de serviço determinado por ordem de auctoridade competente, entendendo-se como tal o chefe do serviço ou o seu superior hierarchico.

Art. 42.—Esgotada a licença e não voltando o funcionario ao exercicio, o logar será considerado vago, dando-se, para casos excepcionaes, uma espera de 15 dias, salva a restricção final do art. 34. Isso não obsta a que se dê nova nomeação do mesmo individuo, que ficará então sujeita a tabella n. 3 A—§ 15 como recém-nomeado.

Art. 43.—O empregado licenciado perde para seu substituto a gratificação *pro-labore* que tiver.

Art. 44.—Só dá-se substituição quando fôr licenciado o funcionario que exercer funcções singulares, isto é, o que não trabalhar em comum com outros na mesma repartição e em identica ordem de funcções.

Art. 45.—São substitutos legais aquelles que por lei succedem nas funcções de outro durante seus impedimentos.

Art. 46.—O funcionario que exercer funcções singulares, e não tiver substituto legal, não poderá obter licença sem que dê pessoa idonea para substitui-lo durante o impedimento, approvada pela auctoridade a quem competir conceder a licença.

Paragrapho unico. O licenciado n'este caso perceberá os seus vencimentos integraes, mas nada perceberá o substituto, e quando este por qualquer motivo dispensar-se ou fôr dispensado do serviço, a auctoridade competente nomeará outro interinamente com todos os vencimentos do logar, ficando d'elles privado o licenciado.

Art. 47.—O substituto perde sua gratificação *pro-labore* para perceber a do substituido quando o emprego deste fôr de cathegoria superior, e as funcções do seu e do outro cargo não poderem ser accumuladas por se repellirem, por exigirem simultaneidade de esforços incompativeis, por haverem entre ellas relações de dependencia, ou por estar em lei determinado que o substituto nesse caso será a seu turno substituido.

Paragrapho unico. Dá-se, porém, a accumulção dos vencimentos de um com a gratificação do outro, quando os cargos forem accumulaveis, e de facto as funcções estiverem accumuladas no mesmo serventuario, ou quando em lei ou acto do Presidente do Estado isso fôr determinado.

Art. 48.—Sendo a licença concedida sem vencimentos, ou havendo affluencia de trabalho nos cargos accumulados de onde possa resultar prejuizo para o serviço publico, fica ao Presidente do Estado o arbitrio de fazer ou autorisar o provimento interino do cargo vago pela licença.

Art. 49.—Quando a vacancia fôr motivada por não se achar o cargo effectivamente preenchido, o funcionario que accumular o competem os vencimentos integraes do logar melhor remunerado e metade do outro, embora este seja o seu.

CAPITULO IV

APOSENTADORIAS

Art. 50.—Tem direito á aposentadoria todos os funcionarios estadoaes cujo titulo de primeira nomeação para cargo estadual fôr anterior a 22 de maio de 1882.

Art. 51.—A aposentadoria é pela natureza de sua instituição um beneficio social, pelo que não aproveita ao funcionario que possuir capitães ou titulos de renda que possam produzir mais do duplo dos vencimentos de seu ultimo emprego. (Lei n. 17 de 19 de outubro de 1892.)

Art. 52.—O empregado que tiver pelo menos 10 annos de serviço publico e sentir-se impossibilitado de continuar n'elle, deverá requerer ao Presidente do Estado, juntando documento que prove a condição exigida no art. 50, a nomeação de medicos para examinal-o afim de ser reconhecida a sua impossibilitação.

O exame terá logar na secretaria geral, mas si o estado do requerente, provado com attestado de facultativo, fôr de ordem que não lhe permita comparecer na capital, o Presidente do Estado, tomando na consideração que merecer a justificativa, ordenará o exame perante o juiz de direito da comarca onde residir o requerente, nomeando medicos para effectual-o.

Art. 53.—Quando a impossibilitação for de natureza a não poder ser allegada pelo interessado, como nos diversos generos de loucura, o exame preliminar e todo o processo posterior da aposentadoria poderão ser promovidos pela familia do empregado.

Paragrapho unico. O Presidente do Estado poderá igualmente resolver *ex-officio* a aposentadoria do funcionario que se achar nessas condições, por si ou sob representação do chefe ante o qual elle servir, mandando submeter previamente o funcionario a exame medico.

Art. 54.—O exame medico deve ser reduzido a termo, assignado pelos dous facultativos que fizerem n'ô, e, no caso de divergencia de opiniões entre ambos, será nomeado um terceiro para decidir.

§ 1.º Os medicos não só descreverão o estado do paciente, como declararão si a sua permanencia no serviço publico pôde produzir directa aggravação do mal, ou si prejudicará ao bom desempenho das funcções commettidas ao empregado.

§ 2.º O aposentando é obrigado a satisfazer todas as despesas com a sua inspecção.

§ 3.º Do termo da inspecção dar-se-á certidão ao interessado para com ella requerer a aposentadoria.

Art. 55.—Além do caso de impossibilitação physica, a aposentadoria será concedida pela impossibilidade moral de continuar o funcionario no exercicio do cargo, quando elle tornar-se incompativel com os seus superiores hierarchicos, ou proceder de fórma que só a consideração do seu tempo de serviço e os seus precedentes honrosos devam pol-o a coberto da pena de demissão. Fica ao juizo do Presidente do Estado pezar a gravidade do caso, e ordenar a imposição da pena ou resolver *ex-officio* a aposentadoria.

Art. 56.—Concedida a aposentadoria a requerimento do funcionario ou de pessoa de sua familia, ou resolvida *ex-officio* pelo Presidente, em vista do exame medico, nos casos em que elle tem logar, mandará o Presidente ao thesouro a sua resolução por copia com os respectivos documentos para que se faça o calculo do tempo do funcionario, e se fixe o subsidio que elle deve perceber.

Art. 57.—Perante o thesouro deverá o interessado promover o processo, exhibindo todos os titulos e documentos que possam servir ao calculo, cumprindo-lhe obter as necessarias certidões, e demais peças que instruem seu J.R.Ao.

Art. 58.—Será aposentado com ordenado por inteiro do emprego em que estiver o empregado que contar 25 annos de serviço effectivo, e com ordenado proporcional o que tiver menos.

§ 1.º Si o funcionario estiver occupando o emprego á menos de 3 annos, contar se-á para a aposentadoria o ordenado do emprego que tiver anteriormente exercido, si este fôr da cathegoria inferior ao de menores vencimentos.

§ 2.º A disposição do paragrapho anterior não abrange o caso de ter melhorado de vencimentos o emprego, mas n'esse caso será mister para que o novo ordenado sirva de base ao calculo que o funcionario já esteja percebendo-a ha dous annos pelo menos.

Art. 59.—Não se contará para as aposentadorias:

- a) o tempo em que o empregado tiver estado suspenso;
- b) o em que tiver estado demittido embora seja reintegrado;
- c) todo o tempo de licenças concedidas para tratar de interesse particular, e o tempo das outras que exceder a um semestre em cada decennio;
- d) as faltas não justificadas, e as justificadas que excederem a 10 por anno.

Art. 60.—Para as aposentadorias não se computará igualmente o tempo de serviços geraes, embora prestados no Espirito-Santo, nem os estadoaes dos outros Estados, excepto quanto aos primeiros os serviços de guerra.

Art. 61.—Nenhum empregado poderá accumular duas aposentadorias, não podendo ser aposentado pelo Estado o que já o fôr pela União ou pelo municipio.

Art. 62.—O empregado aposentado que entrar novamente em serviço activo, perante o Estado, o municipio ou a União deixará de perceber o subsidio durante esse tempo, e não terá direito de melhorar posteriormente sua aposentadoria com o acrescimo dos serviços novamente prestados.

Paragrapho unico. Esta disposição não comprehende os cargos ou comissões não remunerados, os honorificos e os de representação.

Art. 63.—Aos funcionarios cujos vencimentos consistirem em porcentagens, contar-se-á o ordenado sobre as porcentagens percebidas no quinquennio decorrido até a epocha do seu requerimento; si a taxa de porcentagem houver sido augmentada nos dous annos ultimos, o calculo terá por base a taxa anterior.

Art. 64.—O processo de liquidação de tempo será preparado pela secção de despeza do contencioso, precedendo ordem do director. A contadoria examinará minuciosamente todos os documentos, fará por elles uma demonstração do tempo de serviço para juntar ao processo,

e calculará, finalmente, o subsídio que deve ser definitivamente fixado, ouvindo depois a parte que apsesentará as reclamações que tiver, no praso de 20 dias.

Art. 65.—Feita essa liquidação, o director submetterá o processo ao julgamento do Presidente do Estado, e proferido esse, abrir-se-á no thesouro assentamento em folha de aposentado.

Art. 66.—O julgamento presidencial é definitivo, em tempo algum poder-se-á mais alterar o que fôr por elle decidido.

Art. 67.—O subsidio fixado será pago a contar do dia em que fôr concedida a aposentadoria.

Art. 68.—Quando o thesouro, pelo exame a que proceder, verificar que o funcionario não tem direito a aposentadoria, representará n'esse sentido ao Presidente do Estado com a exposição minuciosa dos calculos em que se fundar.

O Presidente, si achar justa a representação, cassará o acto anterior.

CAPITULO V

PENSÕES

Art. 69.—Aos empregados e estadoaes nomeados depois de 22 de maio de 1882, é concedido o direito, ao fim de 30 annos de serviço, de requerer ao Presidente do Estado uma pensão para sua subsistencia, logo que não lhes seja possível continuarno mesmo serviço.

Art. 70.—Para obter esse favor, será mister que o pretendente prove:

- 1º seu estado de invalidez, na fórma dos arts. 52 e 54 deste decreto.
- 2º extrema pobreza justificada com attestado do presidente do governo municipal, juiz districtal e delegado de policia do municipio onde residir, ou por meio de testemunhas acima de toda excepção perante o juiz de direito da sua comarca.

Art. 71.—Recebida a petição com esses documentos, o Presidente envial-a-á ao thesouro para que faça a liquidação recommendada no art. 64, e á vista della julgará afinal concedendo ou não pensão.

Art. 72.—São applicaveis ás pensões as disposições dos arts. 53, 55, 57, 59 a 63, 67 e 68 sobre as aposentadorias, n'aquillo em que poder aproveitar-lhes.

Art. 73.—Será computada como ordenado a gratificação *pro-tempore* de que trata o art. 27 § 2º.

CAPITULO VI

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 74.—Os funcionarios federaes, que por força da organização federativa do paiz passaram a ser servidores estadoaes, na forma do art. 58 da lei n. 4 de junho de 1892, gosarão, como os demais, dos favores especificados neste decreto, consistentes na gratificação *pro-tempore*, na aposentadoria ou pensão, contando-se para todos esses effeitos o serviço anterior com a deducção de um terço.

Parapho unico. Fica subentendido:

a) que só serão computados os serviços geraes prestados no ramo de serviço que foi incorporado ao serviço estadual;

b) que não tem direito á aposentadoria nem aos favores equivalentes, os nomeados depois de 22 de maio de 1882, aos quaes só aproveita o direito da pensão e a gratificação adicional do § 2º do art. 27.

Art. 75.—As disposições d'este decreto são extensivas a todos os funcionarios estadoaes que elle expressamente não exceptua.

Art. 76.—Consideram-se interinos os serventuários que substituirem por determinado tempo os proprietarios effectivos do cargo.

Art. 77.—Os cargos cujos funcionarios estiverem sujeitos a livre demissão ou soffrerem essa pena independente das normas e dos casos estabelecidos neste decreto, em virtude da organização especial do respectivo serviço, serão para esse effeito considerados em todo o tempo como empregos de comissão ou de confiança, embora exercidos effectivamente, ou por funcionario vitalicio.

O seu exercicio será portanto regulado pelas leis especiaes de cada serviço, quer ao provimento, accessos e vantagens, quer quanto a imposição das penas.

§ 1.º Consideram-se comprehendidos os favores do capitulo 1.º deste decreto, reunidas as condições que elle exige, todos os cargos que a lei do respectivo serviço não exceptua com a declaração de sua demissibilidade *ad nutum*.

§ 2.º As disposições deste decreto relativas ás licenças, aos vencimentos e ás substituições são extensivas a todos os funcionarios, qualquer que seja o modo de provimento.

Os interinos porém e os que exercerem cargos em comissão não têm direito á licença com vencimentos em caso algum.

§ 3.º Os cargos em comissão devem ser distinguidos dos cargos de comissão; como taes se consideram aquelles que estão comprehendidos no systema normal da administração, embora o serviço não seja permanente por sua natureza. Os cargos de comissão são equiparados aos effectivos para todos os onus e vantagens, inclusive o pagamento de sello.

Art. 78.—Este decreto não exclue os favores especiaes a que se refere a ultima parte do art. 44 da lei n. 1 de 4 de junho de 1892.

Art. 79.—Antes de entrar em exercicio todos os funcionarios publicos assignarão, em livro especial, perante o chefe a que estiverem immediatamente subordinados, termo de promessa de bem servir os seus cargos. Esses termos poderão ser assignados por procurador, ou dispensados pela auctoridade superior quando a séde do exercicio do cargo for distante da séde do chefe.

Art. 80.—São alteradas ou revogadas todas as disposições em contrario.

O secretario geral do Estado faça publical-o, imprimir e correr.

Palacio do governo do Estado do Espirito-Santo, em 7 de julho de 1894.

JOSÉ DE MELLO CARVALHO MONIZ FREIRE

Sellado e publicado n'esta secretaria geral do Estado do Espirito-Santo, em 7 de julho de 1894.

O secretario—*Manoel de Campos Cartier*

DECRETO N. 43

Substitue por outra a tabella que baixou com o
decreto n. 20 de 30 de janeiro de 1893

O Presidente do Estado, considerando que o preço das terras situadas nos nucleos coloniaes e nas zonas marginaes das estradas de ferro tem adquirido consideravel augmento, e tendo em vista que a tabella em vigor visando tornar difficil a acquisição das grandes areas não guardam, entretanto, as mesmas proporções para as concessões de terras naquellas condições, que soffrem apenas um augmento uniforme; considerando mais que a ultima columna da referida tabella é excusada á vista da observação 1ª,

DECRETA :

Art. 1ª—A tabella que baixou com o decreto n. 20 de 30 de janeiro de 1893 é substituida pela que adiante segue.

Art. 2ª—Todas as novas concessões pendentes ficam sujeitas á nova tabella, não comprehendendo-se como novas concessões as legitimações garantidas pelas leis em vigor, as quaes, si já estiver feito nesta data o processo de medição, pagarão pela tabella anterior.

Art. 3ª—Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio do governo do Estado do Espirito-Santo, em 7 de julho de 1894.

JOSÉ DE MELLO CARVALHO MONIZ FREIRE.

Sellado e publicado n'esta secretaria geral do Estado do Espirito-Santo, em 7 de julho de 1894.

O secretario geral—*Manoel de Campos Cartier.*

DECRETO N. 44

Authorisa o Banco Nacional Brasileiro a levantar um
emprestimo de lbs. 700.000

O Presidente do Estado, dando cumprimento á disposição final do art. 5 da lei n. 30 de 21 de novembro de 1892 que autorisou-o a levantar um emprestimo destinado exclusivamente á construcção das estradas de ferro do Estado, e havendo negociado com o Banco Nacional Brasileiro, por si e por seus banqueiros, o levantamento da importancia de 700.000 lbs. ou 17.500.000 fre. mediante as condições estipuladas no termo de contracto que nesta data envia ao thesouro para ser lavrado,

DECRETA :

Art. 1.º — O Banco Nacional Brasileiro é autorizado, por si e por seus banqueiros, a levantar para o Estado do Espirito Santo o emprestimo da quantia de 700.000 lbs. ou 17.500.000 fre. capital nominal, que será representado por titulos (bonds ou obligations) ao portador de, lb. 100 ou lb. 500 ou lb. 1.000 sendo em moeda ingleza, ou fre. 500 sendo em moeda franceza.

Art. 2.º — O producto deste emprestimo é destinado á construcção da Estrada de Ferro Sul do Espirito Santo, de propriedade do Estado, e auxiliar a do trecho da estrada de ferro Espirito Santo e Minas, que com aquella vem entroncar comprehendido no territorio espirito-santense.

Art. 3.º — O serviço do pagamento de juros e da amortisação do emprestimo será feito pela receita geral do Estado.

Art. 4.º — Os titulos (bonds ou obligations) vencerão os juros de 5 % pagaveis semestralmente a 5 de abril e a 5 de outubro de cada anno, a contar de 5 de outubro de 1894, devendo o primeiro pagamento effectuar-se a 5 de abril de 1895.

Art. 5.º — O resgate dos titulos far-se-á por sorteio quando elles estiverem ao par ou acima do par, e por compra no mercado quando estiverem abaixo deste. O referido resgate será feito em 33 annos por um fundo de amortisação accumulativo de 1 % ao anno, a começar

de 1896, e quer se faça por sorteio, quer por compra em praça, o valor nominal dos títulos resgatados em cada anno não poderá ser inferior a essa quota de amortisação.

Art. 6.º — Os títulos (bonds ou obligations) sorteados serão pagos no dia 5 de outubro de cada anno, devendo o pagamento do primeiro sorteio ter logar a 5 de outubro de 1896 e o ultimo a 5 de outubro de 1929. O sorteio se fará em dia previamente annuciado da segunda quinzena de agosto, no escriptorio dos banqueiros encarregados desse serviço e com a presença de notario publico, devendo serem publicados em dois jornaes pelo menos os numeros dos títulos sorteados.

Art. 7.º — Quando o Estado houver effectuado por meio de compra em praça o resgate correspondente á quota annual, deverá justificar-o fazendo constar por annuncio, publicado na época marcada pelo artigo antecedente para o sorteio, os numeros dos títulos comprados desde o anno anterior até essa data.

Art. 8.º — O governo do Estado remetterá semestralmente a quantia em moeda ingleza ou franceza que seja necessaria para o pagamento dos coupons de juros vencíveis em 5 de abril, e para pagamento dos coupons de juros e dos títulos (bonds ou obligations) sorteados — em 5 de outubro. As remessas serão feitas de forma que a 1 de março e a 1 de setembro estejam nas mãos dos banqueiros encarregados dos fundos necesarios para aquelles serviços, ficando entendido que será dispensada a remessa de sommas destinadas ao resgate quando esse já se houver realisado por compra na proporção devida, de accordo com o artigo antecedente.

Art. 9.º — O governo do Estado poderá em qualquer tempo, sempre que lhe convier, augmentar a quota do fundo de amortisação dando aviso aos seus agentes com antecedencia de seis mezes, ou effectuando no mercado compra de títulos em valor superior á quota annual.

Art. 10. — O emprestimo será inconvertível durante quinze annos.

Art. 11. — O pagamento dos títulos sorteados se effectuará no escriptorio dos banqueiros encarregados do serviço dessa divida, e terá logar ao mesmo tempo que se fizer o pagamento dos coupons de juros do semestre a vencer-se após o sorteio, isto é, no dia 5 de outo-

bro de cada anno a começar de 1896, e desde essa data cessará o juro sobre os mesmos titulos.

Art. 12. — Os titulos sorteados apresentados ao pagamento deverão ter todos os coupons não vencidos até a data de seu resgate, e no caso de faltar um ou mais coupons, a respectiva importancia será deduzida da quantia que houver de ser paga ao portador.

Art. 13. — Os coupons pagos e titulos resgatados serão cancellos e remettidos ao governo do Espirito-Santo.

Art. 14. — O pagamento dos coupons e o resgate dos titulos far-se-á isento de todo e qualquer imposto, e em tempo algum poderá ser directa ou indirectamente tributado. O referido pagamento se effectuará em tempo de paz como no de guerra, quer os portadores sejam subditos de Estados amigos ou inimigos.

Art. 15. — No caso de fallecimento de qualquer portador de titulos, passarão estes a seus herdeiros ou representantes de accordo com as leis de successão em vigor no paiz á cuja legislação estiver sujeito o fallecido.

Art. 16. — Os titulos (bonds ou obligations) do presente emprestimo serão assignados por um representante nomeado pelo governo do Estado.

Art. 17. — No caso de destruição ou perda de qualquer titulo ou coupon, o governo do Estado em vista de justificação produzida pelo interessado mandará passar-lhe outro, correndo por conta do mesmo interessado todas as despesas com a substituição.

O secretario geral do Estado faça imprimir-o, publicar e correr.

Palacio do governo do Estado do Espirito-Santo, em 4 de outubro de 1894.

JOSÉ DE MELLO CARVALHO MONIZ FREIRE.

Sellado e publicado nesta secretaria geral do Estado do Espirito Santo, em 4 de outubro de 1894.

O secretario geral — *Manoel de Campos Cartier.*

Tabella a que se refere o Decreto n. 43 desta data

		Preços mínimos do Regulamento de 4 de junho de 1892							
COMARCAS	MUNICIPIOS	POR m ² ATÉ 25 HECTARES	POR m ² ATÉ 50 HECTARES	POR m ² ATÉ 75 HECTARES	POR m ² ATÉ 100 HECTARES	POR m ² ATÉ 125 HECTARES	PER m ² ATÉ 150 HECTARES	POR m ² ATÉ 175 HECTARES	POR m ² ATÉ 200 HECTARES
Capital.....	Victoria.....	0,5 do real	0,6 do real	0,7 do real	0,8 do real	0,9 do real	1 real	1,2 do real	1,3 do real
	Villa do Espirito-Santo.....	0,3 " "	0,4 " "	0,5 " "	0,6 " "	0,7 " "	0,8 do real	0,9 " "	1 real
	Cariacica.....	0,3 " "	0,4 " "	0,5 " "	0,6 " "	0,7 " "	0,8 " "	0,9 " "	1 " "
Vianna.....	Vianna.....	0,3 " "	0,4 " "	0,5 " "	0,6 " "	0,7 " "	0,8 " "	0,9 " "	1 " "
	Santa Izabel.....	0,3 " "	0,4 " "	0,5 " "	0,6 " "	0,7 " "	0,8 " "	0,9 " "	1 " "
Serra.....	Serra.....	0,3 " "	0,4 " "	0,5 " "	0,6 " "	0,7 " "	0,8 " "	0,9 " "	1 " "
	Santa Cruz.....	0,3 " "	0,4 " "	0,5 " "	0,6 " "	0,7 " "	0,8 " "	0,9 " "	1 " "
Santa Cruz.....	Riachão.....	0,3 " "	0,4 " "	0,5 " "	0,6 " "	0,7 " "	0,8 " "	0,9 " "	1 " "
	Linhares.....	0,5 " "	0,6 " "	0,7 " "	0,8 " "	0,9 " "	1 real	1,2 " "	1,3 do real
	Nova Almeida.....	0,3 " "	0,4 " "	0,5 " "	0,6 " "	0,7 " "	0,8 do real	0,9 " "	1 real
Santa Leopoldina.....	Páu Gigante.....	0,5 " "	0,6 " "	0,7 " "	0,8 " "	0,9 " "	1 real	1,2 " "	1,3 do real
	Cachoeiro de Santa Leopoldina.....	0,5 " "	0,6 " "	0,7 " "	0,8 " "	0,9 " "	1 " "	1,2 " "	1,3 " "
	Santa Thereza.....	0,5 " "	0,6 " "	0,7 " "	0,8 " "	0,9 " "	1 " "	1,2 " "	1,3 " "
Guandú.....	Afonso Claudio.....	0,5 " "	0,6 " "	0,7 " "	0,8 " "	0,9 " "	1 " "	1,2 " "	1,3 " "
S. Matheus.....	S. Matheus.....	0,5 " "	0,6 " "	0,7 " "	0,8 " "	0,9 " "	1 " "	1,2 " "	1,3 " "
Barra de S. Matheus.....	Barra de S. Matheus.....	0,3 " "	0,4 " "	0,5 " "	0,6 " "	0,7 " "	0,8 do real	0,9 " "	1 real
Guarapary.....	Guarapary.....	0,3 " "	0,4 " "	0,5 " "	0,6 " "	0,7 " "	0,8 " "	0,9 " "	1 " "
Benevente.....	Benevente.....	0,3 " "	0,4 " "	0,5 " "	0,6 " "	0,7 " "	0,8 " "	0,9 " "	1 " "
Alfredo Chaves.....	Piúma.....	0,3 " "	0,4 " "	0,5 " "	0,6 " "	0,7 " "	0,8 " "	0,9 " "	1 " "
	Alfredo Chaves.....	0,5 " "	0,6 " "	0,7 " "	0,8 " "	0,9 " "	1 real	1,2 " "	1,3 do real
Itapemirim.....	Itapemirim.....	0,3 " "	0,4 " "	0,5 " "	0,6 " "	0,7 " "	0,8 do real	0,9 " "	1 real
	Rio Novo.....	0,5 " "	0,6 " "	0,7 " "	0,8 " "	0,9 " "	1 real	1,2 " "	1,3 do real
Cachoeiro de Itapemirim.....	Cachoeiro de Itapemirim.....	0,5 " "	0,6 " "	0,7 " "	0,8 " "	0,9 " "	1 " "	1,2 " "	1,3 " "
Rio Pardo.....	Rio Pardo.....								
	Espirito-Santo do Rio Pardo.....								
Alegre.....	Alegre.....	0,5 " "	0,6 " "	0,7 " "	0,8 " "	0,9 " "	1 " "	1,2 " "	1,3 " "
Itabapoana.....	Itabapoana.....								
Calçado.....	Calçado.....	0,5 " "	0,6 " "	0,7 " "	0,8 " "	0,9 " "	1 " "	1,2 " "	1,3 " "
	Veado.....								

OBSERVAÇÕES

- 1ª.—Dentro das zonas dos nucleos colonias e n'aquelles que estiverem situados n'um raio de 12 kilometros de estradas de ferro em trafego, em estudos ou concedidas, e dos rios navegaveis será duplicado o preço por m² para cada área correspondente.
 - 2ª.—Excedendo de cada uma das áreas determinadas na presente tabella uma fracção até 5 hectares o preço por m², conservar-se-á como o da respectiva área, d'ahi para mais será avaliado pelo da área immediatamente superior.
 - 3ª.—Para área maior de 200 hectares o preço do m² será arbitrado pelo Presidente do Estado depois de ouvir a directoria central, conforme o objecto e o fim da concessão.
 - 4ª.—Para os terrenos situados nas zonas maritimas até a distancia de 6 kilometros da costa, regularão os preços d'esta tabella com 50 % de abatimento.
 - 5ª.—O preço das terras nas linhas de limite do Estado será estipulado pelo Presidente do Estado depois de feita a medição, ouvido o commissariado, que deverá informar sobre as condições em que são adquiridas as terras no Estado vizinho do territorio medido, para o fim de serem equaladas as mesmas condições para os adquirentes deste Estado.
 - 6ª.—Si o possessor for de boa fé e possuir titulo oneroso de sua posse e a primeira occupação for anterior a 30 de janeiro de 1854, o preço para aquisição será de quatro mil réis por hectare.
 - 7ª.—Si o possessor de boa fé e com justo titulo já houver requerido a legalisação da posse, concluida a respectiva medição e demarcação, ser-lhe-á facultado adquirir toda a área do terreno medido por preço de quatro mil réis por hectare.
 - 8ª.—Todas as despesas de medições correrão por conta dos compradores incluindo mais nas dos lotes colonias 20 % de que trata o art. 92 do regulamento de 4 de janeiro de 1892.
- Palácio do Governo do Estado do Espirito-Santo, em 7 de julho de 1894.

JOSÉ DE MELLO CARVALHO MONIZ FREIRE.

DECRETO N. 45

Declara de utilidade publica a desappropriação do material que
será empregado no serviço provisorio da illuminação a
kerozene da capital

O Presidente do Estado, uzando das attribuições Constitucionaes,

DECRETA :

Art. 1.º—E' declarada de utilidade publica a desappropriação de
todo o material que está empregado no serviço provisorio de illumina-
ção a kerozene desta Capital, devendo *in-continente* ser inventariado
pelo Thesouro com assistencia da Directoria de Obras e Emprehendi-
mentos Geraes.

Art. 2.º—Todo esse material ficará a cargo da mesma directoria
para ser utilizado no referido serviço em quanto este fôr executado pelo
Estado, devendo ser vendido opportunamente em hasta publica depois
que fôr installada a illuminação a gaz.

O secretario geral do Estado faça publicar-o, imprimir e correr.

Palacio do Governo do Estado do Espirito-Santo, em 4 de janeiro
de 1895.

JOSÉ DE MELLO CARVALHO MONIZ FREIRE

Sellado e publicado nesta secretaria geral do Estado do Espirito-
Santo, em 4 de janeiro de 1895.

O secretario geral—*Mansel de Campos Cartier.*

DECRETO N. 43

Crêa o lugar de desinfector junto a Inspectoria de Hygiene

O Presidente do Estado, tomando em consideração a representação do dr. inspector de Hygiene Publica,

DECRETA :

Art. 1.º — E' creado o lugar de desinfector junto a Inspectoria de Hygiene Publica, com os vencimentos annuaes de um conto e oitocentos mil reis, que serão pagos pela verba do Ti. 2.º § 7.º d da lei n. 108 de 22 de dezembro de 1894, até que pelo Congresso seja contemplado em tabella.

Art. 2.º — As funções desse serventuario serão determinadas por ordens verbaes ou escriptas da Inspectoria.

O secretario geral do Estado faça publicar-o, imprimir e correr.

Palacio do governo do Estado do Espirito Santo, em 17 de Maio de 1895.

JOSÉ DE MELLO CARVALHO MONIZ FREIRE.

Sellado e publicado nesta secretaria geral do Estado do Espirito Santo, em 18 de Maio de 1895.

O secretario geral—*Manoel de Campos Cartier.*

DECRETO N. 47

Acceita o accôrdo celebrado na Capital Federal, para a cobrança dos direitos de exportação do café

O Presidente do Estado, usando de attribuição constitucional, e attendendo á conveniencia de harmonisar os interesses reciprocos dos Estados que exportam café pela praça do Rio de Janeiro entre os quaes se acha o Espirito Santo com o dos proprios exportadores, resolve homologar o convenio celebrado entre os representantes dos mesmos Estados, reunidos na Capital Federal, por iniciativa do governo de Minas Geraes, e para isso

DECRETA :

Artigo unico. — Sem prejuizo dos interesses fiscaes do Estado e do que está estipulado em suas leis sobre a taxaço e arrecadação dos impostos, o governo do Espirito Santo acceita e fará manter o accôrdo que com este baixa, celebrado na Capital Federal, a 21 de maio ultimo, entre o representante deste Estado e os do Rio de Janeiro, Minas Geraes e S. Paulo, relativamente á cobrança dos direitos de exportação do café produzido pelos mesmos Estados que tiver de sahir pelo porto do Rio de Janeiro.

O secretario geral do Estado faça publical-o, imprimir e correr.

Palacio do governo do Estado do Espirito Santo, em 7 de junho de 1895.

JOSÉ DE MELLO CARVALHO MONIZ FREIRE.

Sellado e publicado nesta secretaria geral do Estado do Espirito Santo, em 7 de Junho de 1895.

O secretario geral—*Manoel de Campos Cartier.*

ACCORDO A QUE SE REFERE O DECRETO N. 47

Aos vinte e um dias do mez de maio de mil oitocentos e noventa e cinco, nesta cidade do Rio de Janeiro, capital da Republica dos Estados Unidos do Brazil, presentes na sala das sessões do Conselho de Fazenda do Thezouro Federal os srs. dr. Affonso Augusto Moreira

Penna, por parte do Estado de Minas Geraes, tenente-coronel Augusto Frederico de Moraes Sá Mesquita Pimentel, director da secretaria de finanças do Estado do Rio de Janeiro, por parte do mesmo Estado, coronel Pedro Gonçalves Dente, director geral do thesouro do Estado de S. Paulo, por parte do mesmo Estado, e tenente-coronel Augusto Calmon Nogueira da Gama, director do thesouro do Estado do Espirito Santo, por parte do mesmo Estado, competentemente autorisados pelos excellentissimos senhores Presidentes dos Estados respectivos para o fim especial de tendo em consideração o disposto no accôrdo celebrado em seis de março do corrente anno, pelos senhores secretarios das finanças dos dois primeiros Estados, deliberarem sobre o modo mais conveniente de effectuar-se a cobrança do imposto a que é sujeito o café de origem dos mencionados Estados, exportados por esta capita em ordem a attender aos reclamos levantado contra o actual systema de cobrança da taxa integral de onze por cento da exportação independente da exhibição dos conhecimentos respectivos; depois de minuciosamente discutida a questão em tres conferencias e de bem pesadas todas as queixas levadas ao conhecimento dos governos dos quatro Estados contra a exportação independente da exhibição dos conhecimentos de pagamento do imposto, resolveram os representantes acima mencionados que, enquanto os Congressos ou Assembléas Legislativas dos mesmos Estados não determinarem o contrario ou outro accôrdo não for estabelecido, sejam observadas as seguintes clausulas :

Primeira — Os Estados accordantes continuarão a cobrar o imposto de que se trata, pela mesma forma por que o estão fazendo actualmente.

Segunda — Os despachos livres de exportação, já concedidos e os que o forem desta data em diante serão respeitadas até o dia quinze de junho proximo vindouro, data depois da qual ficarão sem valor todos os que não tiverem sido até então utilizados para embarque de café.

Terceira — Do dia dezeses de junho em diante exigir-se-á, por occasião do despacho de exportação do café para fora do Districto Federal, a exhibição das guias ou conhecimentos do imposto pago na sahida do genero dos Estados productores ou na chegada a esta

capital. As guias ou conhecimentos de que trata este artigo, são os que forem expedidos a partir da data do presente accôrdo.

Quarta — Para evitar a superabundancia de guias ou conhecimentos resultante do consumo do café no Districto Federal, serão esses documentos admittidos na exportação com o abatimento de quinze por cento da quantidade de café nelles mencionada até trinta e um de dezembro do corrente anno.

Dahi em diante ou antes caso esgote-se o stock de guias de que trata-se á clausula seguinte, o desconto será de cinco por cento.

Quinta — Se bem que as guias ou conhecimentos expedidos em data anterior ao presente accôrdo nenhum valor tenham, em virtude do estipulado no convenio de seis de março do corrente anno, todavia os governos dos Estados accordando resolvem por equidade admittil-os a despacho de exportação, para o effeito de cobrir metade do café nelle declarado, concurrentemente com os documentos mencionados na clausula terceira, ficando entendido que perderão o valor os que não forem utilizados até trinta e um de dezembro proximo futuro.

Sexta — Para que seja uniforme a pauta semanal pela qual deverá ser feita a cobrança do imposto sobre o café de produção dos quatro Estados exportado por esta capital será ella organizada de commum accôrdo pelas repartições fiscaes dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Geraes aqui estabelecidas, de conformidade com as regras estabelecidas no decreto fluminense de 27 de abril ultimo. A pauta alem de publicada pela imprensa será communicada aos Thesouros dos Estados de S. Paulo e Espirito Santo.

Setima — Os Estados de S. Paulo e Espirito Santo encarregam aquelle ao de Minas Geraes e este ao do Rio de Janeiro, fazerem por meio de suas repartições fiscaes aqui estabelecidas, o serviço de que trata o presente accôrdo.

Oitava — Não serão recebidos para os effeitos deste accôrdo conhecimentos ou guias que contenham emendas, rasuras ou vicios que duvida façam, salvo decisão do chefe do Thesouro do Estado a que pertencer o documento.

Nona — Os governos dos Estados accordantes providenciarão com a maior brevidade, por meio de decreto, sobre a execução do presente

acôrdo : depois do que será communicado ao Ministerio da Fazenda solicitando-se a sua execução na Alfandega do Rio de Janeiro, na parte que lhe competir.

Do que para constar se lavrou o presente accôrdo em quatro exemplares os quaes vão assignados por todos os representantes dos Estados accordantes.

(Assignados) *Affonso Augusto Moreira Penna.*—*Augusto Fre-
derico de Moraes Sá Mesquita Pimentel.*—*Pedro Gonçalves Dante.*
—*Augusto Calmon Nogueira da Gama.*

DECRETO N. 48

Approva os estatutos da sociedade anonyma de credito real
sob o titulo «Banco da Victoria»

O Presidente do Estado, usando das suas attribuições constitucio-
naes, e tendo presente o requerimento dos encorpadores da sociedade
anonyma de credito real sob o titulo — Banco da Victoria, submettendo
á approvação os estatutos da mesma sociedade, que se propõe a dár
execução ao contracto celebrado em 8 de novembro do anno passado,
entre o governo do Estado e os cidadãos Herculano Marcos Inglez de
Souza, Tarquinio Braulio de Souza Amarantho e dr. João Ferreirinha,

DECRETA :

Art. unico—Ficam approvados os estatutos da sociedade anonyma
de credito real, que sob o titulo de Banco da Victoria fundou-se n'esta
Capital, para os fins constantes dos mesmos estatutos que com este
baixam.

O secretario geral do Estado faça publicar-o, imprimir e correr.

Palacio do governo do Estado do Espirito-Santo em 25 de junho
de 1895.

JOSÉ DE MELLO CARVALHO MONIZ FREIRE.

Sellado e publicado nesta secretaria geral do Estado do Espirito-
Santo, em 25 de junho de 1895.

O Secretario geral—*Manoel de Campos Cartier.*

**ESTATUTOS A QUE SE REFERE O DECRETO
N. 48**

CAPITULO I

ORGANISAÇÃO E FINS DO BANCO

Art. 1º—Sob a denominação de Banco da Victoria é instituida uma sociedade anonyma de credito real, para dar execução ao contracto celebrado em oito de novembro de 1894 entre o governo do Estado do Espirito Santo e os cidadãos Herculano Marcos Inglez de Souza, Tarquinio Braulio de Souza Amarantho e dr. João Ferreirinha e effectuar outras operações consignadas nos presentes estatutos.

Art. 2º—A séde do Banco é na cidade da Victoria, capital do Estado do Espirito-Santo, tendo a sua carteira hypothecaria circumscripção exclusiva em todo o territorio d'esse Estado.

Art. 3º—O praso de duração do Banco será de cincoenta annos, contados da data da approvação dos presentes Estatutos.

Art. 4º—O capital do Banco da Victoria é de dois mil contos de reis divididos em dez mil acções no valor nominal de duzentos mil reis sendo mil contos attribuido a carteira hypothecaria.

§ 1º—Este capital será realisado por chamadas nunca maiores de 10 0/0 (dez por cento) e com intervallo nunca menor de 60 dias até completar cincoenta por cento sobre cada acção. As chamadas de capital alem dos 50 0/0 dependem de authorisação da Assembléa Geral.

§ 2º—E' facultado ao accionista, com assentimento da directoria, antecipar entradas até a integralisação da acção.

Art. 5º—Não effectuando o accionista as entradas no praso estipulado, a sociedade, salvo a acção de pagamento contra os subscriptores e cessionarios, tem o direito de fazer vender em leilão as acções por conta e risco do seu dono, depois de satisfazer as formalidades da lei e no caso de falta de compradores poderá a sociedade optar entre as duas soluções do art. 34 do Decreto n. 434 de 1891.

Paragrapho unico—Exgotado o praso marcado para a chamada de capital, a directoria tem a faculdade de suspender o exercicio do

direito do accionista que se achar em móra, não podendo este votar nas assembléas geraes, até que tenha satisfeito essas entradas.

Art. 6º—O capital poderá ser augmentado até cinco mil contos de reis por deliberação da directoria, ouvido o conselho fiscal.

Art. 7º—O banco pela carteira hypothecaria fará as seguintes operações :

§ 1º—Emprestar sob garantia de primeira hypotheca de propriedades urbanas ou ruraes, immoveis e accessorias pertencentes aos estabelecimentos industriaes ;

§ 2º—Fazer empréstimos sob penhor agricola ;

§ 3º—Effectuar operações de character hypothecario, mediante contracto com os hypothecantes ;

a) Sobre engenhos centraes, ou quaesquer fabricas de preparar productos agricolas, assim como creação de burgos, grupos ou centros de trabalho rural, introdução e localisação de immigrants, para lavrarem e cultivarem o solo ;

b) Sobre construcção de casas destinadas a habitação de cultivadores, colonos, ou immigrants, redis de animaes e conservação das provisões de productos agrarios e a primeira manipulação destes ;

c) Sobre dessecamento de pantanos e drenagem do solo ;

d) Sobre vias ferreas de interesse local, abertura de estradas e melhoramentos de rios ;

e) Sobre criação de gado ;

f) Sobre mineração.

§ 4º—Effectuar empréstimos a colonos ou immigrants de confidencia e com as garantias dos arts. 89 e 90 do decreto estadual de 4 de junho de 1892—para os fins especificados nesses arts. e mediante o processo que o governo do Estado estatuir.

§ 5º—Registrar por conta de terceiros immoveis pelo systema Torrens.

§ 6º—Emitir letras hypothecarias (bonds) com amortisação por sorteio e as obrigações necessarias ás operações de cr. it. movel e agricola (bilhetes de mercadorias) sendo estes titulos ao portador e a praso fixo os bilhetes de mercaderias.

Art. 8º—Em carteira distincta da hypothecaria poderá o Banco :

§ 1º.—Descontar e redescontar letras de cambio e da terra pagaveis no paiz e no estrangeiro.

§ 2º.—Descontar e redescontar contas e facturas assignadas com responsabilidade de dous ou mais negociantes.

§ 3º.—Fazer emprestimos em conta corrente a o prazo fixo nunca excedente de seis mezes, sob garantia de ouro, prata, apolices da União ou do Estado do Espirito-Santo, bilhetes do thesouro, letras hypothecarias e bilhetes de mercadorias deste Banco, conhecimentos, warrants docks e letras, descontaveis nos termos do § 1º.

§ 4º.—Fazer emprestimos e adiantamentos ao governo e ás municipalidades do Estado do Espirito-Santo e subscrever para os emprestimos á União ou aos Estados.

§ 5º.—Operar em cambio, comprar e vender saques.

§ 6º.—Receber dinheiro em deposito em conta corrente e a prazo fixo.

§ 7º.—Emitir obrigações ao portador (debentures) por conta propria ou de terceiros, mediante authorisação da assembléa geral de cacionistas.

§ 8º.—Emitir letras ao portador com prazo fixo.

§ 9º.—Fazer quaesquer movimentos de fundos por conta propria e de terceiros e encarregar-se mediante commissão de compra e venda de immoveis e de effeitos moveis bem como de cobranças de titulos de credito e de juizos, rendas, dividendos pertencentes a terceiros.

Art. 9º.—O Banco não poderá adquirir bens de raiz, com excepção do predio necessario para séde do estabelecimento, ou das filiaes e agencias, salvo no caso de liquidação em que deverá providenciar opportunamente para a venda dos que tiver recebido em pagamento.

Art. 10º.—O Banco terá filiaes ou agencias nas localidades do Estado onde for julgado conveniente e poderá abrir uma filial na cidade do Rio de Janeiro para facilitar as suas transacções.

CAPITULO II

DOS EMPRESTIMOS HYPOTHECARIOS

Art. 11.—O Banco emitirá letras hypothecarias (bonds,) cuja importancia não poderá exceder ao decuplo do capital effectivamente realisado, para fundo da carteira hypothecaria.

Art. 12.—A emissão de letras hypothecarias (bonds) só se poderá effectuar em virtude de empréstimos realizados sobre primeira hypotheca, constituida, cedida ou subrogada. Consideram-se como feitos sob hypotheca, os empréstimos destinados ao pagamento de hypothecas, anteriormente inscriptas, quando na sociedade ficar, por empréstimo em primeiro lugar e sem concorrência, não podendo porem realisar-se o empréstimo sem o consentimento do credor cedente.

Art. 13.—A emissão das letras hypothecarias só poderá ser feita na sede social. Q seu valor será de cem mil réis (100\$000) cada uma moeda corrente dos Estados Unidos do Brasil e vencerão o juro annual de seis por cento, pagos semestralmente.

Serão assignadas por dous membros da administração do Banco ou pelo fiscal do governo e devem ser numeradas por ordem relativa a cada serie e constar a declaração do juro, tempo e modo de pagamento.

Art. 14.—As letras hypothecarias do Banco da Victoria, alem dos privilegios e garantias conferidas pela legislação federal vigente gozarão dos seguintes favores :

1º Serão recebidas nas repartições do Estado do Espirito-Santo para caução, fiança ou deposito de contractantes ou outros quaesquer responsaveis á fazenda publica.

2º Terão preferencia para a conversão dos bens de menores orphãos, auzentes e interdictos.

Art. 15.—O Banco poderá emitir letras hypothecarias em ouro, ao cambio de vinte e sete dinheiros por mil reis, juro ouro, no paiz ou no estrangeiro, sendo porem nesse caso constituido o capital correspondente em ouro.

Paragrapho unico.—Nesse caso o Banco reserva-se o direito de exigir dos mutuarios o pagamento das annuidades em ouro ou parte em ouro e parte em papel.

Art. 16.—O Banco pagará por semestres vencidos os juros das letras que emitir, em 1º de abril e 1º de outubro de cada anno.

Paragrapho unico.—Esses juros serão pagos na sede do Banco, nas suas agencias ou succursaes e nas praças estrangeiras que a directoria designar.

Art. 17.—O Banco poderá levantar emprestimo e fazer quaesquer operações, como e quando lhe convier, sobre suas letras hypothecarias (bonds), dentro ou fóra do paiz, applicando o respectivo producto aos contractos que derem ensejo a emissão de taes titulos.

Art. 18.—As letras hypothecarias não terão epocha fixa de pagamentos, salvo negociação especial no estrangeiro e serão resgatadas :

1.^o Por sorteio ao qual será applicada a quota de annuidade destinada á amortisação e tambem a importancia dos pagamentos antecipados, quando esses forem feitos em dinheiro. O sorteio terá logar uma vez cada anno e será feito no mez de julho em presença da administração do Banco e do Governo. Os numeros designados pela sorte serão publicados pela imprensa na séde do Banco e nas localidades onde houver agencia, com indicação do dia marcado para o seu pagamento, que será sempre ao par, cessando de vencer juros, desde esse dia as letras sorteadas.

2.^o Por pagamento antecipado da divida do Banco.

3.^o Por extincção natural da divida.

4.^o Por compra ordinaria ou em leilão.

Art. 19.—As letras resgatadas serão no acto do pagamento selladas com um sello especial e conservadas no archivo do Banco até que se realice a queima que terá logar antes do fim do semestre, em que se fizer o seguinte sorteio. Logo porem que for realisado o pagamento será feita no respectivo registro a declaração de estarem annulladas e retiradas da circulação. De todos os actos, tanto do sorteio como da queima, se lavrará um termo em livro especial, rubricado e assignado pela directoria do Banco e o fiscal do Governo.

Art. 20.—As letras hypothecarias que o Banco receber em pagamento antecipados serão remettidas, logo que se realisarem novos emprestimos e entrarão em concurrencia com todas as outras.

Art. 21.—As letras hypothecarias não terão garantia especial de nenhum immovel determinado e são garantidas.

1.^o Por todos os immoveis hypothecados ao Banco ;

2.^o Pelo capital social ;

3.^o Pelo fundo de reserva constituído com dez por cento de lucros líquidos.

Servi-lhe-hão de garantia indirectamente :

a) A indemnisação creada pelos §§ 1º e 2º do art. 61 da lei Torrens;

b) A utilização do fundo de garantia na compra dessas letras (art. 61 da lei Torrens).

Art. 22.—A base para os empréstimos hypothecarios será no maximo :—metade do valor dos immoveis ruraes e tres quartos dos urbanos.

Art. 23.—Quando o immovel rural estiver inscripto no registro Torrens (Decreto 451—B—de 31 de maio de 1890) o Banco dará 60 0/0 do valor fixado pelo referido registro, que servirá de base para o empréstimo. O processo hypothecario será o da referida lei Torrens.

§ 1º—Neste caso, com a proposta para realisação do empréstimo serão exhibidos o titulo do registro e a planta organizada conforme estatue o art. 22 e o § 4º do art. 23 do mencionado decreto n. 551—B, bem como os documentos exigidos e mencionados no mesmo.

§ 2º—O Banco poderá não acceitar o valor do registro Torrens, devendo nesse caso, de accordo com o proponente promover nova avaliação do immovel nos termos do art. 23 § 5º da citada lei Torrens.

Art. 24.—Os empréstimos hypothecarios poderão ser feitos a dinheiro, parte em dinheiro, parte em letras hypothecarias, unicamente letras hypothecarias, conforme for convencionado entre os contractantes. Quando os empréstimos forem feitos em letras o Banco pode negociar essas mesmas letras de accôrdo com o hypothecante e, quando em dinheiro, o Banco as negociará como e quando lhe convier.

Art. 25.—Os empréstimos, a longo praso, serão de 3 a 20 annos, reembolsaveis por annuidades pagas semestralmente, que comprehenderão os juros á taxa maxima de oito por cento, a quota de amortisação e a percentagem de administração.

§ 1º—A amortisação será de tal modo calculada que produza a extincção da divida no praso do contracto.

§ 2º—A percentagem annual da administração será de 2 0/0 (dous por cento).

Art. 26.—Para os pequenos empréstimos regulará o juro da praça da Victoria, sendo de 1 0/0 (um por cento) a percentagem da administração. Taes empréstimos serão feitos de conformidade e com as garantias dos arts. 89 e 90 do decreto Estadual de 4 de junho de 1892,

quando forem destinados aos fins especificados nesses arts. e realizados mediante processo que o Governo do Estado decretar.

Art. 27.—Quando a emissão ou negociação de letras for feita no estrangeiro o Banco cobrará mais uma comissão de 1 % (um por cento) para o serviço de juros, amortização e collocação.

Art. 28.—Será permitido ao mutuario pagar antecipadamente a sua divida, no todo ou em parte, na mesma especie em que recebeu, isto é, em dinheiro ou em letras da mesma serie, fazendo-se no caso de pagamento parcial a redução proporcional as annuidades que ainda estiver a receber. Quando os pagamentos antecipados forem em letras hypothecarias, serão ellas recebidas ao par e o Banco terá o direito de haver sobre o capital reembolsado uma indemnização de 2 % (dous por cento) que será paga no mesmo acto. Esta indemnização não terá logar quando o pagamento for a dinheiro.

Art. 29.—No acto do emprestimo o Banco deduzirá o juro do primeiro semestre e a porcentagem de um ou dous por cento sobre a importancia do emprestimo, segundo a natureza do contracto.

Art. 30.—Além das condições relativas ao emprestimo, poderá o Banco nos respectivos contractos exigir as garantias que entender, estipular multas convencionaes que julgar conveniente para o caso de falta de cumprimento dos deveres do hypothecante a titulo de despesas judicarias.

Art. 31.—Para todos os effeitos juridicos o Banco poderá considerar vencida a divida antes do praso convencionado, todas as vezes que se verificar qualquer das condições seguintes :

- a) falta de pagamento de qualquer prestação ;
- b) quando sem pleno consentimento escripto do Banco se der alienação total ou parcial dos bens hypothecados ;
- c) dando-se deterioração nos bens hypothecados ou outros successos que lhe reduzam o valor á metade do preço da avaliação ou perturbar a posse dos mutuarios, como ainda verificando-se a existencia de qualquer onus reaes ou de factos que produzam a mesma depreciação ou tornem duvidoso o seu direito de propriedade.

Em caso de depreciação do valor o mutuario poderá reforçar ou substituir a garantia se assim convier ao Banco.

- d) execução promovida contra o mutuario ou terceiro que offerecer

garantia por parte de qualquer outro credor, desde a primeira citação judicial ;

e) se dentro do praso do contracto qualquer dos mutuarios vier a fallecer ou for privado da administração de seus bens.

Art. 32.—Na falta de pagamento de qualquer prestação de data fixa e determinada por parte do devedor hypothecante, pagará este o juro de um por cento ao mez pelo tempo da mora emquanto ao Banco convier esperar.

Art. 33.—A fallencia ou insolvabilidade do devedor dá direito ao Banco de executar o immovel hypothecado antes do vencimento do pagamento ou a usar da faculdade concedida pelos arts. 350 e seguintes do decreto federal n. 370 de 2 de maio de 1868. Da mesma faculdade poderá usar o Banco com o caso de falta de pagamento de qualquer prestação vencida, considerando-se nesse caso vencida toda a divida.

Art. 34.—Os immoveis urbanos dados em hypotheca serão seguros, sendo os premios do seguro, fóros, impostos de decima e pennas d'agua e quaesquer outros carregados nas prestações, afim de ficar garantido o pagamento d'elles, o qual será a cargo da sociedade.

Art. 35.—Nos contractos se estipulará quando a sociedade será subrogada, como procuradora em causa propria, no direito de receber no caso de sinistro a importância do seguro da companhia segurada para pagar-se da divida ou applical-a a reparação do predio, com dedução da parte relativa ao pagamento da prestação vencida.

Art. 36.—Fica entendido que, no caso de sinistro, fica a sociedade com o livre direito de receber a importância do seguro, ou applical-a sob sua administração ao reparo do immovel hypothecado.

Art. 37.—Feita a proposta para o emprestimo o Banco mandará proceder ao exame e a valiação dos bens por pessoas de sua confiança, depositando logo o proponente uma quantia convencional para as despesas de verificação e avaliação.

Art. 38.—Os immoveis que o Banco obtiver por accordo com os devedores ou por adjudicação poderão, a juizo da directoria, ser vendidos do melhor modo, devendo ser retiradas da circulação as letras hypothecarias provenientes desses immoveis, as quaes serão reemitidas por novos emprestimos.

Art. 39.—O Banco poderá conceder augmento de emprestimo aos seus devedores quando o valor da propriedade hypothecada crescer em proporção sufficiente para cobrir a aggravação do debito.

Art. 40.—A directoria regulará os emprestimos sobre os predios em construcção, fixando a forma e a oportunidade, em que se houve, rem de entregar ao hypothecante as respectivas letras.

Art. 41.—Os titulos e as plantas homologados de propriedades offerecidas em hypotheca sò serão acceitas depois de examinados e julgados bons pelo advogado do Banco, em parecer escripto.

Art. 42.—Os titulos de propriedade só serão acceitos quando extremos de vicios ou defeitos legais, podendo o Banco exigir prova de posse successiva por trinta annos.

Art. 43.—Não se admitirão titulos de propriedade em condominio, salvo se o emprestimo houver de fazer-se a todos os condominios.

Art. 44.—Os titulos das propriedades hypothecadas guardar-se-hão no archivo do Banco, que disso dará documentos aos interessados. Esses titulos só poderão sair do Banco mediante ordem judicial, cumprindo porem o Banco franqueal-os a exame dos interessados e

Art. 45.—Os credores inscriptos a titulo de dominio renunciarão por escriptura publica a favor do Banco os seus direitos de propriedade.

Art. 46.—O Banco poderá exigir, sempre que for possivel, o seguro da propriedade rural hypothecada.
dar-lhe trespasado simples ou legal quando o pedirem.

CAPITULO III

DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 47.—A Assembléa Geral é a reunião de accionistas da sociedade em numero legal e cujas acções estejam registradas na mesma, 30 dias pelo menos antes de ter logar a reunião.

Art. 48.—A reunião da Assembléa Geral terá logar todos os annos no mez de maio e as extraordinarias todas as vezes que a directoria ou o conselho fiscal julgar conveniente ou no caso do art. 15 § 9º do decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

Art. 49.—As Assembléas Geraes serão presididas pelos presidente do Banco ou por quem o substituir; o que presidir designará dous secretarios.

Art. 50.—Os votos para todos os effeitos serão contados na proporção de dez acções por um voto.

Art. 51.—As votações serão symbolicas, salvo nos casos de eleição em que terá logar o escrutinio secreto e por maioria de acções e quando algum accionista requerer a votação por capital, não podendo a Assembléa recusar-se a esta ultima forma de votação que poderá prescindir de escrutinio secreto.

Art. 52.—A Assembléa Geral tem por fim os designados na lei.

CAPITULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO DO BANCO

Art. 53.—O Banco da Victoria será administrado por uma directoria de dous membros eleitos pela Assembléa Geral d'entre os accionistas.

Paragrapho unico.—O numero de directores poderá ser elevado até ao dobro, sob proposta da directoria, quando o desenvolvimento das transacções o aconselhar, pela assembléa geral independente de reforma dos Estatutos.

Art. 54.—Dos directores eleitos um será o presidente, o outro o secretario do Banco. Os vencimentos dos directores serão determinados pela assembléa geral. Alem dos vencimentos fixos terá o director que exercer as funções de gerente com uma porcentagem dos lucros liquidos sociaes.

Art. 55.—Durará cinco annos o mandato conferido aos directores e é permittida sua reeleição.

Art. 56.—Os directores caucionarão duzentas acções que ficarão depositadas na caixa do Banco, não podendo ser alienadas enquanto não forem approvadas pela assembléa geral as contas do tempo em que houverem exercido o mandato.

Art. 57.—No caso de fallecimento, renuncia ou ausencia de um director o outro escolherá de accordo com o conselho fiscal e por maioria de votos um accionista para substitui-lo até a primeira reunião da assembléa geral que deliberará sobre o occorrido. Si a directoria, ao tempo da vaga, for composta de mais de dous directores, a substituição se fará sem intervenção do conselho fiscal.

No caso de impedimento temporario o director substituto servirá somente até que o effectivo se apresente.

Art. 58.—O director que deixar de exercer o cargo por mais de tres mezes, será considerado como tendo renunciado, salvo o caso de ausencia justificada pör motivos de interesse do Banco, de accôrdo com os outros directores ou com o conselho fiscal, lavrando-se acta da deliberação.

Art. 59.—A directoria tem plenos poderes para administração dos negocios sociaes. São seus principaes deveres e attribuições :

1º Resolver sobre todas as operações do Banco em cada uma de suas carteiras especiaes.

2º Organisar o cadastro que deverá rever em período, não excedente de um trimestre e fazer-lhe as alterações que forem necessarias ;

3º Redigir e fazer executar o regulamento interno do Banco ;

4º Deliberar sobre a fundação das succursaes e agencias ou sobre sua extinção, determinando a natureza e os limites das operações que poderão fazer ;

5º Nomear e demittir os gerentes do Banco, dos succursaes e agencias, sub-gerentes e auxiliares, assim como os demais empregados, marcando a todos os respectivos ordenados, ou commissões, firmando com elles os contractos que julgar necessarios, determinando as cauções que devam prestar e restituindo-as, quando exonerados de qualquer responsabilidade ;

6º Determinar a collocação dos fundos disponiveis, prover a collocação das letras hypothecarias e sua oportunidade de emissão ;

7º Examinar os balanços annuaes e semestraes e proceder as averiguações que julgar necessarias ;

8º Fixar o dividendo que deve ser distribuido semestralmente ;

9º Formular o relatorio e inventario que devem ser presentes a assembléa geral ordinaria ;

10º Submetter á assembléa as propostas sobre modificações de Estatutos, augmento ou diminuição de capital, bem como sobre as questões de prorrogação, fusão, liquidação e dissolução anticipada do Banco.

11º Aceitar accôrds, assumir responsabilidades, administrar, gerir, enfim sem limitação de poderes.

Art. 60.—Ao director-presidente compete :

1º Preparar o relatório annual das operações do Banco e de accordo com o outro ou outros directores, submettel-o á approvação da assembléa geral ;

2º Assignar os balanços, inventarios, procurações e, com o director-secretario, os titulos representativos de acções e as actas da directoria ;

3º Examinar os contractos, documentos, escripturas e avaliações e, em geral, tudo quanto se referir aos empréstimos baseados na emissão de letras hypothecarias e lavrar os pareceres que justifiquem -taes emissões.

4º Representar a sociedade em juizo, perante os poderes publicos e quaesquer terceiros, podendo constituir mandatarios ;

5º Convocar a assembléa geral ordinaria e as extraordinarias, sempre que a directoria julgar conveniente.

Art. 61.—Ao director-secretario incumbe especialmente o trabalho das actas, devendo assignar com o director-presidente as acções, ou titulos que as representem e as letras hypothecarias.

Art. 62.—O director-secretario, em quanto não se realisar a hypothese do § unico do art. 53, exercerá cumulativamente as funções de gerente ; a elle cabe a direcção interna dos negocios do Banco e especialmente da carteira commercial, de accordo com as deliberações da directoria, lavradas no respectivo livro de actas e compete :

1º Determinar as condições e taxa de desconto e das outras operações diarias ;

2º Assignar os titulos de responsabilidade do Banco, seus saques, letras, endossos e creditos que abrir ou conceder e tudo mais que necessario fôr.

3º Exercer a direcção interna e represental-o em tudo quanto entender com a carteira commercial.

Art. 63. O director-gerente poderá com assentimento do presidente em deliberação de directoria authorisar que a assignatura do empregado do Banco que substituir o gerente ou suas vezes fizer, seja só por si valida nos contractos de penhor mercantil, depositos de dinheiro, ou outros contractos já resolvidos pela administração do Banco, e nas cousas mirimas de expediente, admissão esta que suspenderá e resta-

belecerá todas as vezes que julgar conveniente e pelo modo que lhe parecer acertado.

Art. 64. Os directores se substituirão reciprocamente nas suas funções especiaes.

CAPITULO V

DO CONSELHO FISCAL

Art. 65.—Todos os annos a assembléa geral elegerá tres fiscoes e outros tantos supplentes.

Art. 66.—As attribuições e deveres do conselho fiscal são os definidos na lei e o de auxiliares da directoria que convocará os seus membros sempre que for conveniente ouvil-os.

CAPITULO VI

DO DIVIDENDO E FUNDO DE RESERVA

Art. 67.—O anno social começa em 1º de Janeiro e termina em 31 de dezembro.

O primeiro exercicio, porém, comprehenderá o tempo decorrido entre a constituição do Banco e 31 de dezembro de 1895. Do producto das operações do Banco em cada exercicio deduzidas as despezas se apurarão os lucros líquidos. Alem do balanço geral, que deve ser presente á assembléa geral, annualmente, o Banco dará balanços semestrais que serão publicados assim como os balancetes mensaes.

Art. 68.—Os lucros do Banco serão verificados e escripturados per carteiras.

Art. 69.—Dos lucros líquidos de ambas as carteiras se deduzirá precipuamente em cada semestre 10 o/o (dez por cento) destinado ao fundo de reserva, devendo cessar essa deducção logo que esse fundo se eleve a 50 o/o do capital realizado.

Art. 70.—Deduzida a quota do fundo de reserva e o mais que for ordenado pela assembléa geral, do restante se tirará o dividendo a distribuir pelos accionistas na proporção do capital realizado em cada uma acção.

Art. 71.—Os dividendos serão distribuidos semestralmente.

Art. 72. Os dividendos não reclamados depois de cinco annos ficarão pertencendo ao Banco e levados á conta do fundo de reserva.

CAPITULO VII

DISPOSIÇÕES GERAES

Art.—73. No caso de corrida dos depositantes em conta corrente, por meio de retiradas immediatas, o Banco reserva-se o direito de pagar-lhes por lettras que vençam o mesmo juro e sejam divididas em seis series correspondentes á data da exigencia e resgataveis de 15 em 15 dias, de modo que ao cabo de 90 dias esteja restabelecido o pagamento á vista.

Art. 74.—Ao Banco da Victoria, constituido pelos presentes Estatutos, ficam pertencendo todos os direitos e onus decorrentes do contracto celebrado em 8 de novembro de 1894, entre o Governo do Estado do Espirito Santo e os cidadãos Herculano Marcos Inglez de Souza, Tarquinio Braulio de Souza Amarantho e dr. João Ferreirinha.

Art.—75. A Directoria fica autorisada para solicitar e obter do Governo da União e do Estado os favores que julgar convenientes ao credito, segurança e prosperidade do Banco e para melhor garantia das lettras hypothecarias, no intuito de tornal-as procuradas como titulos de renda.

Victoria, 10 de Abril de 1895.—Os incorporadores—*Herculano Marcos Inglez de Souza*.—Dr. *João Ferreirinha*.

DECRETO N. 49

Approva as tarifas e condições regulamentares da Estrada de Ferro Sul do Espirito Santo

O Presidente do Estado, no uso das attribuições constitucionaes,

DECRETA :

Art. 1.^o.—Ficam approvadas para entrar em vigor logo que for inaugurada a primeira secção da estrada de ferro Sul do Espirito Santo, as tarifas e condições regulamentares que com este baixam, organisadas pelo engenheiro-chefe da mesma estrada, para o transporte de viajantes, bagagens, encomendas, mercadorias, valores, vehiculos e animaes e transmissão de telegrammas

Art. 2º.—As referidas tarifas vigorarão provisoriamente até que seja inaugurado o tráfego de toda a estrada, e irão soffrendo as modificações que a pratica e os interesses do Estado forem indicando. Essas modificações poderão ser feitas por meio de simples Resoluções.

O secretario geral do Estado faça publicar-o, imprimir e correr.

Palacio do governo do Estado do Espirito-Santo, em 9 de julho de 1895.

JOSÉ DE MELLO CARVALHO MONIZ FREIRE

Sellado e publicado n'esta secretaria geral do Estado do Espirito-Santo, em 9 de julho de 1895.

O secretario geral—*Manoel de Campos Cartier.*

Tarifas e condições regulamentares a que se refere o Decreto n. 49

TARIFAS

N. 1. VIAJANTES

Por viajante e por kilometro

1ª classe.....	120
2ª <	80

N. 2. MERCADORIAS EM GERAL

Por tonelada e por kilometro

1ª classe.....	1\$200
2ª <	800
3ª <	600
4ª <	400
O excedente de bagagem pagará por tonelada e por kilometro	1\$800
Os volumes de encomendas pagarão por tonelada e por kilom.	2\$400

As mercadorias serão classificadas na ordem seguinte :

1ª Classe

Abanos de palha.
Abenos de pennas.
Absinthio.
Acidos mineraes.
Aço.
Aguardente.
Agua-raz.
Aguas mineraes ou medicinaes importadas.
Alabastro em obra.
Alavancas de ferro.
Alcatifas.
Alcatrão.
Alcool.
Almofadas.
Alpiste.
Alvaiade.
Ancoras.
Aniagem.
Animaes empalhados ou embalsamados.
Aniz.
Apparelhos para experiencias physicas ou chimicas.
Apparelhos para gaz.
Apparelhos telegraphicos.
Apparelhos telephonicos.
Arame.
Archotes.
Arcos de ferro.
Armações para igrejas.
Armações para guarda-sol.
Armações para lojas.
Armas brancas.
Armas de fogo.
Arreios.
Artigos de armarinho.
Artigos de desenho.

Artigos de escriptorio.
Artigos de pacotilha não denominados.
Artigos de luxo ou phantasia.
Ataúdes.
Avelãs.
Aves empalhadas ou embalsamadas.
Azeite doce.
Azeitonas.
Bagatellas.
Bahús vasis.
Balanças.
Balões.
Banguês.
Barracas desarmadas.
Bastidores de theatro.
Bebidas espirituosas não denominadas.
Bengalas.
Berços.
Bilhares.
Biscoutos.
Bolças de viagem.
Bombos.
Brinquedos.
Brochas para pintar ou esizar.
Bronze bruto.
Bronze em objecto de arte.
Bronze em obra não denominada.
Burras de ferro.
Bustos.
Cabello em obra.
Cabos de arame.
Cabos de canhamo, linho, etc.
Cachimbos.
Cadeados.
Cadernacs.
Cadinhos.

Caixas de folha de flandres, madeira ou papelão, vazias.
Caixilhos com vidros.
Calçados.
Camas de ferro.
Camas de lona.
Camas de madeira.
Campainhas electricas.
Campanas de vidro para jardim.
Camphora.
Canella em pó ou em casca.
Canos de metal.
Capachos.
Carrinhos de mão, importados.
Carrinhos para crianças.
Carrinhos para doentes.
Carrocinhas de mão, importadas.
Cautchu em obra não denominada.
Cêra em obra não denominada.
Cêra em velas.
Ceramico (artigos não denominados).
Cerveja.
Cevadinha.
Chá.
Chapelaria (artigos não denominados).
Chapeleiras.
Chapéos.
Charutos.
Chlorureto de cálcio.
Chocolate.
Choriços.
Chumbo de caça.
Chumbo em lingua dos.
Chumbo em obra.
Cigarros.
Coque em chapas.
Coque em lingua dos,

Cobre em obra não denominada:
Cobre velho.
Cognac.
Colchões.
Colla.
Colméas.
Colza (oleo de)
Confeitaria (artigos não denominados.)
Conservas em latas ou vidros.
Coral.
Cordas para instrumentos de musica.
Corda de linho, canhamo etc.
Correntes de ferro e outros metaes.
Cortiça em obra não denominada.
Cortinados.
Cortinas.
Couro em obra não denominada.
Creosoto.
Christal em obra.
Cutelaria (artigos não denominados.)
Dentes artificiaes.
Dentes de elephantos.
Dôces.
Dôces nacionaes.
Drogas.
Dynamite.
Encerados de lona.
Encerados para meza, toalha etc.
Enxergas para animaes.
Enxergões.
Equipamento militar não denominado.
Escovas.
Espadas.
Espanadores.
Especiarias.
Espelhos.

Espermacete.
Espingardas.
Espírito não denominados.
Espoletas.
Esponjas.
Esporas.
Esqueletos para estudos anatomicos.
Essencias.
Estampas em folhas.
Estampas em quadros.
Estanho bruto.
Estanho em folha ou obra.
Estantes de ferro.
Estantes de madeira, importadas.
Estatuas.
Esteiras da India.
Estojo de instrumentos cirurgicos, mathematicos etc.
Estopim.
Extractos não denominados.
Farinha de linhaça ou mostarda.
Fateixas.
Fazendas de algodão, lã, linho e seda.
Fechaduras.
Ferraduras.
Ferragens não denominadas.
Ferramentas de carpinteiro, cavouqueiro, pedreiro, canteiro, correiro, ferreiro, marceneiro, sapateiro, serralheiro e outras.
Ferro em obra.
Ferro de engommar.
Figos seccos.
Filtros.
Fio de algodão, lã, linho ou seda.
Flores artificiaes.
Fogos artificiaes.
Folha de cobre, chumbo, estanho etc.
Folles.

Formas diversas.
Fructas confeitadas.
Fumo.
Garrafas de chrystal ou vidro fino.
Gaz-globo.
Gazolina.
Gelatina.
Geléas.
Genebra.
Gesso.
Giz.
Globos de vidro ou louça.
Globos geographicos.
Goma arabica.
Gradis para sepulturas.
Graxa para calçado.
Guarda sol.
Guaritas.
Harpas.
Herva-doce.
Hortalices em conservas.
Imagens.
Iman.
Impressos.
Incenso.
Instrumentos de cirurgia, engenharia, muzica, optica e outros de precisão, não denominados,
Jardineiras.
Jaspe.
Jógos de dominó, xadrez, damas, gamão e outros.
Kerozene.
Kiosques.
Kirsch.
Lã manufacturada.
Lacre.
Lambrequins de madeira ou metal.

Lampiões e lanternas com vidros.
Lampiões e lanternas sem vidros.
Lanternas magicas.
Lapides para sepulturas.
Latão em barra.
Latão em obra não denominada.
Latão velho.
Legumes em conserva.
Licôres.
Limas de aço.
Linguixas.
Linhaça.
Liteiras.
Livros.
Lixa.
Lona.
Louça commum.
Louça de porcellana.
Lousas para sepulturas.
Lustres.
Luvas.
Macarrão e outras massas alimenticias.
Machinas de cortar cartões.
Machinas de costura.
Machinas para gabinete de physica ou laboratorios de chimica.
Machinas de imprimir bilhetes de estrada de ferro.
Machinas photographicas.
Machinas typographicas, graphicas e autographicas.
Malas de viagem vazias.
Malhos de ferreiro.
Manganez.
Mangas de vidro.
Mangueiras para bombas.
Manómetros.
Manteiga salgada.
Manuscriptos.

Mappas.
Marfim.
Marmore em objectos de arte.
Marmore em obra não denominada.
Marroquim.
Martellos.
Massas alimenticias.
Materias explosivas.
Materias inflamaveis não denominadas.
Materias venenosas.
Medicamentos não denominados.
Medidas diversas.
Mel de fumo.
Mercearia (artigos não denominados).
Metaes em obra não denominadas, excepto as preciosas.
Mercurio.
Minio.
Missangas.
Mobilia de luxo, com dourados, espelhos etc., importada ou nacional.
Mobilia de vime ou madeira, importada.
Modelos.
Moitões.
Molas de aço para carros.
Moldes.
Molduras dourada.
Molduras de madeira envernizadas ou lustradas.
Naphta.
Naphtalina.
Nickel bruto.
Nickel em obra não denominada.
Nitro.
Noz-noscada.
Noz-vomica.
Nozes.
Objectos de arte.
Oera.

Oleados.
Oleos importados.
Opio
Ornamentos de ferro ou bronze.
Ornamentos para igrejas.
Osso em obra não denominada.
Ostras em conserva.
Padiolas.
Painço.
Paños.
Palaquins.
Palitos.
Pandeiros.
Panellas de cobre ou ferro.
Panno de qualquer qualidade.
Páos para tinturaria.
Papeis pintados.
Papel para escriptorio, desenho, impressão, embrulho etc.
Papelão.
Passaros empalhados ou embalsamados.
Paramentos ecclesiasticos.
Passas.
Pastas de papel ou papelão.
Patronas.
Peanhas.
Peças de artilharia desmontadas.
Peças de artilharia em carretas.
Pedra hume.
Pedra pomes.
Pedras de afiar ou amolar.
Pedras de filtrar.
Pedras lithographicas.
Peixe em latas.
Pellica.
Peneiras de cabello, seda ou tela metallica.
Perfumarias.

Pesos para balanças.
Petrechos bellicos.
Petrechos bellicos explosivos.
Petrechos de caça não denominados.
Petroleo.
Pez.
Phosphoros.
Phosphoros de segurança.
Pianos.
Pilhas electricas.
Pimenta da india.
Pinceis.
Pistolas.
Pixe.
Polvora.
Polvorinhos.
Pomada.
Porcellana.
Porphyro bruto.
Porphyro em obra.
Pós de sapato.
Potes diversos.
Pregos de ferro, cobre ou latão.
Prélos.
Prensas para copiar cartas.
Presuntos.
Productos chimicos diversos.
Pudrolytho.
Punhaes.
Quadros.
Queijos importados.
Quilhos de jogo.
Quinino.
Quinquilharia.
Rapé.
Ratoeiras.

Realejos.
Rebolo (pedra de)
Rêdes.
Redomas de vidro.
Relógios de algibeiras, mezas ou parede, menos os de ouro e prata.
Rendas.
Retortas de metal.
Retortas de vidro ou louça.
Retortas para gaz.
Retratos de familia.
Rhuibarbo.
Rhum.
Rôlhas.
Rosalgar.
Roupa.
Sabão.
Sabonetes.
Saccos vasiô.
Saccos vasiô em retorno (gratis).
Sal amoniaco.
Sal de azedas.
Sal de Epzon.
Sal marinho refinado.
Salames.
Salitre.
Sanguesugas.
Sellins e pertences.
Serralharia (artigos não denominados).
Serras.
Serrotes.
Sinos.
Sigueiro (artigos não denominados).
Stearina.
Tabaco.
Tachas de cobre ou ferro.
Tacos para bagatella ou bilhar.

Tambores de musica.
Tapetes.
Tarrafas.
Tartaruga bruta.
Tecidos não denominados.
Tela metallica.
Telha de vidro ou louça.
Tijolos para limpar facas ou de arear.
Tinta de escrever, imprimir etc.
Torradores de café.
Transparentes para janellas.
Traveseiros.
Trem de cosinha de cobre ou ferro.
Tubos de louça.
Tubos de metal.
Tubos de vidro.
Tumulos armados.
Tumulos desarmados.
Typos.
Unguentos.
Urnas de marmore ou madeira.
Utensilios domesticos não denominados.
Uvas seccas.
Vassouras de cabello ou crina.
Velas.
Velocipedes.
Venesianas.
Ventarolas.
Verdete.
Vermelhão.
Vermouth.
Vernizes.
Vidros.
Vinagre.
Vinho.
Vitriolo.

Xaropes.
Zabumbos.
Zarcão.
Zinco em chapas ou linguados.
Zinco em obra não denominada.

2ª Classe

Aguas mineraes ou medicinaes do paiz.
Albomina.
Amendoim (oleo de)
Annil.
Azeite de substancias do paiz.
Bancos de ferro.
Bancos de madeira.
Cabello.
Cacáo.
Café em cereja ou côco.
Café moido.
Cauhamo bruto.
Cantchu bruto.
Cebolas importadas.
Cebolinho importado.
Centeio.
Cêra bruta.
Cochonilha.
Côcos seccos.
Columns de ferro fundido.
Colza (grãos de)
Conservas em latas ou vidros, nacionaes.
Couros salgados.
Couros seccos.
Couros trabalhados ou envernizados.
Crystal de rocha, bruto.
Estantes de madeira nacional.
Extracto de carne.

Ferramentas de carpinteiro, covoqueiro, pedreiro, canteiro, carreiro,
ferreiro, marceneiro, sapateiro, serralheiro e outras, usadas.

Flechas.

Flores de canna e outras para enchimentos.

Flores medicinaes.

Forjas portateis.

Fructas seccas.

Gaiolas com passaros.

Gaiolas vazias.

Gengibre.

Goiabada.

Gommas não denominadas.

Guaraná.

Hervas não denominadas.

Hervas medicinaes.

Ipecacuanha.

Lã bruta.

Laranjinhas.

Leite em conserva ou condensado.

Linho bruto.

Louça de barro do paiz.

Lupulo.

Machinas pequenas não denominadas.

Mamona (azeite de)

Matte.

Mel de abelhas.

Mobilia de vime ou madeira nacional.

Moringues de barro.

Oleos de substancias do paiz.

Origones.

Ovas de peixe.

Paina.

Palha do Chile e outras semelhantes para chapéos.

Panellas de barro.

Passaros em gaiolas.

Pelles preparadas.

Pelless verdes, seccas ou salgadas.
Peneiras de palhas do paiz.
Pennas de aves para enchimento.
Pichoá.
Plantas medicinaes.
Potassa.
Potes de barro do paiz.
Quina.
Raizes medicinaes.
Raizes tintureiras.
Raspas de ponta de veado.
Resinas não denominadas.
Ricino (oleo de)
Sagu.
Sóda.
Solas.
Talha de barro para agua.
Tamancos.
Tamarindos em conserva.
Trigo.
Vassouras de palha, piassava e outras do paiz.

3ª Classe

Alçafrão.
Alabastro bruto.
Algodão descaroçado.
Alhos.
Almofarizes de metal, pedra ou madeira.
Alumina.
Ancoretas vazias.
Arbustos vivos.
Arroz importado.
Artigos de folha de flandres.
Assucar refinado.
Avêa.
Azulejos.
Bacalháu.

Bancos de carpinteiros.
Banha.
Barricas vazias.
Barrilha.
Barris vazios.
Batatas.
Breu.
Cabos de ferramentas.
Capoeiras vazias.
Carborina.
Carnaúba (cera).
Carne fumada, salgada ou secca.
Carvão animal.
Carvão vegetal.
Cereaes não denominados.
Cestos vazios.
Cevada.
Chapas de ferro ou zinco para coberta.
Chapas de ferro para fogão.
Comestiveis não denominados.
Ervilhas seccas importadas.
Estopa.
Farinha de trigo.
Farinhas não denominadas, excepto de mandioca ou milho.
Fazendas fabricadas no paiz.
Ferro em barras ou chapas.
Fleres naturaes.
Fogareiros.
Fogões de ferro.
Folha de ferro e de flandres.
Formas para assucar.
Formicida.
Fornalhas de ferro.
Gigos vazios.
Glucose.
Grades de ferro ou madeiras.

Graxa animal.	
Grelhas de ferro.	
Guinchos.	
Guindastes.	
Izoladores de telegraphos.	
Jacás vazios.	
Ladrilhos de barro.	
Ladrilhos de louça, marmore etc.	
Lentilhas.	
Linguas seccas ou salgadas.	
Louça em lages.	
Macacos de ferro.	
Madeira aparelhada para construcção ou obras de marcenaria ou carpintaria.	
Madeira em obra não denominada como portas, janellas, grades, cancellas, caxilhos etc.	
Maizena.	
Manufacturas de fabricas nacionaes.	
Mariscos.	
Molas para vehiculos de estrada de ferro.	
Mós.	
Musgo.	
Peixe secco ou salgado.	
Pinos para rodas.	
Pinhões verdes ou seccos.	
Pipas vazias.	
Plantas vivas.	
Raizes alimenticias, importadas.	
Reservatorios de ferro.	
Saccos de juta sem costura do fabrico de Leslis & Co em Macacos.	
Sebo.	
Sulphureto de carbono.	
Surrões vazios.	
Taboas aparelhadas.	
Tecidos de fabricas nacionaes.	
Tinas.	

Trapos.

Tubos de ferro fundido para encanamento d'agua.

Xarque.

4.^a. Classe

Accessorios de trilhos.

Achas de lenha.

Aduellas.

Agua.

Alambique.

Alfafa.

Algodão em carôço.

Anido.

Ancoretas vazias em retorno.

Animaes pequenos em caixões ou cestos.

Arados.

Arados a vapor.

Arcos de madeira.

Ardozias.

Arêa.

Argilla.

Asphalto.

Aves domesticas em capoeiras ou jacás.

Balaaios.

Bambús.

Banha de porco nacional.

Barricas vazias em retorno.

Barris vazios em retorno.

Barro.

Bolachas.

Botijas vazias.

Brunidores de café.

Cabeças de boi, carneiro etc.

Cabos de vassouras.

Caça (morta).

Caibros.

Cairo.
Calcareos.
Caldeiras.
Cangalhas.
Canna da India.
Canôas.
Cannos de barro.
Cantarias.
Capim.
Capoeiras vazias em retorno.
Cordas.
Carnauba (palha.)
Carne fresca.
Caroços de algodão.
Carrocinhas de mão feitas no paiz.
Carrinhos de mão feitos no paiz.
Carvão de pedra.
Casca de arvores para cortumes e outros fins.
Casca de cocô.
Cascalho.
Cestos vazios em retorno.
Cevadeira para mandioca
Charruas.
Chifres.
Cimento.
Cinzas.
Coadores de mandioca.
Coke.
Colheres de madeira.
Combustiveis não denominados.
Cordas de imbirã e outras, do paiz.
Cordas velhas.
Cortiça bruta.
Couçoeiras.
Couros suínos.
Crina vegetal ou animal.

Cubbos para engenhos.
Cubos para rodas.
Cuias.
Debulhadores de milho.
Descascadores de algodão.
Descascadores de café ou arroz.
Descascadores de café.
Dormentes de ferro ou madeira.
Eixos
Embiras.
Engenhos para estabelecimentos agricolas.
Enxadas.
Enxofre.
Escadas de mão.
Escadas para edificio.
Escaleres.
Escorias de metaes.
Estacas para cercas.
Esteiras de tabúas.
Estrados para vagões.
Faxina (varas de).
Farelo.
Favas importadas.
Fecula.
Fejão importado.
Feltro.
Feno.
Feno arteficial preparado no interior.
Ferro guza.
Ferro velho.
Fibras textis não denominadas.
Fio telegraphico.
Folhas de arvores.
Ferragens não denominadas.
Fouces.
Pressuras.

Fructas frescas.
Fructas frescas a granel.
Gallinhas.
Gamellas de pau.
Garrafas ordinarias, vazias.
Garrações ordinarios, vazios.
Gelo.
Gigos vazios em retorno.
Giradores para estradas de ferro.
Gommas do paiz, excepto a de mandioca.
Instrumentos agricolas.
Jacás vazios em retorno.
Jangadas.
Junco da India.
Junco do paiz.
Kaolim.
Lages apparelhadas com quina viva formando por este facto cantaria.
Lages apparelhadas somente a picão ou martello sem quina viva.
Lages brutas.
Lanchas.
Legumes.
Lenha.
Limalha de ferro.
Linguas frescas.
Locomoveis.
Locomotivas desarmadas.
Lombo de porco.
Machados.
Machinas aratorias.
Machinas a vapor fixas.
Machinas a vapor locomoveis.
Machinas destinadas ao preparo ou fabrico de productos agricolas.
Machinas ferramenta.
Machinas grandes não denominadas.
Machinas de tecer.
Machinas metallurgicas ou mineraes.

Machinas para o fabrico de telhas ou tijolos.
Madeiras em casca, falquejada ou serrada.
Mamona (bagos de)
Marmore bruto.
Materiaes de construcção não denominados.
Mel de canna.
Melaço ou melado.
Metaes brutos não denominados, excepto os preciosos.
Mica.
Milho importado.
Mineraes não denominados.
Minerios de chumbo, cobre, ferro, zinco e outros.
Miudos de rezes.
Mocótós.
Moendas para engenhos.
Moinhos para café e pimenta.
Moinhos para lavoura.
Moirões.
Mudas de cafezeiros em feixes e outros generos similares.
Ossos brutos.
Ostras frescas.
Palha de milho, coqueiro, canna, palmeira etc.
Pão.
Pás.
Paus preparados para tamancos.
Parallelepipedos para calçamento.
Peças de engenhos de assucar, farinha etc.
Peças de locomotivas e de machinas.
Pedras açorianas.
Pedras de alvenaria.
Peixe fresco.
Piassava.
Picareta.
Pipas varias em retorno.
Plombagina.
Pranchões.

Postes telegraphicos de ferro ou medeira.
Prensas diversas.
Prensas hydraulicas.
Prensas para enfardar algodão.
Prensas para mandioca.
Posulana.
Queijos de Minas e outros do paiz.
Raios para rodas.
Raladores para mandioca.
Ramas de aipim e mandioca e outros generos similares.
Remos.
Residuos de açougue.
Ripas.
Ripas simplesmente serradas.
Rodas para carro etc.
Rodas para manhinhas.
Rodetes para machinas.
Roscas.
Rotim.
Sangue de boi.
Sangue de gado abatido no matadouro, cedido pelos marchantes em favor da caixa municipal de beneficencia.
Sapé.
Sarrafos.
Sementes com destino á agricultura.
Serragem.
Sipós.
Substancias de utilidade á lavoura e de pouco peso em relação ao volume.
Taboas simplesmente serradas.
Tabocas.
Tachos para o fabrico de assucar ou farinha.
Tanques de madeira ou metal para engenhos.
Taquarussú.
Teares.
Telhas de barro.

Tendares desarmados.
Tijolos de alvenaria.
Tipitis.
Toucinho.
Trilhos.
Tripas.
Tubos de barro.
Turfa.
Uvas seccas importadas.
Vagões desarmados ou armados.
Varas.
Ventiladores.
Vimes.

N. 3. VEHICULOS

Por vehiculo e por kilometro 700

N. 4. ANIMAES

Por animal e por kilometro

1ª. classe.....	120
2ª. >	80
3ª. >	25

OBSERVAÇÕES

1ª. Para o calculo das tarifas considerão-se as distancias de estação a estação.

2ª. Para as passagens de ida e volta a taxa é de 120 rs. por kilometro, deduzindo-se 25% do producto obtido para as duas viagens, ida e volta.

Os resultados são arredondados para mais, sendo as fracções de 1\$000 menores do que 500 rs. elevadas a 500, e as maiores a 1\$000.

3ª. Na determinação do preço de transporte de tarifa n.º 1 arredonda-se para 100 rs. toda fracção de 100 rs., tanto na 1ª como na

segunda classe, e na do preço do transporte das outras tarifas arredonda-se para 20 rs. toda fracção de 20 réis.

4ª. A tonelada é igual a mil kilos.

5ª. Todo kilometro encetado conta-se como se tivesse sido percorrido por inteiro.

REGULAMENTO

Viajantes

Art. 1º. A tarifa n.º 1 applica-se ao transporte de viajantes dividida em duas classes.

Art. 2º. Os meninos menores de oito annos pagarão meia passagem.

Terão, porem passagens gratuitas os que forem carregados ao collo.

Art. 3º. Os bilhetes e passes só dão direito a passagem no trem, dia e classe até a estação nelles indicados.

Art. 4º. Os passes concedidos em serviço do governo ou da estrada não são transferiveis, seus portadores não poderão viajar em carro de classe superior a designada nesses passes, ainda que paguem a differença correspondente.

A estrada tem o direito de tomar qualquer desses passes quando apresentados por outras pessoas que não sejam as nelles indicadas, cobrando o duplo do preço de passagem e arrecadando os passes.

Art. 5º. O viajante que for encontrado no trem sem bilhete ou que não o apresente á chegada, pagará o preço de sua passagem augmentado 50% contado da estação inicial de partida do trem, se não provar em que estação embarcou; no caso contrario pagará o preço da viagem, augmentada tambem de 50%, a contar da estação em que tiver embarcado.

Art. 6º. Os viajantes devem conservar os seus bilhetes ou passes para serem entregues ou apresentados sempre que o exhigirem os empregados da estrada.

Os que se recusarem a exhibir o bilhete ou passe serão considerados como viajando sem bilhete e como taes ficarão sujeitos ao que determina o art. anterior.

Art. 7º. Os bilhetes não carimbos, os que marcarem dias ou trens diferentes do dia da arrecadação, os de ida e volta, cujo praso tenha se passado farão os viajantes que os exhibirem ou entregarem aos empregados da estrada incorrer na pena estabelecida no art. 5º e pagarão mais uma multa de dez mil reis.

Art. 8º. O viajante que exceder o trajecto a que tiver direito pagará a viagem adicional, munindo-se de novo bilhete na estação terminando o percurso indicado no bilhete.

O que viajar em classe superior á indicada em seu bilhete pagará o preço de uma passagem de segunda classe, entre os mesmos pontos indicados no bilhete que apresentar.

Art. 9º. O viajante que quizer passar de segunda para primeira classe poderá fazel-o pagando a differença dos preços das duas passagens, a contar da estação em que tiver feito a mudança.

Art. 10º. O viajante que em qualquer estação deixar de seguir no trem designado no bilhete perderá o direito a este, que deverá ser entregue ao agente da estação em que ficar o viajante.

Art. 11º. A venda dos bilhetes começará trinta minutos e se encerrará cinco minutos antes da partida do trem.

As requisições de passes deverão ser apresentadas nas estações até quinze minutos antes da hora marcada para a partida dos trens em que os requisitantes desejaram embarcar, salvo casos de transporte urgente em serviço publico.

Art. 12º. Vender-se-hão bilhetes de ida e volta com abatimento de 25% dando direito a passagens entre a estação central e as do interior. O bilhete de ida e volta será valido durante dous dias e só dará direito a uma passagem em cada sentido. O seu portador só poderá embarcar nas estações indicadas ; se na viagem elle resolver parar em alguma estação intermediaria, para completal-a será necessario comprar e exhibir o bilhete respectivo.

Art. 13º. A estrada poderá alugar carros, cobrando por cada um o preço de sua lotação completa.

O carro alugado não deverá transportar maior numero de viajantes do que o de sua lotação.

As bagagens ficarão sujeitas ás mesmas condições que as de um viajante qualquer.

O pedido do aluguel deverá ser feito com antecedencia de dezoito horas. O pagamento se effectuará na hora do pedido:

Trens especiaes de viajantes

Art. 14º. A estrada poderá alugar trens especiaes de viajantes. O pedido será feito por escripto na estação central; nelie se mencionará o numero e a especie dos carros precisos, a quantidade de bagagens, animaes etc.

Attendido o pedido, o pagamento se effectuará immediatamente sendo o preço do aluguel o resultado da applicação das tarifas ao numero de viajantes, as bagagens, ao numero de animaes, etc. etc, supondo-se completa a lotação do trem.

Art. 15º. Se duas horas depois da hora marcada para partida do trem não comparecerem as pessoas que o fretaram, perderão elles o direito á viagem e só lhes será restituída metade do frete pago. O frete será restituído na mesma porporção, no caso de desistencia do trem, ainda que com aviso antes da hora marcada para a partida.

Art. 16º. Dentro das duas horas que o trem esperará os concessionarios, estes pagarão vinte mil reis por cada meia hora que exceder a designada para a partida.

Art. 17º. Se a viagem for de ida e volta, os concessionarios terão direito a que o trem os espere na ultima estação do trajecto durante seis horas, contadas da chegada. Findo esse tempo elles pagarão cincoento mil reis por cada hora que exceder. Completas doze horas de espera, o trem ficará á disposição da estrada, perdendo os concessionarios o direito á viagem de volta.

Transportes funebres e de doentes

Art. 18º O transporte de cadaveres sendo feito em wagon de mercadorias, o pagamento será taxado segundo a tarifa n.º 3; no caso de o ser em carro de viajante para isso o carro será alugado, sendo o frete calculado applicando-se a tarifa respectiva ao total dos lugares.

Do preço assim calculado se abaterá 25 %.

Art. 19º. As pessoas doentes só poderão ser transportadas com outros viajantes no mesmo carro se as suas enfermidades não forem

contagiosas ou não forem de natureza tal que possam incomodar esses viajantes. No caso contrario, viajarão em carro separado para isso alugado. O preço do aluguel será igual á metade do que resultar da applicação da tarifa a todos os lugares do vehiculo.

O pedido deverá ser feito com antecedencia de dezoito horas.

A disposição deste artigo é extensiva aos alienados.

Bagagens

Art. 20.—O viajante poderá transportar consigo, livre de frete, um pequeno volume de sua bagagem. Esse volume não deverá exceder a do vasio existente em baixo do assento occupado pelo viajante. O excedente da bagagem será transportado no vehiculo differente do carro em que estiver o viajante. Este deverá apresental-a a despacho, exhibindo nessa occasião o seu bilhete. O excedente de bagagem será pago pela taxa de primeira classe da tarifa n. 2, com acrescimo de 50 0/0. O frete mínimo de uma expedição de bagagem é de quinhentos reis.

Art. 21.—A bagagem apresentada á despacho deverá estar acondicionada de maneira que possa resistir aos choques dentro do vehiculo em viagem.

Os diversos volumes contendo roupa ou outros objectos que constituem a bagagem do viajante, deverão estar perfeitamente fechados.

Art. 22.—Estando algum volume de bagagem mal acondicionado ou aberto, o viajante será convidado a satisfazer o que determina o artigo anterior.

Não lhe sendo possível, ou recusando-se, a bagagem só será aceita mediante boletim de resalva.

Art. 23. Registrada a bagagem, o viajante receberá um boletim que apresentará na occasião em que fôr recebê-la.

Art. 24. Só será transportada no mesmo trem com o viajante a bagagem que fôr entregue no escriptorio até 15 minutos antes da partida desse trem.

A que fôr entregue depois poderá não ser transportada com o viajante e sim no trem seguinte.

Poderão ser recusados como bagagem os volumes que tiverem mais de um metro cubico ou pezarem mais de cem kilos.

Art. 25.—A bagagem na estação do destino, será immediatamente posta á disposição do viajante, que a receberá depois se exhibir o seu boletim.

Se este tiver sido pedido, o agente entregará a bagagem, mediante recibo e depois de bem provada a identidade do reclamante.

Art. 26.—Será recolhida a um deposito e vinte quatro horas depois ficará sujeita a armazenagem a bagagem que não for reclamada logo á chegada do trem.

Tambem serão depositados e ficarão sujeito á armazenagem os volumes de bagagens não registrados encontrados nas estações.

Se noventa dias depois de depositados os volumes de bagagem não forem reclamados, serão elles vendidos em leilão publico. Do producto ou venda se deduzirá o que dever a bagagem, o excedente será recolhido ao deposito publico.

Mercadorias

Art. 27.—Ficam divididas em quatro classes as mercadorias em geral.

As não incluídas na pauta serão incluídas nas classes dos artigos similares.

Art. 28.—Quando uma expedição da tarifa n. 2 contiver mercadorias classificadas diversamente, deverão ellas ser inscriptas separadamente de modo que as pertencentes á mesma classe fiquem em seguida uma das outras.

Quando um volume contiver artigos diversamente classificados serão todos taxados pela taxa da mais elevada das classes representadas.

Art. 29. As expedições das mercadorias que tiverem o mesmo destino serão feitas pela ordem da apresentação dos despachos na estação de partida, salvo os casos de preferencia por objectos de serviço publico.

Art. 30.—As mercadorias que não puderem ser carregadas com outras pagarão para serem admittidas pelo menos a taxa correspondente a mil kilos.

Art. 31.—A estrada poderá alugar wagons aos expedidores que quizerem utilisal-os completamente.

Os expedidores farão a requisição com a antecedencia de 24 horas si tratar-se de um wagon, e com a de quarenta e oito horas se tratar-se de dous ou mais.

Art. 32.—No caso de poder a estrada satisfazer o pedido, o agente communicará ao expedidor o dia em que o material ficará a sua disposição e a hora em que deverá ser encetado o carregamento. Si este por culpa do expedidor, não for effectuado em oito horas o expedidor pagará cinco mil reis de multa por wagon e por hora que exceder.

Si na hora marcada para começar o carregamento a mercadoria não estiver na estação a estrada poderá dispor do material.

A lotação de cada wagon não será excedida em caso algum.

O expedidor ficará responsável pelas avarias causadas pelos seus agentes do material da estrada.

Art. 33.—A estrada poderá authorisar o carregamento e descarregamento dos wagons fóra das estações, a pedido dos expedidores ou dos destinatarios, que farão esse trabalho com pessoal seu e se tornarão responsaveis pelas avarias que possa soffrer o material.

Art. 34. O carregamento e descarregamento das mercadorias despachadas por carga completa serão obrigatoriamente effectuados pelos cuidados e á custa dos expedidores e destinatarios sempre que a estrada julgar conveniente. Por isso as taxas não terão redução.

Art. 35.—Pelo trabalho de baldear, na estação da Victoria, as mercadorias do caes para as embarcações ou destas para aquelle, a estrada receberá trescentos reis por fracção indivisivel de cem kilos. Para que a estrada effectue a baldeação as embarcações deverão atracar no caes.

Art. 36. — Pagarão o dobro da taxa da 1ª. classe da tarifa n. 2 as mercadorias despachadas com a obrigação para a estrada de transportar-as no primeiro trem regular que partir depois da apresentação d'essas mercadorias. Ellas poderão ser apresentadas até trinta minutos antes da partida d'esse trem. A estrada poderá recusar d'essas mercadorias aquellas cujos volumes tiverem cada um mais de um metro cubico ou pesarem mais de cem kilos. Essas mercadorias serão designadas pelo nome de encomendas.

Art. 37. — Os volumes de encomendas serão postos á disposição dos destinatarios quinze minutos depois da chegada do trem. Depois de vinte e quatro horas se não forem retirados, serão depositados e ficarão sujeitos á armazenagem.

Art. 38. — Toda a expedição de encomendas será certificada por um boletim entregue ao expedidor e que será depois exigido no acto da entrega dos volumes. O boletim servirá de titulo á pessoa n'elle mencionada como destinatario para entrar na posse dos volumes.

No boletim de encomendas a que for applicavel a disposição do art. 89 dever-se-ha mencionar não só o numero de decímetros cubicos achados pela medição e que deve servir de base para o calculo do frete, como tambem o peso real verificado na balança.

Em caso de perda do boletim a encomenda será entregue mediante recibo, depois de verificada a identidade.

Art. 39. — O frete minimo de uma expedição de mercadorias é dous mil e quinhentos reis ; o minimo de uma expedição de encomenda é de quinhentos reis.

Vehiculos

Art. 40. — Os wagons, as locomotivas e os tenders desarmados serão taxados ao preço da ultima classe da tariffa de mercadorias.

Os demais vehiculos pagarão segundo a tariffa n. 3.

Animaes

Art. 41. — A tariffa n. 4 applica-se ao transporte de animaes dividida em tres classes. A primeira comprehende animaes de montaria ; a segunda comprehender bois, vaccas e vitellas ; a terceira comprehende carneiros, porcos, cães e outros animaes semelhantes, soltos.

Art. 43. — Poderão ser despachados como encomendas pequenos animaes, aves domesticas ou silões, tres acondicionados em gaiolas, capoeiras ou caixões engradados.

Art. 43. — Os animaes, com excepção dos dos referidos no artigo anterior deverão ser apresentados pelo menos uma hora antes da regulamentar para partida do trem.

Os transportes que necessitarem de um wagon inteiro ou de mais de

um wagon deverão ser annunciados com vinte e quatro horas de antecedencia, pelo menos.

Art. 44. — O embarque e desembarque dos animaes são feitos sob os cuidados, inteira responsabilidade e á custa dos expeditores e dos destinatarios.

Art. 45. — A estrada não se responsabilisa pela fuga dos animaes. Estes deverão ser recebidos pelo destinatario a chegada do trem.

Art. 46. — Os cães poderão ser recusados se não estiverem bem açamados e presos a corrente : em nenhum caso serão admittidos em carros de viajantes.

Os animaes perigosos só poderão ser admittidos se estivem acondicionados com toda segurança em jaulas.

Volumes vasis em retornos

Art. 47. — Os volumes vasis em retornos (usados) não serão admittidos como taes, se não tiverem realmente, servido á expedição de mercadorias pela estrada de ferro.

Art. 48. — Os barris, pipas, gigos, jacás, capociras etc, etc vasis em retorno são taxados ao peso real e ao preço da ultima classe da tarifa n. 2.

Art. 49. — Os saccos vasis em retorno (usados) são transportados gratis e devem ser reunidos em pacotes solidamente atados. A nota de expedição de saccos vasis em retorno, não deve indicar o numero de saccos so se admitte a indicação do numero de pacotes e do peso englobado da expedição.

Disposições policiaes

Art. 50. E' expressamente prohibido a qualquer viajante :

1º Viajar em classe superior a que designar o seu bilhete, salvo pagando a differença da passagem ;

2º Passar de um para outro carro, estando o trem em movimento ;

3º Viajar nas varandas dos carros ou debruçar-se para fora ;

4º Viajar nos carros de primeira classe estando descalço ou apenas de chinellos ou tamancos ;

5º Entrar ou sahir dos carros estando o trem em movimento.

6º Puxar a corda de signaes collocada no interior dos carros, quando não hoyer accidente grave que exija a parada do trem na linha ;

7º Sahir em quaquer lugar que não seja nos pontos de estação, pela plataforma e porta para esse fim designadas ;

8º Fumar dentro dos carros, ou nas salas das estações, em que estiverem senhoras ;

9º Incommodar aos demais viajantes de qualquer modo ;

10º Entrar nos carros, embora com bilhete, em estado de embriaguez, indecentemente vestido, ou levando com sigo cães ou qualquer objecto que aos outros incommode, materias inflamaveis, armas de fogo o quaesquer outras.

O final d'esta disposição não comprehende os agentes da força publica que viajarem em serviço do governo.

Art. 51. O viajante que infringir qualquer das disposições do artigo anterior e depois de advertido pelos empregados da estrada presistir na infracção, será obrigado a retirar-se da estação, restituindo-se-lhe o valor do bilhete que houver comprado, se não tiver começado a viagem. Si a infracção for commettida durante a viagem, o viajante incorrerá na multa de vinte mil reis, a cinquenta mil, e no caso de recusar-se a pagal-a, ou se depois desta paga não corrigir-se, o chefe do trem o entregará ao agente da estação mais proxima para remetel-o á autoridade policial. Si o viajante não tiver dinheiro para pagamento da multa em que tenha incorrido ou do preço da passagem, o conductor poderá exhibir d'elle, como penhor, algum objecto de valor, passando recibo.

Art. 52. Todas as pessoas e vehiculos que entrarem nas estações ou pateos ou em qualquer ponto dos terrenos pertencentes a estrada de ferro, ficarão sujeitos, em quanto ahi permanecerem, aos regulamentos e instrucções concernentes a policia da estrada.

Art. 53. Ninguem, com excepção dos empregados da estrada quando em serviço, poderá transitar ou permanecer no espaço occupado pelas linhas de trilhos. Pena de dez mil reis. As autoridades poderão ahi entrar nas mesmas condições em que podem entrar nas casas particulares.

CONDIÇÕES GERAES

Recebimentos e entrega

Art. 54. Os escriptorios abrem-se ás 8 horas da manhã e fecham-se ás 4 1/2 da tarde.

Art. 55. Nenhuma mercadoria para cujo transporte pela estrada de

ferro se exige nota de expedição pode ser recebida pelos empregados da estrada senão vier acompanhada da nota de expedição.

Em caso de necessidade aquelles empregados encherão as notas referidas.

Art. 56. As mercadorias e quaesquer objectos entregues a estrada serão conferidos na estação de partida e na de chegada, a medida que forem recebidas, verificando-se as marcas, a quantidade e qualidade dos volumes, a natureza da mercadoria, o peso e frete pago cu a pagar e as despesas accessorias.

Art. 57. Na estação de partida será a nota de expedição registrada em resumo no livro talão, do qual se extrahirá o boletim que tem de ficar em poder do expedidor.

O registro mencionará os nomes do expedidor e do destinatario, as marcas, o numero de volumes, a totalidade do peso da expedição, ou frete pago ou a pagar e as despesas accessorias.

Por cada despacho das tarifas n. 2, 3 e 4 (sem exceção dos transportes gratuitos) cobrará a estrada a taxa de duzentos reis, na qual está comprehendido o valor de duas notas de expedição que serão entregues ao expedidor se este tiver de encher-as.

Art. 58. Todo despacho de mercadorias, vehiculos, animaes, etc. será cartificado por um recibo passa dono registro do expedidor ou por um boletim entregue a este.

Art. 59. Se depois de registrada uma expedição e antes de feito o transporte quizer o expedidor por qualquer motivo variar a consinagção da mesma ou retiral-a, a estrada annullará o despacho feito e restituirá o frete, menos as taxas de despacho, carregamento e descarregamento, no segundo caso; no primeiro far-se-ha novo despacho, pelo qual se cobrará a differença de frete e nova taxa de despacho considerando-se as taxas de carregamento e descarregamento como pagos. O expedidor quer em um, em outro caso, deve rastituir á estrada os documentos que tiver racabido, sem o que não será annullado o despacho feito.

Art. 60. A pesagem dos volumes submettidos a despacho deverá em geral ser feita pelo pessoal do expedidor no acto de entregar o genero nas estações, visto que os agentes deverão exigir que o peso endicado na nota de expedição seja provado pelo proprio expedidor em presença do pessoal da estrada.

Quando, porem, para conveniente arrumação dos volumes estes não poderem ser pesados no acto de entrarem para os armazens, a pesagem poderá ser feita pelo pessoal da estrada.

Art. 61. A entrega das expedições de mercadorias de vehiculos começa ás 6 horas da manhã e termina as seis da tarde em todas as estações.

A entrega das expedições de bagagens e encommendas começará quinze minutos depois da chegada do trem que os transportar e terminará a hora de fchar-se a estação.

Os animaes deverão ser recebidos pelos destinatarios na hora da chegada do trem.

Art. 62. O destinatario ou seu manditario é obrigado a passar recibo das expedições de mercadorias etc, na nota de expedição e no aviso de chegada.

Art. 63. O destinatario tem direito de, antes de passar recibo de mercadorias, examinar o estado externo dos volumes ; só se permitirá o exame interno, si o volume apresentar indicios de violação ou avaria. Nos casos de avaria o destinatario só tem direito de recusar a mercadoria quando esta estiver de tal modo damnificada que nenhum valor commercial tenha ou quando o volume formar um todo tal que avaria de uma parte delle importe em perda de valor para o todo.

Se a avaria for apenas parcial deverá elle retirar a mercadoria logo depois de avaliado o damno causado.

Art. 64. No caso de demora de parte de uma expedição, o destinatario não terá direito, sob pretexto, de não estar ella completa, de recusar-se a retirar a parte que tiver chegado, salvo o caso em que a expedição fraccionada constituir um todo tal que a falta de uma das partes o deprecie ou inutilise.

Art. 65. O transporte em retorno de todo objecto recusado ou não procurado pelo destinatario é sujeito a taxa.

Art. 66. Se antes de feita a entrega da mercadoria ao destinatarios se verificar que o frete cobrado na estação de partida ou indicado para ser cobrado na estação da chegada é inferior ao real, ou que se deixou de cobrar ou indicar para se cobrar alguma taxa, a estrada pôde reter a mercadoria até que o expedidor ou destinatario satisfaça a differença do frete etc.

Aviso de chegada, prazos de descarregamento e estada livre e armazenagem

Art. 67. Os agentes das estações darão aviso aos destinatarios da chegada das mercadorias quando assim exigir o expedidor.

Este boletim será taxado na estação de partida a razão de duzentos reis.

Art. 68. Na estação da Victoria as mercadorias deverão ser pelos destinatarios retirados dos armazens ou dos vagões dentro do prazo de quarenta e oito horas, que poderá ser reduzido a vinte e quatro horas, todas as vezes que a estrada julgar conveniente.

Das estações do interior deverão ser retiradas no prazo de cinco dias quando o destinatario residir dentro do perimetro de tres kilometros de raio em torno da estação e de dez dias quando o destinatario residir em distancia maior. As mercadorias, cujo peso exceder a dez toneladas e não precisarem ficar armazenadas sob cobertura enxuta, poderão ser retiradas das estações do interior no prazo de dez dias embora o destinatario resida no primeiro perimetro.

A demora será calculada sob todas as horas seguintes tanto de dia como de noite.

Art. 69. No caso de accumulção de cargas a estrada reserva-se o direito de fazer remover as mercadorias *ex-officio* por conta do expedidor.

Art. 70. Não sendo as mercadorias retiradas nos prazos acima fixados se cobrarão as taxas seguintes, a titulo de indemnisação por folga forçada do material, deposito ou armazenagem das mercadorias :

Para as mercadorias não descarregadas dous mil reis por hora e por wagon com o minimo de vinte mil reis.

Para as mercadorias descarregadas mas não retiradas cem reis por fracção indivisivel de dez kilos e por dia até noventa dias, sem que em nenhum caso a taxa seja inferior a mil reis. Se, porem, as mercadorias qualquer que seja a sua natureza, ficarem depositadas a céu aberto, a taxa será de cento e quarenta e nove reis por mil kilos e por dia com o minimo de seis centos reis ;

Quando aos vehiculos a taxa é de seis mil reis por vehiculo e por dia com o minimo de doze mil reis.

Art. 71. Nenhuma armazenagem se cobrará pela estrada das mercadorias nas estações alem de noventa dias.

Art. 72. As mercadorias que não forem retiradas das estações destinatarias, no praso de noventa dias serão vendidas em leilão publico, que será annunciado com oito dias de antecedencia. Si as mercadorias forem das que por sua natureza são sujeitas a prompta deterioração, a estrada tem o direito de vendel-as *ex-officio* e sem as formalidades judiciais no fim de oito dias, ou antes se for indispensavel. O producto liquido da venda dedusido o que for por qualquer título, devido a estrada será recolhido ao deposito publico.

Declaração

Art. 73. Quando os expedidores não puderem formular as notas de expedição, podem remetter as mercadorias á estação acompanhadas de declaração assignada, indicando :

1º. O nome do expedidor e do destinatario e sua residencia (rua e numero se for em povoado ;)

2º. A estação de partida e a de chegada ;

3º. A quantidade, o peso e a natureza da mercadoria.

A declaração escripta é indispensavel se o apresentante da mercadoria puder dar verbalmente os esclarecimentos necessarios para o despacho da mesma.

Art. 74. Os expedidores devem declarar si suas mercadorias são frageis ou se devem ser preservadas de humidade ; em falta do que a estrada não responde por avaria d'esta especie.

Art. 75. Si a estrada suspectar inexactidão na indicação do conteúdo de um volume, tem o direito de verifical-o em presença do expedidor ou destinatario, ou seus empregados ou na falta destes, em presença de duas testemunhas.

Art. 76. O expedidor é responsavel pelas indicações contidas na nota da expedição e supporta todas as consequencias resultantes de indicações erroneas, indicifraveis ou inexatas.

Art. 77. Toda declaração falsa ou insufficiente sobre a procedencia destino, natureza ou valor das mercadorias expedidas, da lugar alem do pagamento da differença do frete a applicação de uma multa correspondente ao quintuplo dessa differença com o minimo de dez mil reis, e o maximo de cincoenta mil reis, sem prejuizo de qualquer acção judicial que no caso couber.

Art. 78. Sendo as mercadorias nocivas ou perigosas a multa será de cem mil reis. Em caso de accidente será o expedidor, além disto, obrigado a indemnizar a estrada do damno causado a seu material ou de qualquer outro que ella venha soffrer, sem prejuizo da responsabilidade criminal segundo as leis em vigor.

Art. 79. A estrada poderá deter toda expedição em que houver um ou mais volumes sujeitos por falsas declarações á multas comminadas em seus regulamentos. Si os volumes detidos contiverem materias nocivas ou perigosas serão estas inutilisadas, se não puderem ser de prompto vendidas.

Art. 80. Não sendo as multas pagas no prazo de dez dias, a estrada procederá a venda dos objectos detidos, sem as formalidades judiciais.

Si o producto da venda não for sufficiente para o pagamento das referidas multas, a estrada cobrará o restante executivamente.

Massas indivisiveis

Art. 81. O transporte das massas indivisiveis de peso superior a mil kilos ou de volume excedente a tres metros cubicos ou que necessitarem o emprego de material especial, não é obrigatorio. Si a estrada se encarregar de taes operações, os preços e as condições de transporte serão regulados por accordo mutuo.

Acondicionamento e marca

Art. 82. Os volumes deverão trazer marca ou endereço bem legivel e, além disto, o nome da estação de destino, e estar acondicionados de modo a poderem resistir os choques ordinarios inherentes ao transporte por estrada de ferro.

Art. 83. Poderão ser recusadas as mercadorias mal acondicionadas dentro dos envoltorios, ou quando estes faltarem não obstante serem necessarios. Igualmente poderão ser recusadas aquellas que no acto de recebimento apresentarem indicio de avaria.

Se o expedidor reparar os defeitos a estrada fará a remessa substituindo por outra a nota de expedição apresentada, se for necessario.

Art. 84. Enquanto os volumes não forem reparados ou retirados, si o expedidor não quizer mais envial-os, poderão permanecer vinte e

quatro horas na estação sem responsabilidade por parte da estrada, ficando depois sujeitos a armazenagem.

Art. 85. A estrada poderá expedir mercadorias nas condições do art. 83, isto é, mal acondicionadas ou com avarias, se o expedidor assignar uma declaração especificando os defeitos verificados nos volumes e isentando a estrada de toda a responsabilidade.

Si, porém, a mercadoria estiver em tal estado que não possa ser carregada com outras sem damnificá-las não será aceita ainda que o expedidor se preste a fazer declaração da responsabilidade. A declaração da responsabilidade será feita em impresso fornecido pela estrada ao preço de duzentos reis cada um.

Notas de expedição

Art. 86. Os transportes effectuados aos preços e segundo as condições das tarifas ns. 2, 3 e 4 devem ser acompanhados de uma nota de expedição, em duas vias que indique exactamente :

- 1º. A data da apresentação ;
- 2º. Os nomes, e residencia do expedidor e do destinatario ;
- 3º. As marcas, endereços, quantidade, peso bruto, modo de acondiciodamento e a natureza da mercadoria ;
- 4º. A estação de partida e a de chegada ;
- 5º. A assignatura do expdedidor ;
- 6º. O valor da mercadoria, se o seu preço de transporte fôr calculado «ad valorem» ;
- 7º. O frete e gastos accessorios pagos ou a pagar.

Esta ultima indicação será feita pela estrada.

Nas notas de expedição de mercadorias a que for applicavel a disposição do artigo 89 dever-se-á mencionar não só o numero de decímetros cubicos achados pela medição e que deve servir de base para o calculo do frete, mas ainda o peso real verificado na balança.

Podem ser acceptas as notas de expedição que tiverem assignatura do exposidor impressa ou autographada.

A nota de expedição constitue a prova do contracto de transporte entre a estrada e o expedidor, e suas indicações servem para regular as indemnisações em caso de perda ou avaria.

Art. 87. Cada nota constitue uma expedição e não pode mencionar se não o nome de um só destinatario.

Por expedição entende-se um ou mais volumes provenientes de um só expedidor endereçados a um só destinatario.

Em nenhum caso pôde uma só nota de expedição comprehender mercadorias em quantidade superior á lotação de um wagon.

Art. 88. Em uma mesma nota de expedição não podem ser incluídas :

1º. Mercadorias que não sejam susceptíveis de ser carregadas, sem inconveniente, no mesmo wagon ;

2º. Mercadorias seguradas e não seguradas ;

3º. Mercadorias cujo carregamento ou descarregamento tiverem de ser feitos pelo expedidor e destinatario com outras que não estejam nas mesmas condições.

Medição, calculo do frete e pagamento das taxas

Art. 89. Quando as mercadorias forem de grande volume em relação ao pezo medir-se-ha também o volume, e se este corresponder a mais de seis decímetros cubicos por kilogramma, tomar-se-ha para pezo do volume um numero de kilogrammas igual a sexta parte do decímetro³ cubico achado.

Art. 90. Calcula-se o peso da madeira em tóras, falcas, vigas colchoeiras, pranchões, taboas, multiplicando-se o comprimento em decímetros pela altura e largura em centímetros, dividindo-se o producto por cem e tomando-se para o peso tantos kilogrammas quantos forem os decímetros cubicos assim achados. O peso dos caibros, ripas; moirões, achas de lenha etc, em feixe calcula-se do mesmo modo.

Art. 91. O peso de milheiro de tijolos, telhas, parallelepipedos e outros artigos semelhantes, a granel, calcula-se na proporção do peso de dez dos de maiores dimensões.

O peso de uma expedição de carvão, areia, barro e outros artigos semelhantes, a granel, calcula-se na razão de um decalitre dos artigos.

Art. 92. A unidade de medida linear é o dez metro; toda a fracção de decímetro conta-se como um decímetro, salvo o caso do art. 90.

Art. 93. O frete dos objectos transportados pela estrada é cobrado pelo peso bruto ou pelo que resulta da medição em conformidade com o artigo 89.

Art. 94. No calculo do frete da taxas accessorias as fracções de vinte reis serão arredondadas para vinte reis. As fracções de peso serão contadas por centesimos de tonelada ou por dez kilos, e as de volume por centesimo de metro cubico ou por dez centimetros cubicos. Assim, todo peso comprehendido entre zero e dez kilos será contado como dez kilos, entre dez e vinte, como vinte : do mesmo modo todo volume entre zero e dez decimetros cubicos, será contado com dez decimetros cubicos, entre dez e vinte decimetros cubicos como vinte decimetros cubicos.

Art. 95. A importancia das passagens é paga quando se distribui-rem os bilhetes.

A importancia do frete e gastos accessorios das expedições feitas aos preços e segundo as condições das tarifas ns. 2, 3 e 4 é paga na estação de partida no acto da inscripção. Podem ser feitas com frete a pagar na estação central a expedição de mercadorias destinadas a esta estação cujo frete for superior a vinte mil reis e que não forem de valor insignificante ou sujeitos a prompta determinação.

Art. 96. As mercadorias de qualquer natureza, remetidas para as estações afim de serem expedidas aos preços e segundo as condições da tarifa n. 2 e cujos fretes não forem pagos logo depois de registradas, ficam sujeitas a armazenagem, a menos que tenha de ser pago o frete na estação destinataria.

Materias nocivas ou perigosas

Art. 97. O transporte do nitro-glycerina, do algodão polvara e dos fulminatos de nenhum modo pode ter lugar. Não pôde tambem ser transportada a dynamite, a polvara de mina ou de caça em grande quantidade, a juizo da estrada.

Exceptuão-se os transportes de dynamite, polvara e artigo bellicos por conta do governo e os transportes de dynamite e polvara para construção do prolongamento da estrada.

Art. 98. As materias explosivas em geral não podem ficar depositadas nas estações de partida ou chegada.

Ellas serão transportadas nos dias em que a estrada julgar conveniente.

Art. 99. Os volumes encerrando veneno ou substancias perigosas, explosivas ou inflamaveis devem trazer, no exterior, indicação de seu conteúdo e são submettidos ás condições seguintes :

1º. POLVORA — Acondicionamente em caixa ou barris hermeticamente fechados e protegidos exteriormente por envoltorio solido.

1º. bis. DYNAMITE — A dynamite deve ser contida em cartucho^s de papel pergaminho ou outro envoltorio impermeavel, não escorvados e desprovidos de qualquer meio de ignição. O envoltorio será collocado e fechado de modo a prevenir toda perda de nitro-glycerina.

Estes cartuchos devem ser embrulhados em um primeiro envoltorio bem estanque, de papelão, madeira, zinco ou cautochu; os vazios entre os cartuchos serão completamente enchidos com estopa, papel picado, serragem de madeira ou qualquer outra materia secca, pulverulenta ou macia, capaz de amortecer os choques e de obsorver a nitro-glycerina que viesse a escapar-se.

Os primeiros envoltorios serão contidos em caixas de madeira, ou em barril igualmente de madeira e arranjados de modo a evitar todo movimento, por meio de serragem de madeiras ou de outra materia secca, pulverulenta ou macia, como acima ficou dito.

As caixas serão providas de alças não metallicas, solidamente fixadas ou terão exteriormente no fundo dous sarrafos de madeira que permitirão passar as mãos por baixo d'ellas para levantar-as, os barris serão consolidados exclusivamente por meio de sarrafos ou cavilhas de madeira.

O peso bruto da caixa não excederá a trinta e cinco kilogrammas.

Não será admittido a transporte dynamite com mais de um anno de encaixotamento.

As caixas ou barris terão escriptos em todas as faces, em caracteres bem visíveis, as palavras : *dynamite, materia explosiva*. Cada cartucho será revestido de um rotulo semelhante.

As caixas ou barris terão alem d'isto exteriormente um rotulo indicando o nome do fabricante ou do expedidor, ou logar da fabricação e a data do encaixotamento.

Um sello especial será applicado sobre cada caixa com rotulo para manter a integridade do volume.

Um wagon carregado de dynamite não deverá receber fulminatos ou qualquer outro producto detonante.

A dynamite deverá ser retirada da estação destinataria nas doze horas que se seguirem á hora da chegada. Si esta condição não for cum-

prida por negligencia do destinatario, a estrada fará retiral-a por conta e risco deste ultimo.

Si os volumes não forem aceitos pelo destinatario, serão devolvidos ao expedidor, que é obrigado a retiral-os immediatamente e pagar o frete e mais despezas de retorno.

20. FOGOS DE ARTIFICIO — Acondicionamento em caixas de taboas de um centimetro pelo menos de expessura.

30. MECHAS CHIMICAS (phosphoros) — Acondicionamento cuidadoso e bem apertado em caixas de taboas de um centimetro pelo menos de expessura.

40. ESPOLETAS, CAPSULAS, CARBOASOTINA, CARTUCHOS DE RETRO-CARGA ESTOPIM, PUDROLITHO — Acondicionamento em bocetas ou saccos, dentro de caixas de taboas de um centimetro pelo menos de expessura.

50. PHOSPHORO, BRUMO R SULPHORETO DE CARBONO — Acondicionamento em vasos de paredes não frageis, estanques e cheios d'agua.

60. MATERIAS CAUSTICAS, INFLAMAVEIS E EXPLOSIVAS — Acondicionamento em vasos ou botijas de paredes não frageis e estanques, fechados em caixa ou cestas.

70. MATERIAS VENENOSAS — Acondicionamento em barricas bem construidas e cujas aduelas estejam perfeitamente juntas. As materias muito venenosas serão acondicionadas em vasos fechados e fixados em caixa de madeira.

Art. 100. As materias nocivas ou perigosas deverão fazer objecto de notas de expedição especiaes; não poderão ser comprehendidas em uma remessa com mercadorias ordinarias.

Materias fetidas ou alteraveis

Art. 101. Os residuos de açougue, taes como tripas frescas, miudas esterco, sangue etc. as entranhas e os residuos de peixes, assim como quasquer outros restos de animaes em estado fresco, os ossos não fervidos, não serão admittidos a transporte senão em barris de ferro, caixas de madeira forte, arqueadas de ferro ou saccos hermeticamente fechados, segundo a natureza dos transportes.

Os barris, as caixas e saccos vazioes em retorno não serão admittidos a transporte senão depois de terem sido perfeitamente desinfectados pelos cuidados e á custa dos expedictores.

Art. 102. O destinatario deverá retirar a mercadoria uma hora depois da recepção do aviso de chegada.

Art. 103. Não são sujeitos as condições acima: os ossos servidos e os couros seccos ou salgados, isto é, todas as materias primas que sem serem absolutamente inodoras não podem todavia ser incluídas entre as materias facilmente alteraveis.

Art. 104. Nenhuma das expedições que precedem poderá ser aceita com acondicionamento defeituoso ou insufficiente, antes que este tenha sido refeito previamente a contento da estrada.

Responsabilidade e indemnisação

Art. 105. A estrada não é responsavel por perda ou avaria nos seguintes casos :

- 1.º Quando provieram de caso fortuito ou força maior.
- 2.º Quando não tiverem sido verificada á chegada da mercadoria e antes de sua acceitação ou retiradas pelos destinatario.
- 3.º Quando as caixas ou envoltorios não apresentarem exteriormente indícios de violencia, quebrado, molhado ou manchas ;
- 4.º Quando forem ultteriores á recusa da mercadoria pelo destinatario do que se lavrará auto ;
- 5.º Quando a mercadoria fôr, por sua natureza especial susceptivel de soffrer perda ou avaria total ou parcial, como : combustão expontanea, effervescencia, evaporação, vasamento, ferrugem, putrefação, etc.

6.º Quando estiver coberto por declaração de responsabilidade formulada em ordem e assignada pelo expedidor.

Art. 106. A estrada não é responsavel pelos danos resultantes do perigo que o transporte em via ferrea ou demora da viagem acarreta para os animaes vivos. Não se responsabiliza tambem por avaria ou morte dos animaes ; no caso de, sendo o carregamento feito pelos expedidores, ter sido excedida a lotação do wagon.

Art. 107. Quando a mercadoria fôr acompanhada por pessoa encarregada de vigia-la a estrada não se responsabiliza pelos danos resultantes do perigo que a vigilancia tenha por fim evitar.

Art. 108. A estrada não se responsabiliza pelos danos que sof-

frerem as mercadorias transportadas em wagons abertos quando for ajustado com o expedidor esse meio de transporte.

Art. 109. A estrada não responde pelos riscos resultantes do carregamento e descarregamento ou do carregamento defeituoso, quando essas operações forem effectuadas pelo expedidor ou destinatório.

Art. 110. A estrada não se responsabilisa pela differença em peso ou medida, quando a mercadoria for susceptível de soffrer só pelo transporte, por influencia atmospherica ou qualquer outra causa independente do serviço da estrada de ferro, quebra em peso ou medidas.

Art. 111. A estrada não responsabilisa-se pelos riscos provenientes da natureza dos objectos contidos nos volumes de bagagem.

Art. 112. A estrada responsabilisa-se pelo peso das mercadorias, salvo os casos previstos n'estas condições regulamentares, até final entrega das mesmas aos destinatarios ou seus prepostos.

Art. 113. A responsabilidade da estrada cessa na occasião em que a entrega da mercadoria é certificada pelo recibo do destinatório.

Art. 114. A estrada pagará de indemnisação pelos prejuizos cuja responsabilidade lhe couber, de accôrdo com o presente regulamento, até a importancia de mil réis por kilogramma de mercadoria e de dous mil réis por kilogramma de bagagem ou encomenda perdida ou avariada, sem que em nenhum caso a indemnisação possa ser superior, ao valor da mercadoria, bagagem ou encomenda perdida ou avariada.

No caso em que uma mercadoria, etc, desemmalhada for achada, a estrada dará aviso ao destinatório, que terá durante quinze dias, o direito de reclamar a entrega, devendo restituir os tres quartos da indemnisação que lhe tiver sido paga.

Art. 115. Quando a mercadoria formar um todo tal que a avaria de uma parte a deprecie ou inutilise, a indemnisação a pagar será calculada por arbitramento.

Art. 116. As clausulas de responsabilidade ou limitação de responsabilidade estabelecidas nestas condições regulamentares não poderão ser invocadas pela estrada si se provar culpa ou dolo por parte

do pessoal da estrada ou defeito de seu serviço. Neste caso as indemnisações a pagar serão reguladas pelo código commercial.

Arbitramento

Art. 117. O arbitramento nos casos em que deva ter logar será feito por dous arbitros escolhidos, um pela parte e outro pela estrada salvo si ambos concordarem na escolha de um só arbitro.

O arbitramento será reduzido a auto assignado pelas duas partes. No caso de o destinatario e a estrada chegarem a accôrdo sobre o valor da avaria, o accôrdo se reduzirá a autos assignados por ambos, que terão a mesma validade que o arbitramento.

CONDIÇÕES GERAES

Arbitramentos

Art. 118. No caso de o destinatario recusar-se ao arbitramento amigavel, a estrada requererá judicialmente um arbitramento e a remoção da mercadoria para um deposito publico, ou a venda da mesma,

Art. 119. O auto do arbitramento quer amigavel, quer judicial, deve conter, além dos factos e das circumstaneias geraes da avaria, as indicações seguintes :

1.^a A especie precisa, as marcas, os numeros e o peso de cada um dos volumes vistoriados ;

2.^a A data e o numero do despacho e os numeros dos wagons em que tiverem chegado os volumes ;

3.^a A presença ou a auzencia de indícios externos de quebrado-molhado, manchas, etc, em cada um dos volumes com designação exacta de sua marca e modo de acondicionamento ;

4.^a A importancia do damno resultante de cada uma das avarias verificadas ;

5.^a A época que póde remotar a avaria suas causas apparentes ou prezumidas ; si ella deve ser attribuida a vicio proprio da mercadoria ou a seu modo de preparação ; a defeito, a insufficiencia ou auzencia de envoltório em que consistem os vicios ou defeitos ; se em caso de molhadela e as mercadorias terem já viajado por mar, essa molhadela provém ou não d'agua do mar ;

6.^a A presença ou ausencia do reclamante ou de seu representante, e se fôr possível sua declaração de acceitar as conclusões da vistoria.

Art. 120. Ao formular os requerimentos á autoridade judicial para obter a nomeação de peritos, se precisarão, além dos pontos acima, quaesquer outros que as circumstancias indicarem como devendo fazer objecto da vistoria, e se pedirá que os peritos sejam autorizados a consignar no auto os dizeres e as observações das partes.

Art. 121. A menos que os peritos sejam analphabetos ou impedidos por causa legitima de redigirem elles mesmos seus laudos, estes documentos não podem ser lavrados por empregados da estrada senão excepcional e estrictamente sobre os dados apresentados pelos peritos.

Art. 122. O consentimento do destinatario na vistoria ou arbitramento amigavel deve ser certificado por escripto.

Art. 123. Todo arbitramento ou vistoria amigavel deve ser reduzido a auto em duplicata.

Art. 124. A vistoria ou arbitramento deverá ser feito dentro das quarenta e oito horas depois do descarregamento salvo impedimento devidamente justificado.

Reclamações

Art. 125. O agente da estação de chegada lavrará auto circumstanciado das faltas e avarias encontradas no acto da entrega das mercadorias ao destinatario.

Art. 126. As reclamações serão entregues aos agentes das estações que as remetterão com os documentos e esclarecimentos necessarios, ao escriptorio do trafego onde aguardarão despacho.

A entrega da reclamação ao agente será certificada por um recibo passado por este, si o reclamante exigir.

Art. 127. Não serão attendidas as reclamações por perda ou avaria de mercadorias :

1.^o Que forem apresentadas depois de um anno a contar da data do despacho :

2.^o Que não vierem instruidos com a nota expedição ou copia authentica da mesma, ou boletim de bagagem ou encomenda e com o auto de que trata o art. 125 ;

3.º Que forem apresentadas depois de se ter passado recibo das mercadorias sem declaração de perda ou avaria ;

4.º Quando a perda ou avaria provier de algumas das causas mencionadas no art. 102 do código commercial.

Art. 128. A estrada restitue o frete que se verificar ter sido cobrado de mais do expedidor, e tem o direito de haver executivamente deste antes ou depois da entrega da mercadoria, o que se verificar ter sido cobrado de menos no acto do despacho.

Quando, porém, o excesso, de frete provier de engano na pesagem, não será attendida a reclamação, si o destinatario não tiver exigido a verificação do peso antes de retirar a mercadoria.

Art. 129. Em caso de reclamação, as notas de expedição não serão reconhecidas pela estrada, se não tiverem assignatura do agente da estação de partida ou do seu delegado.

TELEGRAPHIO

Apresentação e transmissão dos telegrammas

Art. 130. Os telegrammas dividem-se nas classes seguintes :

- 1º. Telegramma urgente em serviço da estrada ;
- 2º. Telegramma do governo ;
- 3º. Telegrammas das autoridades ;
- 4º. Telegramma urgente particular ;
- 5º. Telegramma ordinario em serviço da estrada.
- 6º. Telegramma ordinario particular.

Art. 131. Os telegrammas devem :

- 1º. Ser escriptos pelo proprio expedidor, e com tinta preta e de modo que possam ser lidos facilmente, letra por letra ;
- 2º. Não conter abreviaturas, razuras, palavras emmendadas ou inutilisadas por meio de risco ;
- 3º. Indicar o nome da estação de destino e o nome e residencia (rua e numero se fôr em povoado) do destinatario.

Art. 132. Quando o expedidor for á estação deverá elle mesmo escrever o telegramma no impresso para esse fim adoptado. Não indo, porém elle a estação poderá remetter a minuta do telegramma

que depòs de transcripta no impresso será collada ao mesmo. A minuta deverá conter os requisitos exigidos no artigo anterior.

Art. 133. E' prohibida a accentação de qualquer telegramma contrario ás leis, prejudicial á segurança publica ou offensivo a moral e aos bons costumes ou aos interesses da estrada.

E' prohibido o uso de cifras secretas.

Art. 134. Os telegrammas apresentados como urgentes devem ter esta declaração assignada pelo signatario do telegramma: serão transmittidos de preferencia aos ordinarios e pagarão taxa tripla.

Art. 135. Os telegrammas de mais de cem palavras podem ser recusados ou retardados para se transmittirem outros mais breves, embora apresentados posteriormente.

Art. 136. Muitos telegrammas successivos do mesmo expeditor para o mesmo ou differentes destinatarios só poderão ser acceitos quando não houver outros telegrammas a transmittir.

Art. 137. A apresentação do telegramma é certificada por um boletim entregue ao expeditor, o qual deverá exhibil-o em caso de reclamação.

Art. 138. Nos casos ordinarios a transmissão dos telegrammas será feita segundo a ordem da sua apresentação na estação. Os telegrammas do governo, embora apresentados posteriormente aos dos particulares, serão sempre expedidos em primeiro logar.

Art. 139. A estrada reserva-se o direito de interromper as communicações telegraphicas para serviço de particulares, por tempo indeterminado nos casos em que o julgar conveniente, em vista de urgencia no serviço da estrada ou do governo.

Art. 140. O communicante póde exigir da estação de destino a repetição integral de seu telegramma pelo que pagará a mesma taxa d'este; se quizer simples aviso de recepção pagará 10 % da taxa.

A transmissão do telegramma póde ser interrompida, á pedido do communicante, sem que este tenha direito a restituição da taxa paga.

Contagem das palavras e pagamento das taxas

Art. 141. Na contagem das palavras observar-se-hão as regras seguintes:

1º. Tudo que o communicante escrever para ser transmittido entra na contagem das palavras ;

2º. Qualquer palavra que tenha quinze letras ou menos contar-se-ha como uma ; como duas se exceder de quinze o numero de letras ;

3º. Toda palavra composta, escripta de modo que forme uma só, como tal será contada de conformidade com o disposto no paragra-pho anterior ; se porém, forem escriptas separadamente as partes de que ella se compõe ou mesmo reunidas pelo traço de união serão contadas como outras tantas palavras.

4º. Todo o character alphabetico ou numerico, isolado, toda palavra ou particula seguida de apostrophe será contada como uma palavra ;

5º Os numeros escriptos com algarismos contam-se como tantas palavras quantas forem as series de cinco algarismos que contiverem e mais uma pelo excedente ;

6º. As virgulas, os pontos e os traços de divisão serão contados como outros tantos algarismos ;

7º. Os algarismos escriptos por extenso serão contados pelo numero de palavras empregadas para exprimi-l-os ;

8º. Cada palavra sublinhada será contada como duas palavras ;

9º. Os signaes de accentuação não serão contados.

Art. 142. Entram na contagem :

1º A direcção, assignatura, as indicações relativas ao modo de remessa do telegramma e o reconhecimento da assignatura :

2º. Os pedidos de repartição para conferencia de aviso de recepção, e as palavras—*resposta paga para . . . palavras* ;

3º. Os nomes proprios de pessoas, cidades, praças, ruas, etc, os titulos, sobrenomes, particulas e qualificações, se contarão como tantas palavras quantas forem necessarias para exprimi-l-os.

Art. 143. Não serão taxadas quaesquer palavras ou signaes acrescentados no interesse do serviço telegraphico.

Igualmente não serão taxadas, a data, a hora da apresentação do telegramma, nem o logar de procedencia, sinão quando o communicante o inscrever na minuta e exigir a transmissão.

Art. 144. A taxa será de dous mil réis por cada telegramma até vinte palavras entre duas estações quaesquer, seja qual for a distancia, addicionando-se mil réis por cada dez palavras mais.

A taxa será paga na estação de partida, no acto de ser apresentado o telegramma.

Art. 145. Cobrar-se-ha taxa tripla pelos telegrammas em francez, inglez, italiano, hespanhol ou allemão.

Art. 146. O mesmo telegramma dirigido a mais de um destinatario pagará além da taxa da tarifa, para um destinatario, mais metade por cada um dos outros.

O mesmo telegramma dirigido a mais de uma estação pagará a taxa correspondente a cada uma destas.

Art. 147. O communicante poderá pagar de antemão a resposta do telegramma que apresentar, fixando o numero de palavras. Neste caso a minuta do telegramma deverá ter a declaração. « Resposta paga para . . . palavras » antes da assignatura do communicante. Si a resposta tiver menor numero de palavras do que o indicado no telegramma, não se fará restituição sendo maior o numero de palavras, o excesso será considerado como um novo telegramma que deverá ser pago pela pessoa que apresentar a resposta.

Art. 148. A resposta para ser transmittida deverá ser apresentada dentro das quarenta e oito horas que se seguirem á entrega do telegramma primitivo ao destinatario ; a resposta apresentada depois de findo este praso, fica sujeita ao pagamento de taxa.

TELEGRAPHIO

Entrega dos Telegrammas

Art. 149. Mediante a taxa de mil e quinhentos réis, que será cobrada na estação de partida, a estrada se encarregará de fazer chegar o telegramma, por estafetas, ao lugar que se destinar, com tanto que este não diste mais de tres kilometros de qualquer estação. Para os lugares mais distantes os telegrammas serão remettidos pelo correio ou ficarão retidos na estação.

Art. 150. Para execução das disposições indicadas no artigo anterior deverá o communicante fazer as respectivas declarações no im-

presso do telegramma do modo seguinte : *Pela estrada — Pelo correio — Na estação.*

Em falta de taes declarações ficará o telegramma na estação.

Art. 151. O empregado da estrada encarregado da condução do telegramma ao domicilio do destinatario, não pôde encarregar-se da resposta ou de outro telegramma a transmittir.

Art. 152. Na ausencia do destinatario os telegrammas serão entregues ás pessoas de sua familia ; a seus empregados, criados ou hospedes, salvo se o communicante designar na minuta pessoa especial.

Quem receber o telegramma em nome do destinatario deverá assignar o recibo indicando essa circumstancia.

Art. 153. Os telegrammas que tiverem de ser procurados na estação de destino serão entregues só ao proprio destinatario ou a pessoa por elle competentemente autorizada.

Restituição das taxas

Art. 154. O communicante tem direito a restituição da taxa nos seguintes casos :

1.º Quando o telegramma enviado ao destinatario estiver alterado a ponto de não satisfazer ao fim a que era destinado ;

2.º Quando o telegramma não chegar a seu destino por qualquer causa devida ao serviço do telegrapho ;

3.º Quando o telegramma pelo qual se cobrar taxa adicional, chegar á casa do destinatario com demora de mais de tres horas depois da recepção na estação do destino, se a demora provier de negligencia ou descuido do pessoal da estrada.

Segredo dos Telegrammas

Art. 155. Os empregados da estrada são obrigados a guardar o maior segredo sobre os telegrammas.

Pelo extravio ou abertura dos despachos telegraphicos e divulgação dos respectivos enunciations lhes serão applicaveis as leis que garantem o sigillo das cartas confiadas ao correio e á segurança de seu transporte.

TAXAS ACCESSORIAS

Natureza da operação	Base da cobrança	Taxa
Folga do material.....	Por hora e por wagon	3\$000
Carregamento.....	Tracção indivisivel de 100 kilg.....	1\$000
Descarregamento.....	Tracção indivisivel de 100 kilg.....	1\$000
Carregamento de mercadorias do caes ou ponte da estação central para bordo das embarcações.....	Por fracção indivisivel d. 100 kilogrammas	\$300
Descarregamento de mercadorias de bor- do das embarcações para o caes ou ponte de estação central.....	Por fracção indivisivel de 100 kilogrammas	\$300
Despacho (obrigatorio para mercado- rias, vehiculos, e animaes) incluindo- se o custo de duas notas de expedição	Por expedição.....	\$200
Boletim de garantia.....	Por um.....	\$200
ARMAZENAGEM DE BAGAGENS, ENCOMMENDAS E MERCADORIAS		
Quando a mercadoria é depositada nos armazens.....	Por fracção indivisivel de 100 kilogrammas e por dia.....	100 com um mini- mo de 1\$
Quando a mercadoria é exposta á céu aberto.....	Por 100 kilogrammas e por dia.....	140 com um mini- mo de\$600
Armazenagem de vehiculos.....	Por veh'culos e por dia	6\$000
Porte de aviso de chegada.....	Por aviso.....	\$200
PORTE DE TELEGRAMMAS		
Por estafetas.....	Por telegramma....	1\$500
Pelo correio.....	Por telegramma....	\$100

DECRETO N. 50, DE 11 DE JULHO DE 1895

(Dá regulamento à comissão de melhoramentos da capital)

O Presidente do Estado, usando das suas attribuições constitucionaes, e autorizado pelas leis n. 81, de 27 de Dezembro de 1893, n. 107, de 22 de Dezembro de 1894, art. 4, tendo em vista dar regulamento especial ao serviço creado pela Resolução n. 46, de 9 de Abril do corrente anno, e para execução do Tit. 5º do Decreto n. 3, de 4 de Junho de 1892,

DECRETA :

Art. 1º.—A função commettida á Direcção de Obras e Empreendimentos Geraes pelo Tit. 5º do Decreto n. 3, de 4 de Junho de 1892, será especialmente exercida por uma comissão de melhoramentos da capital, dirigida technica e administrativamente por um Engenheiro de livre nomeação do Presidente do Estado.

Art. 2º.—Sob proposta do Engenheiro chefe será nomeado e dispensado todo o pessoal technico sob suas ordens, o qual soffrerá redução ou augmento conformê as exigencias dos diversos serviços em cada phase porque passarem.

Só o cargo de Engenheiro chefe da comissão será permanente, enquanto assim convier ao Estado ; todo mais pessoal funcionará apenas pelo tempo necessario á execução de cada serviço.

Art. 3º.—Ao referido Engenheiro compete tambem organizar, dirigir e fiscalisar o pessoal operario indispensavel para os diversos trabalhos a seu cargo, e bem assim fiscalisar a execução dos que forem feitos por contracto.

Art. 4º.—São inteiramente applicaveis aos serviços dependentes da comissão as disposições dos arts. 42 e 43, do Decreto n. 3, competindo em cada caso ao Presidente do Estado decidir, em vista do que representar-lhe o Engenheiro chefe.

Art. 5º.—E' considerado como objecto de serviço actual e immediato da comissão, o que foi determinado pela Resolução n. 46, de 9 de Abril do corrente anno, segundo a qual deverá ella desde já proceder ao estudo das areas annexas á capital appropriaveis á expansão urbana, fazer o seu levantamento topographico, projectar as

obras necessarias para sua adopção, organizar o plano definitivo da cidade accrescida com indicação das ruas, praças e mais dependencias, e bem assim planejar e orçar o systema de communicações entre a nova e a velha cidade.

Art. 6º.—Os trabalhos especificados nessa resolução constarão nomeadamente do seguinte :

§ 1º. Estudo de uma via de comunicação economica,—*para execução immediata*,—ligando a cidade actual á planície Bento Ferreira primeira das que podem ser aproveitadas para o novo arrabalde.

§ 2º. Projecto de uma avenida para, *no futuro*, ligar, em linha directa, os mesmos pontos, de accordo com a topographia local e com o projecto do arrabalde.

§ 3º. Projecto de aproveitamento de toda zona comprehendida entre estes pontos extremos para o desenvolvimento da cidade actual, com o calculo de todas as obras a executar n'esta zona.

§ 4º Levantamento topographico da zona destinada ao novo arrabalde baseando este serviço sobre triangulação de terceira ordem.

§ 5º. Projecto do novo arrabalde, comprehendendo trabalhos relativos a abastecimento d'agua e drenagens *permeavel e impermeavel* (esgotos).

§ 6º. Estudos dos mananciaes existentes nos arredores e que possam ser aproveitados para o abastecimento.

§ 7.º Projecto de obras accessórias ou complementares do plano.

§ 8.º Quaesquer outros que o governo em instrucções especiaes exigir.

Art. 7.º — Os projectos de obras que o governo indicar como de execução immediata serão submittidos parcialmente á sua approvação.

Art. 8.º — O archivo dos trabalhos, uma vez approvados pelos seus documentos originaes, pertencem á commissão e só passará á directoria de obras quando totalmente forem concluidos os mesmos trabalhos.

Art. 9.º — A correspondencia official entre o engenheiro chefe e a presidencia será feita por intermedio da directoria de obras, salvo nos assumptos urgentes em que poderá ser directa.

Art. 10. — As folhas de pagamento do pessoal technico e operario, organisadas no escriptorio do engenheiro chefe, tem como os pedidos de authorisação para adeantamentos ou para pagamento de ma-



terial, seguirão a marcha ordinária, devendo subir a despacho por intermédio do thesouro, ao qual o engenheiro chefe officiará directamente.

Art. 11. — Os vencimentos do pessoal tecnico da commissão serão regulados pela tabella annexa que será opportunamente submettida á approvação do Congresso.

Art. 12. — As despesas com o pessoal e serviço da commissão correrão por conta da renda especial creada pelo art. 4, da lei n. 107, de 22 de dezembro de 1894, e enquanto não começar a arrecadação d'essa renda os recursos necessarios para as mesmas despesas serão adeantados pelo Fundo Especial destinado ao melhoramento do porto, ao qual far-se-á opportunamente a devida indemnisação.

§ Unico — Em cumprimento d'esse artigo, o thesouro indemnizará o caixa geral do que já tiver adeantado até esta data para as despesas com a commissão e anullará, no referido caixa essa despesa.

Art. 13. — Sempre que o serviço exija-o o engenheiro chefe indicará o local fóra do perimetro da cidade em que deva morar o pessoal tecnico e operario.

Art. 14. — A casa para o escriptorio tecnico será fornecida pelo Estado. Si fôr situada fora da cidade, poderá o engenheiro chefe alli morar.

Art. 15. — A distribuição do serviço tecnico da commissão fica inteiramente ao arbitrio do engenheiro chefe, que fal-a-á segundo as habilitações e a competencia do pessoal subordinado, e em attenção á boa marcha e economia dos trabalhos.

Art. 16. — De accordo com a tabella annexa serão pagos os vencimentos do pessoal da commissão desde a data em que elle tiver começado o seu exercicio por força da citada resolução n. 46, de 9 de Abril.

Art. 17. — O engenheiro chefe será substituido nos seus impedimentos pelo ajudante designado pela presidencia.

Art. 18. — O presidente do Estado expedirá instrucções para a execução de outros trabalhos que posteriormente convier ao governo ordenar, comprehendidos nas funções adjudicadas por este decreto á commissão de melhoramentos.

Art. 19. — São revogadas quaesquer disposições em contrario. O secretario geral do Estado faça publicar-o, imprimir e correr.

Palacio do governo do Estado do Espirito Santo, em 11 de Julho de 1895. — *José de Mello Carvalho Muniz Freire.*

Sellada e publicada nesta secretaria geral do Estado do Espirito Santo, em 11 de Julho de 1895. — O secretario, *Manoel de Campos Cartier.*

Tabella dos vencimentos do pessoal

CATHEGORIAS	VENCIMENTOS
Engenheiro Chefe.....	12:000\$000
Engenheiros Ajudantes.....	6:000\$000
Auxiliares.....	3:000\$000
Desenhista.....	5:000\$000

Observações

I

O Engenheiro chefe terá mais a diaria de 15\$ enquanto durarem os trabalhos relativos ao projecto de prolongamento da capital, e os demais engenheiros e auxiliares que forem necessarios para esses mesmos trabalhos a de 5\$ á 15\$ rs. segundo a sua cathegoria, habilitações e responsabilidades, cabendo ao engenheiro chefe fazer a distribuição.

II

O Estado fornecerá os instrumentos de engenheiro para os trabalhos de campo, livros, cadernetas, papel e em geral todos os instrumentos necessarios aos trabalhos de campo e de escriptorio.

DECRETO N. 51, DE 3 DE SETEMBRO DE 1095

Fixa o pessoal do serviço do trafego, locomoção e conservação do trecho inaugurado da estrada de ferro Sul do Espirito-Santo e dos que forem se inaugurando

O Presidente do Estado, no uso das attribuições Constitucionaes,

DGCRETA :

Art. 1º.—O serviço do trafego, locomoção e conservação do trecho inaugurado da estrada de ferro Sul do Espirito-Santo, e dos que

forem se inaugurando, passará a ser dirigido por um engenheiro de nomeação e demissão do Presidente do Estado, sob proposta do engenheiro chefe.

Art. 2º.—Sob as ordens d'esse engenheiro servirá todo o pessoal do serviço de tráfego que se comporá de um escriptuario, de conductores de 1ª e 2ª classe, do agente da estação central, de agente e telegraphistas de 1ª e 2ª classe, de agentes telegraphistas de 3ª e 4ª classe, do serviço de locomoção, sendo um chefe de oficinas e depósitos, machinistas de 1ª, 2ª e 3ª classe e armazenistas, do da via permanente, sendo mestres de linha de 1ª e 2ª classe e armazenistas, além do pessoal operario que comprehende feitores de linha, foguistas, guardas, graxeiros, guarda-freios, guarda-chaves, etc.

Art. 3º — Pode esse pessoal, com excepção do operario, ser nomeado pelo Engenheiro chefe da Estrada sob proposta do Engenheiro chefe do tráfego, devendo as nomeações ser sujeitos á approvação do Presidente do Estado. — O pessoal operario é de livre admissão e dispensa do chefe do tráfego.

Art. 4º — O numero dos serventuarios será determinado pela exigencia do serviço, e augmentado á medida que for sendo estendido o tráfego da estrada.

Art. 5º — A classificação das estações é da competencia do Engenheiro chefe.

Art. 6º — São garantidas as promoções de cathegoria inferior á superior, verificadas as condições de capacidade e merecimento.

Art. 7º — Todos os funcionarios do quadro gosarão das vantagens asseguradas aos cargos de Commissão pelo Decreto n. 42, de 7 de Julho de 1894, e estão sujeitos ás mesmas penas e deveres.

Art. 8º — Os vencimentos do pessoal são fixados pela tabella annexa, que opportunamente será submettida á approvação do Congresso.

Art. 9º — Revogam-se as disposições em contrario.

O secretario geral do Estado faça publicar-o, imprimir e correr.

Palacio do governo do Estado do Espirito Santo, em 3 de Setembro de 1895.

JOSE' DE MELLO CARVALHO MONIZ FREIRE

Sellado e publicado n'esta secretaria geral do Estado do Espirito Santo, em 3 de Setembro de 1895.

O secretario geral — *Manoel de Campos Cartier*.

N. ^{os}	Designação	Ordenado	Gratificação	Total
ESCRITÓRIO				
1	Chefe.....	6:666\$667	3:333\$333	10:000\$
1	Escripturario.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$
TRAFFEGO				
MOVIMENTO				
	Conductores de 1. ^a classe	1:920\$000	960\$000	2:880\$
	Conductores de 2. ^a classe	1:600\$000	800\$000	2:400\$
ESTAÇÕES				
ESTAÇÃO CENTRAL				
1	Agente.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$
1	Telegraphista de 1. ^a classe	1:800\$000	900\$000	2:700\$
ESTAÇÃO DE 1. ^a CLASSE				
1	Agente de 1. ^a classe....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$
1	Telegraphista de 1. ^a classe	1:800\$000	900\$000	2:700\$
ESTAÇÃO DE 2. ^a CLASSE				
1	Agente de 2. ^a classe....	1:800\$000	900\$000	2:700\$
1	Telegraphista de 2. ^a classe	1:600\$000	800\$000	2:400\$
ESTAÇÃO DE 3. ^a CLASSE				
1	Agente de 3. ^a classe....	1:666\$667	833\$333	2:500\$
ESTAÇÃO DE 4. ^a CLASSE				
1	Agente de 4. ^a classe....	1:600\$000	800\$000	2:400\$
LOCOMOÇÃO				
1	Chefe d' offic. ^{as} e deposito	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$
	Machinistas de 1. ^a classe	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$
	Machinistas de 2. ^a classe	1:920\$000	960\$000	2:880\$
	Machinista de 3. ^a classe	1:600\$000	800\$000	2:400\$
1	Armazenista.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$
VIA PERMANENTE				
	Mest. ^{es} de linha de 1. ^a classe	1:920\$000	960\$000	2:880\$
	Mest. ^{es} de linha de 2. ^a classe	1:600\$000	800\$000	2:400\$
1	Armazenista.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$

OBSERVAÇÕES

1.^o

O numero de couductores de trem e machinistas será fixado pelo Engenheiro chefe, mediante proposta do chefe do trafego.

2.º

Para cada trecho de 20 a 30 kilometros corresponderá um mestre de linha.

3.º

O numero e diaria dos feitores, foguistas, graxeiros, operarios serventes, guarda-freios, guarda-chaves, etc., etc., será fixado pelo Engenheiro chefe mediante proposta do chefe do trafego.

As diarias serão de 3\$000 a 9\$000.

4.º

Aos machinistas e foguistas será concedida uma gratificação especial calculada sobre a economia que realisarem em combustivel e lubrificantes, na conformidade de uma tabella que será organizada pelo chefe do trafego.

5.º

Com previa approvação do Presidente do Estado, o Engenheiro chefe poderá conceder diarias variando de 2\$000 a 5\$000 ao pessoal constante do quadro acima.

6.º

Os agentes de 3.ª e 4.ª classe occumularão as funcções de telegraphistas.

DECRETO N. 52, DE 29 DE OUTUBRO DE 1895

Crêa o logar de administrador do hospital de isolamento na ilha do Principe

O Presidente do Estado, tomando em consideração a representação do dr. inspector de Hygiene Publica,

DECRETA

Art. 1º.—Fica creado o logar de administrador do hospital de isolamento na ilha do Principe.

Art. 2º.—Incumbe a esse funcionario zelar pelo edificio do hospital e seus effeitos, cumprindo as ordens verbaes ou escriptas que lhe forem dadas pela inspectororia de hygiene á qual fica sujeito.

Art. 3º.—Emquanto não forem fixados por lei os vencimentos

desse serventuario, ser-lhe-hão estes abonados pela verba do tit. 2.^o § 7.^o d, da lei n. 108, de 22 de dezembro do anno findo, na importância de dous contos de réis annuaes.

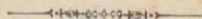
O secretario geral do Estado faça publical-o, imprimir e correr.

Palacio do governo do Estado do Espirito-Santo, em 29 de outubro de 1895.

JOSE' DE MELLO CARVALHO MONIZ FREIRE

Sellado e publicado nesta secretaria geral do Estado do Espirito-Santo, em 29 de outubro de 1895.

O secretario geral — *Manoel de Campos Cortier*.



DECRETO N. 53, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1895

Declara de utilidade publica a desapropriação dos predios
na praça Costa Pereira, de propriedade dos cidadãos
Alfredo Lima e Victor de Oliveira

O Presidente do Congressse Legislativo, no exercicio das funções
de Presidente do Estado, usando das attribuições constitucionaes,

DECRETA :

Art. 1.^o — São declarados de utilidade publica afim de serem desapropriados nos termos das leis vigentes para a construcção de um theatro os predios de propriedade dos cidadãos Alfredo Lima, Victor de Oliveira e d. Victoria, viuva de José Tetéo, e bem assim os terrenos vasillos pertencentes a Franz Berlanda, predios e terrenos situados na praça Costa Pereira d'esta capital.

Art. 2.^o — O procurador fiscal da fazenda nos termos do art. 5, da Lei n. 46, de 3 de Dezembro de 1892, promoverá em juizo o processo de indemnisação dos proprietarios que não chegarem a accordo com o governo sobre o valor dos predios ou terrenos desapropriados.

Art. 3.^o — Revogam-se as disposições em contrario.

O secretario geral do Estado faça publical-o, imprimir e correr.

— 147 —

Palacio do governo do Estado do Espirito Santo, em 28 de Novembro de 1895.

HENRIQUE DA SILVA COUTINHO

Sellado e publicado nesta secretaria geral do Estado do Espirito Santo, em 28 de Novembro de 1895.

Servindo de secretario geral — O director, *Urbano Ribeiro Pinto d'Azevedo*.

